



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL -
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Tawnni Boiani Hirsch

**O EXERCÍCIO DO DIREITO À CIDADE SOB A ÓTICA DO USO E DO ACESSO ÀS
PRAÇAS PÚBLICAS PELA POPULAÇÃO DA PERIFERIA URBANA SUL DE
SANTA CRUZ DO SUL/RS**

Santa Cruz do Sul

2024

Tawnni Boiani Hirsch

**O EXERCÍCIO DO DIREITO À CIDADE SOB A ÓTICA DO USO E DO ACESSO ÀS
PRAÇAS PÚBLICAS PELA POPULAÇÃO DA PERIFERIA URBANA SUL DE
SANTA CRUZ DO SUL/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira

Santa Cruz do Sul

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Hirsch, Tawnni Boiani

O EXERCÍCIO DO DIREITO À CIDADE SOB A ÓTICA DO USO E DO ACESSO
ÀS PRAÇAS PÚBLICAS PELA POPULAÇÃO DA PERIFERIA URBANA SUL DE
SANTA CRUZ DO SUL/RS / Tawnni Boiani Hirsch. – 2024.

163 f. : il. ; 29 cm.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) –
Universidade de Santa Cruz do Sul, 2024.

Orientação: Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira.

1. Direito à cidade. 2. Periferia urbana. 3. Praças públicas.
4. Justiça espacial. 5. Planejamento urbano. I. Silveira, Rogério
Leandro Lima da. II. Título.

Tawnni Boiani Hirsch

**O EXERCÍCIO DO DIREITO À CIDADE SOB A ÓTICA DO USO E DO ACESSO ÀS
PRAÇAS PÚBLICAS PELA POPULAÇÃO DA PERIFERIA URBANA SUL DE
SANTA CRUZ DO SUL/RS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Linha de Pesquisa em Território, Planejamento e Sustentabilidade, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira

Professor orientador – UNISC

Dra. Grazielle Betina Brandt

Professora examinadora – UNISC

Dra. Juçara Spinelli

Professora examinadora – UFFS

Santa Cruz do Sul

2024

AGRADECIMENTOS

Ao longo da jornada de pesquisa e aprendizado, a gratidão nos guia como um farol, iluminando o caminho e reconhecimento do apoio recebido.

Primeiramente, agradeço a todos que estiveram me acompanhando direta e indiretamente durante a caminhada acadêmica. A presença e de todos, cada um à sua maneira, fez parte relevante dessa caminhada.

Um agradecimento especial ao meu orientador, Prof. Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira. Sua paciência e apoio desde o início da jornada foram imprescindíveis para que esse trabalho fosse possível. Obrigada por todo o conhecimento e experiências compartilhados.

Ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Unisc, muito obrigada.

Ao meu companheiro, Ismael, obrigada por me acompanhar tão de perto, obrigada pelo apoio incondicional em tantos momentos que o desenvolvimento dessa dissertação proporcionou. Seus questionamentos ao me ouvir tornaram esse trabalho possível. Retribuo aqui os votos de amor, sem seu apoio a caminhada não teria chegado ao fim.

À minha família, especialmente à minha mãe, Marcia, que, mesmo em meio a tormenta, sempre me instigou na busca pelo conhecimento e o significado de não desistir.

Ao meu grande amigo e irmão, William Melchior. Obrigada por me ouvir, por compartilhar comigo tantos momentos. Sua presença, companheirismo e apoio contribuíram inexplicavelmente.

Não poderia deixar de agradecer aos amigos que ganhei durante o mestrado, em especial ao Diego Kiefer e Wandoir Sehn. Em meio ao caos um do outro, encontramos a cumplicidade.

Obrigada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da bolsa de estudos, sem ela essa oportunidade não existiria, e à ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional por ter apoiado essa pesquisa.

“Sua fraqueza como ser humano é imaginar-se o centro de tudo.”

Bernard Beckett - Gênesis

RESUMO

Nessa pesquisa, busca-se analisar o direito à cidade sob a ótica do uso e acesso às praças públicas pela população da periferia urbana sul da cidade de Santa Cruz do Sul/RS. A pesquisa parte do pressuposto de que o acesso e uso efetivo dos espaços públicos são fundamentais para a construção de cidades mais justas. Utiliza-se uma abordagem qualitativa, através do materialismo histórico e dialético baseada em entrevistas semiestruturadas e observação participante, uso de dados secundários, consultas na legislação e uso de fotografias visando, dessa forma, compreender as percepções, experiências e demandas da população da periferia urbana sul da cidade em relação às praças públicas. A escolha da periferia urbana sul como objeto de estudo justifica-se pela concentração de população de baixa renda e pela historicamente limitada oferta de espaços públicos de qualidade nessa região. Os resultados preliminares indicam que o acesso e uso das praças na periferia urbana sul de Santa Cruz do Sul são influenciados por diversos fatores, tais como localização, infraestrutura, segurança, manutenção e oferta de atividades. Observa-se uma demanda latente por melhorias nessas áreas, destacando-se a necessidade de investimentos em infraestrutura, segurança e atividades culturais e esportivas. A análise dos dados coletados foi embasada na análise de conteúdo, buscando identificar padrões, tendências e contradições nas percepções e experiências dos entrevistados. As entrevistas revelam a complexidade das praças públicas na periferia urbana Sul de Santa Cruz do Sul, ressaltando seu papel como locais de interação social e os desafios associados ao direito à cidade, à justiça espacial e ao desenvolvimento urbano e regional. A partir disso, contribui-se para o debate sobre políticas públicas urbanas que promovam o acesso e uso democrático dos espaços públicos, visando garantir o efetivo exercício do direito à cidade. Por fim, esta pesquisa visa não apenas produzir conhecimento acadêmico, mas também fornecer novas perspectivas que contribuam para a formulação de políticas públicas participativas, reconhecendo a importância das praças públicas como espaços de encontro, de convivência e do exercício da cidadania, especialmente para os moradores das áreas periféricas da cidade.

Palavras-chaves: Direito à Cidade. Periferia Urbana. Praças Públicas. Justiça Espacial.

ABSTRACT

This research seeks to analyze the right to the city through the lens of public square usage and access by the population residing in the southern urban periphery of Santa Cruz do Sul/RS. It is premised on the notion that effective access to and utilization of public spaces are pivotal for fostering more equitable urban environments. Employing a qualitative approach grounded in historical and dialectical materialism, the research relies on semi-structured interviews, participant observation, secondary data analysis, legal review, and photographic documentation to comprehend the perceptions, experiences, and demands of the southern urban periphery population concerning public squares. The selection of the southern urban periphery as the study's focal point is justified by its concentration of low-income residents and historically insufficient provision of quality public spaces in this locale. Initial findings suggest that access to and utilization of squares in the southern urban periphery of Santa Cruz do Sul various factors, including location, infrastructure, security, maintenance, and availability of activities influence Sul. A latent demand exists for enhancements in these areas, underscoring the necessity of investments in infrastructure, security, and cultural and recreational activities. Data analyses will adopt a content analysis approach to identify patterns, trends, and contradictions in interviewees' perceptions and experiences. Interviews unveil the intricacies of public squares in the southern urban periphery of Santa Cruz do Sul, underscoring their role as hubs for social interaction and the challenges tied to the right to the city, spatial justice, and urban and regional development. This research aims to contribute to discussions surrounding urban public policies aimed at fostering democratic access and utilization of public spaces, thereby ensuring the genuine exercise of the right to the city. Ultimately, this study seeks not only to generate academic insight but also to offer new perspectives conducive to shaping participatory public policies, recognizing the significance of public squares as venues for social gathering, cohabitation, and civic engagement, particularly for residents of peripheral urban areas.

Keywords: Right to the City. Public Spaces. Urban Periphery. Public Squares. Spatial Justice.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Zonas fiscais de Santa Cruz do Sul/RS - 2015	60
Figura 2 - Número de loteamentos e condomínios aprovados em Santa Cruz do Sul/RS entre 2006-2015	70
Figura 3 - Distribuição das praças públicas em Santa Cruz do Sul/RS	78
Figura 4 - Campo sintético de futebol no Bairro Bom Jesus.....	84
Figura 5 - Campo de futebol do Complexo Esportivo Bom Jesus	85
Figura 6 - Quadra de concreto do Complexo Esportivo Bom Jesus	86
Figura 7 - Deposição de lixo ao lado do campo sintético do bairro Bom Jesus (I)	87
Figura 8 - Deposição de lixo ao lado do campo sintético do bairro Bom Jesus (II) ...	87
Figura 9 - Quadra de esportes na praça do Bairro Senai	91
Figura 10 - Equipamentos urbanos na praça do Bairro Senai (I)	91
Figura 11 - Equipamentos urbanos na praça do Bairro Senai (II)	92
Figura 12 - Quadra de areia na praça do Bairro Faxinal Menino Deus	96
Figura 13 - Equipamentos urbanos na praça do Bairro Faxinal Menino Deus	96
Figura 14 - Distribuição das praças públicas na periferia urbana sul de Santa Cruz do Sul com destaque para a praça no Bairro Pedreira.....	100
Figura 15 - Equipamento de recreação infantil disposto na praça do Bairro Pedreira.....	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVU	Ateliê de Vivências Urbanas
BAT	<i>British American Tobacco</i>
FENAF	Festa Nacional do Fumo
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis
MZEU	Macrozona de Expansão Urbana
PNCCPM	Programa Nacional de Apoio às Capitais de Porte Médio
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
VRP	Vale do Rio Pardo
ZRP	Zona Residencial Preferencial

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	DIREITO À CIDADE, URBANIZAÇÃO E PRAÇAS PÚBLICAS: UM DESAFIO DE ASSOCIAÇÃO POSSÍVEL?	20
2.1	O exercício do direito à cidade a partir das praças públicas no processo de urbanização	21
2.2	A urbanização intensa e desigual e o desafio do planejamento urbano	28
2.3	Cidade, espaços públicos e justiça espacial	35
2.4	Os diferentes espaços públicos	42
2.4.1	A rua	43
2.4.2	Áreas verdes e parques	44
2.4.3	Praças públicas	45
3	O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE SANTA CRUZ DO SUL E AS CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS ENTRE A ÁREA CENTRAL E A PERIFERIA URBANA SUL DA CIDADE	47
3.1	O desenvolvimento do núcleo urbano de Santa Cruz do Sul e a expansão programada	52
3.2	A produção da periferia sul de Santa Cruz do Sul e sua urbanização reivindicada	66
4	O ACESSO E USO DAS PRAÇAS PÚBLICAS NA PERIFERIA URBANA SUL DE SANTA CRUZ DO SUL	77
4.1	Disposição espacial e condições de uso das praças na periferia urbana sul	79
4.1.1	Bairro Bom Jesus	80
4.1.2	Bairro Senai	88
4.1.3	Bairro Faxinal Menino Deus	92
4.1.4	Bairro Pedreira	97
4.2	As praças pelas lentes dos moradores da periferia sul	101
4.3	As praças pelas lentes dos frequentadores das praças centrais	111
4.4	As praças pelas lentes dos agentes públicos	125
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
	REFERÊNCIAS	145

APÊNDICE A - Roteiro das entrevistas aplicado nos bairros periféricos, praças centrais e agentes públicos	156
APÊNDICE B - Termo de Consentimento aplicado para coleta das entrevistas	160
APÊNDICE C - Lista de Entrevistados	162

1 INTRODUÇÃO

É impossível desassociar o direito à cidade da temática dos espaços públicos no processo de urbanização brasileira. Falar em direito à cidade é falar em democracia, em liberdade, em cidadania, mas também é falar sobre a importância da oferta, do acesso e do uso de espaços públicos pela população, como condição necessária para uma melhor qualidade de vida, especialmente no contexto atual de intensa e desigual produção do espaço no contexto das cidades capitalistas.

A história das ágoras na Antiguidade Clássica como espaços onde o povo exercia seu poder e discutia assuntos políticos, ressoa na contemporaneidade, destacando a importância dos espaços públicos urbanos. No entanto, a dinâmica de acesso e uso desses espaços nas cidades brasileiras, em especial nas médias, tem enfrentado transformações significativas.

A temática e a problematização do direito à cidade, inicialmente abordado por Henri Lefebvre (1991), vem ganhando destaque no meio acadêmico e sendo trabalhado por muitos outros autores como, a exemplo, Marcelo Lopes de Souza (2001), Ângelo Serpa (2007), Ermínia Maricato (2020) e David Harvey (2014). As investigações dessa temática revelam desafios enfrentados pelas populações urbanas. Considerando a cidade média de Santa Cruz do Sul como objeto de estudo, surge a necessidade de contribuir para esse debate, compreendendo não apenas a definição demográfica, mas também outros indicadores socioeconômicos e históricos que influenciam na sua caracterização.

A análise da urbanização contemporânea e dos espaços públicos em cidades médias como Santa Cruz do Sul revela um processo marcado por verticalidades e horizontalidades (Sorbazo, 2008). Esse contexto é complexo, envolvendo migrações urbanas, desenvolvimento econômico e distribuição desigual de recursos e serviços.

A compreensão de tal fenômeno demanda uma abordagem multidisciplinar, considerando não apenas aspectos demográficos, mas também históricos, econômicos e sociais. Em particular, o estudo das praças públicas emerge como um elemento relevante, refletindo não apenas a identidade cultural e histórica da cidade, mas também as dinâmicas de inclusão e exclusão socioespacial. Nesse contexto, a presente investigação busca compreender as condições de acesso e uso das praças públicas em uma porção da periferia urbana Sul de Santa Cruz do Sul, como parte integrante do direito à cidade e da promoção de uma urbanização democrática.

O direito à cidade como um direito fundamental dos cidadãos envolve múltiplas dimensões como são, entre outras, os direitos à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao emprego, à educação, à saúde e assistência social e ao lazer. Frente ao ritmo acelerado dos modos de vida no qual estamos inseridos, ter tempo e local de lazer é imprescindível. A presente pesquisa buscou, portanto, investigar a problemática que gira em torno da oferta, do acesso e do uso dos espaços públicos pela população urbana, enquanto uma das dimensões que constituem o direito à cidade.

Da mesma forma como Lefebvre coloca na “Advertência” de seu livro “*O Direito à cidade*”, porém aqui em outras palavras, faz-se necessário uma investigação que traga à luz as “obscuridades” do processo de urbanização que caminha atrelado ao modo capitalista de produção. É inegável que o meio urbano facilita de formas variadas a vida de quem vive nesse ambiente. Porém, há de se questionar e refletir como esse processo pode ter ou estar afetando parcelas da sociedade que, por consequência ou por necessidade, vivem em bairros periféricos constituídos ademais dos projetos de planejamento urbano.

É observável na urbanização contemporânea que vem ocorrendo no Brasil uma expressiva disparidade na oferta de espaços públicos, em especial as praças públicas, quando observa-se em escala reduzida o conjunto das cidades. Esse desequilíbrio da produção do espaço destinado ao lazer encontra-se em evidência nos bairros periféricos brasileiros e, nesse sentido, igualmente na periferia urbana de Santa Cruz do Sul.

O recorte espacial para o desenvolvimento da pesquisa foi a área urbana periférica localizada na zona sul da cidade média de Santa Cruz do Sul, e constituída pelos bairros Senai, Bom Jesus, Pedreira e Faxinal Menino Deus. A população residente nessa zona da cidade é constituída em sua grande maioria por famílias que recebem até 1,5 salários mínimos, e cujos moradores dos domicílios aí localizados, em grande parte, trabalham no setor fumageiro e na indústria da construção civil (Wink, 2002; ObservaDR, 2020). O recorte temporal da análise compreenderá o período entre 2000 até o presente momento.

O direito à cidade, um conceito em crescente discussão, compreende a participação ativa dos cidadãos na gestão e desenvolvimento das áreas urbanas, englobando acesso a serviços básicos e participação democrática. A relevância dos espaços públicos, como praças, destaca-se como locais de interação social e

expressão cultural, alinhando-se à perspectiva de Lefebvre (1969) sobre a cidade como obra social.

Contudo, a urbanização atual, marcada pela lógica capitalista, desafia a efetivação desse direito, refletindo-se na desigualdade espacial e na privatização dos espaços públicos. Harvey (2006) evidencia a interdependência entre o capitalismo e a urbanização, enquanto Habermas (1961) e Lefebvre (2016) discorrem sobre a mercantilização do espaço público e a complexidade da democracia urbana.

A partir da análise do contexto urbano brasileiro, confrontam-se os desafios históricos as possíveis soluções para alcançar uma cidade mais justa e igualitária, considerando as particularidades nacionais e as lições aprendidas de outros modelos de políticas urbanas. O Instituto Pólis (2022) reforça o caráter coletivo e humano do direito à cidade, em contraposição à mercantilização e exclusão territorial.

Nesse sentido, a urbanização acelerada das cidades médias tem sido um fenômeno marcante, impulsionado pelo fluxo de novos residentes em busca de uma suposta melhoria na qualidade de vida. Contudo, essa rápida expansão urbana, muitas vezes, não consegue atender às demandas sociais de habitação devido à lógica excludente e segregadora do mercado imobiliário, resultando na expulsão de parte da população para os bairros periféricos (Oliveira Junior, 2010; França, 2020).

A análise dos bairros selecionados revela uma lacuna na oferta de espaços de lazer para as comunidades que ali residem. Quando sugere-se a existência de uma segregação socioespacial nesses bairros, não necessariamente é afirmado a ausência de praças, mas sim a provável má distribuição de cuidados e atenção com esses espaços. Ou seja, no contexto de Santa Cruz do Sul, essa afirmação se torna evidente ao observar a produção e uso das praças públicas na região central da cidade.

Embora não haja distinção de acesso, é notável a predominância de determinados segmentos da população, especialmente a classe média/alta, que desfruta desses locais, como exemplificado pela Praça da Bandeira. Essa situação, como aponta Serpa (2004), reflete uma dinâmica de segregação urbana baseada em diferenças de classe, reforçando a importância de compreender como a distribuição desigual desses espaços impacta as comunidades locais e seus direitos à cidade.

Nesse contexto, as praças públicas assumem um papel central na dinâmica urbana de Santa Cruz do Sul, servindo como palco de diversas atividades e eventos que valorizam o espaço urbano, especialmente na região central da cidade. No

entanto, a falta de iniciativas culturais descentralizadas evidenciam a falta de acesso pleno a esses espaços, principalmente nas áreas periféricas. Diante desse cenário, o seguinte questionamento surge: Como se apresentam as condições de acesso e de uso das praças públicas na periferia urbana sul de Santa Cruz do Sul, enquanto uma das dimensões do direito à cidade?

Diante da problematização do tema e da pergunta central que investiga as condições de acesso e uso das praças públicas na periferia urbana sul da cidade como dimensão do direito à cidade, surgem algumas questões norteadoras para orientar a investigação. Em primeiro lugar, qual a relação entre o processo de urbanização de Santa Cruz do Sul com a disposição das praças públicas na cidade? Em seguida, como os moradores dos bairros periféricos percebem a distribuição espacial, o acesso e como utilizam as praças públicas? Por fim, quais iniciativas existem por parte dos entes públicos de manutenção e criação de áreas de lazer as populações dos bairros periféricos na zona Sul da cidade?

Dessa forma, o objetivo geral deste estudo é analisar como se apresentam as condições de acesso e de uso das praças públicas na periferia urbana sul de Santa Cruz do Sul, enquanto uma das dimensões do direito à cidade. Para tanto, foram traçados objetivos específicos que visam responder aos questionamentos levantados. São eles:

- Verificar as relações entre o processo de urbanização em Santa Cruz do Sul/RS e a disposição das praças públicas na cidade;
- Constatar quais espaços públicos são utilizados pela população dos bairros selecionados;
- Verificar como os moradores dos bairros periféricos percebem o acesso e como utilizam as praças públicas;
- Avaliar quais são as iniciativas dos entes públicos na oferta, manutenção e criação de áreas de lazer para as populações dos bairros periféricos;
- Verificar como os agentes públicos percebem a oferta, o acesso e o uso das praças nos bairros periféricos da cidade de Santa Cruz do Sul.

O método de abordagem selecionado para esta pesquisa é o materialismo histórico e dialético. Tal escolha metodológica fundamenta-se na compreensão de que as relações sociais, incluindo aquelas relacionadas à distribuição e uso dos espaços públicos, são moldadas por processos históricos e dialéticos, nos quais as condições

materiais de existência e as contradições de classe desempenham um papel fundamental. O método escolhido oferece um ponto de vista analítico a fim de refletir sobre as relações exercidas de maneira a compreender a totalidade de sujeitos e ações subjetivas responsáveis pela formação e transformação do meio.

O materialismo histórico, de acordo com Althusser e Badiou (1979), objetiva as transformações dos modos de produção ao longo da história. Nesse sentido, Marx não propõe somente estudar o modo de produção capitalista, mas sim todos os modos de produção dentro de suas transições, referindo-se a todos os períodos históricos.

Para que seja possível desenvolver um estudo acerca do espaço público, é necessário compreender as relações que ali torneiam, não somente as relações atuais, aquelas que se enxerga e que se vive no agora, mas também as relações que ali já existiram, pois estas tiveram, de alguma forma, influência sobre o que hoje ali existe e, nesse sentido, se faz o materialismo histórico.

Para se compreender essas transições, o materialismo histórico oferece o estudo do desenvolvimento histórico, permitindo estudar tanto as leis da natureza quanto da sociedade (Oliveira, 2019). Volkóv (1984) traz a reflexão sobre a prática material não ser somente responsável pela transformação do homem, sendo também responsável por mudar o meio e o próprio homem.

Ao falar nos espaços públicos, tantos centrais quanto os descentralizados, busca-se compreender as movimentações que os formam e transformam. Levanta-se as informações necessárias para explicar sua localização, sua formação, a historicidade do bairro em questão, as principais finalidades de uso por parte da população moradora da respectiva região, presta-se atenção às suas reivindicações, suas considerações, formando assim a tese ou afirmação inicial. Por se tratar de um espaço criado, em sua maioria, pelas políticas públicas, é imprescindível que haja o contato com os entes públicos responsáveis pela criação e manutenção desses espaços, oferecendo dessa forma a antítese ou oposição à tese.

Para a coleta de dados, foram desenvolvidas duas listas de perguntas para entrevistas semiestruturadas. Uma das listas continha seis perguntas direcionadas aos moradores dos respectivos bairros periféricos e aos usuários da praça central, da mesma forma a outra lista também continha seis perguntas, porém, direcionadas aos agentes públicos.

Na área periférica, foram realizadas entrevistas com quatro pessoas em cada bairro, totalizando 16 entrevistas, enquanto na praça central foram entrevistadas cinco

pessoas. Além disso, foram entrevistados três agentes públicos, sendo um vereador, um funcionário do Setor de Geoprocessamento e um funcionário da Secretaria de Desenvolvimento Social, totalizando 24 entrevistados no conjunto da pesquisa.

As entrevistas foram gravadas em áudio e, para possibilitar a análise das respostas de forma eficaz, foi utilizado um site de transcrições chamado Riverside. Esse recurso se mostrou altamente intuitivo, portanto, de fácil utilização, além de ser gratuito para até duas horas de gravação. A opção por gravar as entrevistas e transcreve-las posteriormente permitiu uma análise detalhada das respostas dos entrevistados, enquanto o método de análise de conteúdo foi escolhido para interpretar os dados coletados, proporcionando uma compreensão aprofundada das perspectivas e discursos dos diferentes atores envolvidos na questão das praças públicas e na periferia urbana sul de Santa Cruz do Sul.

A análise de conteúdo, de acordo com Bardin (2011), se configura como ferramenta metodológica fundamental. Essa técnica, conforme o autor, permite desvendar as camadas de significados presentes na comunicação, aplicando-se a diversos discursos e formas de comunicação, independente de suporte (texto, imagem, vídeos etc.).

O pesquisador, na análise de conteúdo, assume um papel duplo: primeiro, busca compreender o sentido literal da comunicação, como um receptor comum, e, em seguida, desvia o olhar para identificar significados mais profundos e sutis, ocultos entre as linhas ou entrelaçados com a mensagem principal (CÂMARA, 2013). Bardin (2011) propõe um esquema com três fases para a realização da análise de conteúdo: pré-análise, exploração do material e tratamentos dos resultados.

O método de análise de conteúdo, conforme delineado por Gaskell (2002), emerge como uma abordagem fundamental no âmbito da pesquisa qualitativa. Afirmado pelo autor, o método visa proporcionar uma compreensão profunda das interações entre os atores sociais e seus contextos, fornecendo uma base sólida para o desenvolvimento teórico e empírico.

Sob essa perspectiva, a pesquisa qualitativa busca elucidar as crenças, atitudes, valores e motivações que permeiam o comportamento humano em contextos sociais específicos. A análise de conteúdo, conforme destacado pelo autor, não apenas se concentra na descrição minuciosa de um determinado meio social, mas também serve como um alicerce para investigações futuras e como uma ferramenta para testar expectativas e hipóteses, contribuindo para o avanço do conhecimento em

diferentes áreas de estudo.

A aplicação do método na presente pesquisa é embasada pelas definições de dados qualitativos delineadas por Patton (1980), Glazier e Powell (2011) e Godoy (1995). De acordo com esses autores, os dados qualitativos são essenciais para compreender os fenômenos sociais em sua complexidade, por meio de descrições detalhadas e citações diretas das experiências dos indivíduos envolvidos.

Além disso, o uso de documento, registros e entrevistas possibilita uma análise rica em detalhes e profundidade, revelando as interações entre os atores sociais e suas percepções sobre o ambiente urbano. Essa escolha metodológica, centrada na compreensão dos fenômenos sociais a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos, permite uma análise contextualizada e aprofundada dos desafios relacionados ao acesso das praças públicas.

A estrutura da dissertação compreende três capítulos que abordam aspectos distintos relacionados ao tema do direito à cidade, urbanização e praças públicas, destacando os desafios e possibilidade de associação entre esses elementos. Além da presente introdução como primeiro capítulo, a pesquisa consiste no segundo capítulo são explorados conceitos fundamentais, como o exercício do direito à cidade a partir das praças públicas no contexto do processo de urbanização. Também serão discutidas as questões da urbanização intensa e desigual, bem como os desafios do planejamento urbano para garantir espaços públicos acessíveis e justos, considerando as diferentes realidades dos espaços urbanos.

O terceiro capítulo concentra-se no processo específico de urbanização de Santa Cruz do Sul e nas contradições socioespaciais entre a área central e a periferia urbana sul da cidade. Serão analisados o desenvolvimento do núcleo urbano, a expansão planejada e a produção da periferia sul, destacando os desafios enfrentados nesse contexto urbano. Serão examinadas as dinâmicas de crescimento urbano, as políticas de ocupação do espaço e as implicações para a distribuição e uso das praças públicas nessa região da cidade.

No quarto e último capítulo, a análise volta-se para o acesso e uso das praças públicas na periferia urbana sul de Santa Cruz do Sul. Serão investigadas a disposição espacial e as condições de uso das praças nessas áreas, com a caracterização de cada bairro estudado. Além disso, serão apresentadas as perspectivas dos moradores da periferia sul, dos frequentadores da praça central e dos agentes públicos responsáveis pela gestão urbana, proporcionando uma compreensão abrangente das

dinâmicas e desafios relacionados às praças públicas nessa região da cidade.

2 DIREITO À CIDADE, URBANIZAÇÃO E PRAÇAS PÚBLICAS: UM DESAFIO DE ASSOCIAÇÃO POSSÍVEL?

A presença e acessibilidade aos espaços públicos, em especial às praças, desempenham um papel fundamental como uma das facetas do direito à cidade. Esse direito ganha relevância, sobretudo, em meio ao contexto contemporâneo de urbanização intensa, desigual e excludente, característica marcante em países periféricos como o Brasil.

A produção e acesso a esses equipamentos urbanos, como as praças públicas, é frequentemente negligenciada, privando a população de espaços de convívio, encontro e lazer. Essa carência é especialmente evidente nas áreas periféricas das cidades, onde a oferta de tais espaços é limitada. Nesse sentido, a análise das praças públicas revela-se de extrema relevância para compreender as dinâmicas urbanas e, por conseguinte, para abordar o direito à cidade.

Para relacionar o direito à cidade a partir do uso e acesso aos espaços públicos partindo da distribuição desses espaços sobre a cidade no processo de urbanização, se faz necessário construir um embasamento sólido com produções bibliográficas relevantes sobre a temática. Esse capítulo se propõe, portanto, em analisar autores que abordam os conceitos, no intuito de apresentar a conjuntura urbana santacruzense na esfera do direito à cidade e espaços públicos.

Portanto, no primeiro segmento foi examinado o exercício do direito à cidade a partir das praças públicas no contexto do processo de urbanização, destacando o papel desses locais como elementos catalisadores para a vivência urbana. Em um segundo momento, foi abordado a intensa e desigual urbanização, enfatizando os desafios inerentes ao planejamento urbano. Posteriormente, foi explorado a interseção entre cidade, espaços públicos e justiça espacial, compreendendo como a distribuição desigual desses espaços públicos impacta a equidade na urbe. Por fim, é investigado a definição das distintas categorias de espaços públicos, analisando suas características gerais.

2.1 O exercício do direito à cidade a partir das praças públicas no processo de urbanização

O direito à cidade é um conceito que tem sido cada vez mais discutido na atualidade. Refere-se ao direito dos cidadãos de participar ativamente na tomada de decisões sobre o uso e desenvolvimento de suas cidades. Isso inclui o acesso a serviços básicos, como moradia, transporte, saúde e educação, bem como o direito à participação democrática e à diversidade cultural. Para garantir o direito à cidade é preciso que os espaços urbanos sejam projetados e construídos de forma a promover a inclusão e igualdade social.

As praças públicas são um exemplo de como o espaço urbano pode ser utilizado para promover a convivência e a interação social. As praças são espaços abertos e acessíveis a todos, sendo projetadas para promover a fruição do espaço urbano e a realização de atividades culturais e esportivas, sendo, dessa forma, importantes para vida das/nas cidades, pois permitem que as pessoas se encontrem, pratiquem o lazer e expressem suas opiniões. Essa ideia vai ao encontro de Lefebvre (2016, p. 116) quando afirma que “um caminho se abre, o da sociedade urbana e do humano como obra nessa sociedade que seria obra e não produto”.

Contudo, a cidade é um espaço complexo. É nela onde se entrelaçam diversas dimensões da vida social, econômica e cultural. Nesse contexto, o direito à cidade é fundamental, pois garante aos cidadãos o direito de participar ativamente na construção e gestão da cidade, tendo voz nas decisões sobre o seu desenvolvimento, abarcando o direito à moradia adequada, ao transporte acessível, a saúde e à educação, bem como o direito de viver em um ambiente urbano seguro, saudável e sustentável.

O impasse para o pleno exercício do direito à cidade advém do atual processo de urbanização. Tal fenômeno global tem sido acompanhado de mudanças significativas na forma como as cidades são projetadas, construídas e vividas. Porém, a urbanização nem sempre se desenvolve em concomitância com a projeção de políticas públicas adequadas, gerando problemas urbanos como a falta de serviços básicos e a desigualdade espacial.

A intensificação do processo de urbanização capitalista reflete-se na qualidade de vida e pelo exercício do direito à cidade. Esse fenômeno, profundamente marcado pela desigualdade e exclusão, influencia diretamente a forma como os espaços

urbanos são produzidos, distribuídos e utilizados socialmente. A cidade, enquanto espaço de vivência coletiva, sofre os impactos dessa urbanização desigual, onde os espaços públicos, por vezes escassos ou precariamente equipados, são mal distribuídos e, frequentemente, submetidos à lógica da privatização.

De acordo com Harvey (2006), a sustentação contínua do sistema capitalista repousa intrinsecamente na vitalidade incessante da circulação de capital. Se, porventura, houver uma interrupção nessa circulação devido à inviabilidade de lucro, a reprodução da vida cotidiana, conforme é conhecida, tenderá a desagregar-se no caos. O autor delinea como essa produção é permeada pela lógica do mercado, permitindo compreender como ocorre a composição das disparidades no que concerne o acesso e à utilização dos espaços urbanos. A interrupção na circulação de capital, intrínseca à sobrevivência do sistema, pode, portanto, conduzir não apenas a implicações econômicas, mas também a repercussões profundas na organização e acessibilidade dos espaços urbanos, ressaltando a vulnerabilidade inerente à dinâmica capitalista na configuração dos ambientes urbanos.

É nesse sentido que torna-se possível associar o exercício da democracia através do uso e acesso às praças públicas. Democracia que, em muitos momentos, pessoas que integram unicamente a sociedade civil cobram uma das outras a igualdade e equidade, esquecendo-se de cobrar o desenvolvimento de novas políticas públicas por parte de quem as faz. Portanto, é possível afirmar que as praças públicas não serão revitalizadas e/ou sequer criadas sem apoio público para que a população possa usufruir de maneiras diversas.

A página na internet do Instituto Pólis apresenta a seguinte definição para o direito à cidade:

O Direito à Cidade é um direito humano e coletivo, que diz respeito tanto a quem nela vive hoje quanto às futuras gerações. É um compromisso ético e político de defesa de um bem comum essencial a uma vida plena e digna em oposição à mercantilização dos territórios, da natureza e das pessoas (Instituto Pólis, 2022, s/p.).

Apesar da definição acima resumir de forma clara o conceito, o direito à cidade torna-se demasiado complexo ao ser associado a outros conceitos. Perpassa pela construção histórica, pelo desenvolvimento urbano, pelas relações de produção e consumo. Conforme Harvey (2014) expõe, é um direito complicado de ser efetivado quando se leva em consideração a urbanização contemporânea capitalista.

Habermas (1961) no século XIX já discursava sobre a mercantilização do espaço público. O espaço público ia perdendo seu significado ao ponto em que as necessidades humanas de consumo precisavam ser sanadas e, diga-se com ousadia acerca do público que ocupa as praças na atualidade, as necessidades da classe média, hoje, baseadas igualmente no consumo, precisam ser sanadas.

Lefebvre (2016) oferece como ponto de partida para se compreender a cidade e, portanto, o direito à cidade, o processo de industrialização, afinal, “esse processo é [...] o motor das transformações na sociedade” (Lefebvre, 2016, p. 11), sendo este um propulsor da urbanização. O filósofo apresenta a industrialização como um indutor aos problemas acerca do crescimento e do desenvolvimento da realidade urbana, destacando ainda a necessidade de não se desatentar a relevância no que concerne o lazer e a cultura.

Ademais, a industrialização burguesa, conforme Marx e Engels (2005) já evidenciava, tem uma atuação de destaque na morfologia urbana. O modo de produção burguês teve responsabilidade na criação dos centros urbanos, pois subordinou o homem do campo à cidade arrebatando “uma grande parte da população do embrutecimento da vida rural” (Marx; Engels, 2005, p. 44). Nesse processo, os autores também afirmam a responsabilidade da burguesia no processo de urbanização uma vez que “aglomerou as populações, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos” (Marx; Engels, 2005, p. 44). Linearmente a esse pensamento, Harvey (2014) expõe a existência das cidades através de uma “concentração geográfica e social” fomentadas por um “excedente de produção”, concluindo que a urbanização sempre foi “algum tipo de fenômeno de classe” (Harvey, 2014, p. 30).

Harvey (2014) afirma a relação de troca entre o capitalismo e a urbanização, ou seja, o capitalismo está sempre produzindo excedentes exigidos pela urbanização ao passo que o capitalismo precisa da urbanização para absorver os excedentes de produção que nunca param de ser produzidos.

Para além do processo de industrialização, a urbanização é a soma das relações de ordem econômica, social e política (Santos, 1993). Ao se pesquisar no dicionário o termo “urbanização” será encontrada a seguinte definição:

1. ato ou efeito de urbanizar-se// 2. Conjunto de técnicas e de obras que permitem dotar uma cidade ou área da cidade de condições de infraestrutura, planejamento, organização administrativa e embelezamento conforme aos princípios do urbanismo (Dicio, 2022, s/p.).

A urbanização é, portanto, a ligação das potencialidades de interação que a cidade pode oferecer “à potência multiforme que gera reagrupamento de uma grande quantidade de pessoas em um mesmo lugar” (Ascher, 2010, p. 19).

A urbanização como um processo indutor de mudança nas estruturas físicas, políticas, econômicas e sociais das cidades, possui o papel de forçar adequações conforme as necessidades exigidas por cada setor (Cano, 2010). Nesse sentido, Alves (2013, p. 20) apresenta a urbanização como uma questão moral de organização dos espaços na cidade “quer os organize em função do capital, quer os construa como foco a totalidade da sociedade”. Esse pensamento encontra abrigo na concepção da cidade como lugar de produção da vida social (França, 2020).

A urbanização ascendida com a Primeira Revolução Industrial, na qual Marx se referia, cede lugar para a urbanização contemporânea das cidades, gerada pela Quarta Revolução Industrial, a qual é caracterizada pela revolução tecnológica e científica. Duas características do processo da urbanização contemporânea que devem ser elencadas são a internacionalização da economia e as sociedades em redes. Esses dois pontos são inseridos em uma conjuntura de “reestruturação produtiva em dinâmicas recentes de produção, acumulação, circulação e consumo de capital, avanço de fluxos, técnicas, informações, comunicações e tecnologias e reordenamento espacial” (França, 2020, p. 78).

Tais transformações exigem novos arranjos no território e espaço citadino. Cidades que antes haviam sido arquitetadas e desenvolvidas com base em um planejamento para abrigar um número específico de habitantes segundo sua função e necessidade regional, hoje se encontram inseridas no mercado global.

O desenvolvimento da indústria e das novas tecnologias vem modificando a geografia não apenas de metrópoles e grandes centros urbanos, mas também de pequenas e médias cidades. A inserção de indústrias globais, o desenvolvimento técnico e científico através das universidades em cidades descentralizadas atrai migrações de pessoas que visam trabalho, qualidade de vida e/ou qualificação profissional, contribuindo com o crescimento econômico de maneira significativa,

porém, em um ritmo descompassado com o qual o desenvolvimento do planejamento urbano é capaz de avançar (Oliveira Junior, 2010).

Embora o conceito de direito à cidade tenha sido disseminado a partir de Lefebvre, Harvey (2014, p. 15) afirma não ser uma criação de mero “capricho e modismo intelectuais”. O direito à cidade irrompe “das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero.”, ou seja, o direito à cidade constitui-se a partir do reflexo da sociedade sobre a cidade, tomada por histórias, conflitos e obras de pessoas e grupos.

Muito é atribuído ao direito à cidade a ideia de direito à habitação. Não deixa de ser uma verdade, porém, o direito à cidade é tomado por um leque de significações que não deve ser resumido de maneira tão simplória. O direito à cidade é o direito de habitar, habitar uma construção minimamente digna para ser chamado de lar, habitar as ruas sem sentir medo, habitar os espaços públicos, as praças, com o sentimento de pertencimento, enfim, habitar a cidade e não somente na cidade.

Porém, exercer o direito de habitar a cidade plenamente tem encontrado percalços expressivos no modelo de urbanização contemporânea. Os modos de produção globais não modificam somente os espaços urbanos, mas forjam o comportamento social e até mesmo os signos da comunicação das sociedades (Oliveira; Borges, 2018).

Oliveira e Borges (2018, p. 747) colocam a luz o pensamento capitalista atual que busca colocar o desenvolvimento social como consequência intrínseca ao desenvolvimento econômico. Os autores, ao realizar uma análise histórica de países, com foco nos países subdesenvolvidos, constatam a falácia de tal teoria, afirmando que “em vários países o aumento da riqueza econômica, [...] tem agravado, especialmente na questão da segregação social e distribuição desigual de renda.”

A ideia de Oliveira e Borges (2018) encontra suporte em Lefebvre (2016) quando este disserta sobre a produção da “miséria mental e social” a partir descaracterização da cidade imaterialmente, “destituindo a sociedade da socialização” (Hilário; Porto, 2018, p. 138). Seguindo ainda o pensamento do intelectual francês, tem-se como resultado uma inclinação para a aniquilação da cidade, ao passo que ocorre a intensificação do urbano e dos problemas que o acompanham.

Tais problemáticas que acompanham o processo de urbanização que, por sua vez, tem sua expressividade a partir da Primeira Revolução Industrial, na qual Marx e Engels (2005) definem como ponto de partida do capitalismo, podem ser apontadas como consequência do sistema de acumulação de capital. Harvey (2006, p. 192) afirma a impossibilidade de funcionamento do capitalismo como sistema político não fosse “as possibilidades da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual”.

Se os segmentos da sociedade situados na base da pirâmide social são por vezes os mais afetados com as consequências negativas urbanas desse intenso processo de urbanização, as reformulações das cidades precisam ser pensadas de acordo com as necessidades de seus habitantes, sem distinção de classe pois, o direito à cidade

[...] é um direito de mudar e reinventar a cidade de acordo com nossos mais profundos desejos” afinal, “é um direito mais coletivo do que individual” e a cidade almejada será alcançada através do “exercício de um poder coletivo sobre o processo de urbanização” (Harvey, 2014, p. 28).

Harvey (2014, p. 28) apresenta uma provocação ao afirmar sobre a preciosidade do direito à liberdade que o homem tem em fazer e refazer a si próprio e sobre a cidade, “ainda que seja um dos mais menosprezados”. Porém, Lefebvre (2016) recorda que, apesar de a cidade constituir uma democracia, tal democracia é tomada por elementos hierarquizados.

Lefebvre (2016) ao pensar sobre a filosofia da cidade e a ideologia urbanística, propõe como crítica a ideia de pensar a nova cidade ou a cidade moderna como eram as cidades antigas. Apresenta como exemplo a ágora, permanente símbolo da sociedade urbana, local do exercício da democracia, porém, limitada, excluindo as mulheres, os escravos e os estrangeiros.

A cidade precisa ser pensada e planejada com base nas necessidades de agora, visando as urgências que necessitam de resolução. Frequentemente vê-se líderes políticos tentando ou defendendo a implementação de modelos europeus de bem-estar social. Esquecem-se do trajeto histórico percorrido que permitiu o funcionamento de tais políticas.

Por vezes, um dos exemplos mais citados é o caso do país escandinavo, a Noruega. Segundo Kuhnle, Hort e Alestalo (2017) explicam o não surgimento de periferias urbanas devido ao sucesso da equilibrada distribuição espacial das indústrias de exportação. Os autores dão destaque para o primeiro movimento da classe trabalhadora formado por trabalhadores industriais e um proletariado rural. Com o surgimento dos partidos de massa, a divisão estrutural das classes configurou-se como a classe alta urbana, a classe trabalhadora e os camponeses.

Kuhnle, Hort e Alestalo (2017, p. 42) ressaltam as características das instituições do Estado de Bem-Estar Social como o estatismo e o universalismo e as políticas de bem-estar social tendo como princípios a igualdade, a dignidade humana e a segurança. Para a efetividade das políticas, os países nórdicos são regidos por uma “governança consensual” onde ocorre a participação da sociedade civil através “de relações triangulares entre governo, sindicatos, associações de empregadores ou organizações similares na agricultura” antes que seja tomada qualquer decisão definitiva.

Além dessas questões, os autores acima citados descrevem o equilíbrio do funcionamento das políticas como uma “herança viking”. Durante o período histórico dos povos vikings existia uma distribuição de terras relativamente igualitária entre a população, da mesma forma não existia um senhor detentor de todas as propriedades que exigisse o pagamento de tributos. As terras eram de todos. Isto é, a divisão e distribuição nesses países sempre teve uma espécie de senso de igualitarismo e justiça sem distinções de classe.

O exemplo apresentado visa elucidar a desproporção em tentar instaurar um modelo de política em países que passaram por processos históricos distintos. O Brasil é dono de uma história repleta de desigualdades e injustiças, com uma industrialização e urbanização forçadas, portanto, tais modelos muito provavelmente não seriam efetivos aqui.

Para pensar na efetivação do direito à cidade brasileiro, as medidas a serem tomadas devem ser pensadas e baseadas em todo o processo que gerou as desigualdades presentes hoje no país. Deve-se pensar na cidade do futuro mais justa e igualitária visando as problemáticas encontradas e com soluções disponíveis dentro da história e território nacional. No próximo tópico busca-se, portanto, identificar algumas características do processo de urbanização brasileiro e os impasses encontrados pelo planejamento urbano.

2.2 A urbanização intensa e desigual e o desafio do planejamento urbano

A qualidade de vida das cidades médias tem levado à atração de novos moradores, resultando em um crescimento urbano acelerado. Em alguns casos, o crescimento físico da urbanização, por conta da lógica excludente e segregadora do mercado imobiliário, não é capaz de atender as demandas sociais de habitação, expulsando a população para os bairros periféricos da cidade.

O crescimento demográfico das cidades despreparadas estruturalmente para receber a onda de novos habitantes gera problemas expressivos como a precarização das relações de trabalho, o crescimento da pobreza, a inadequação da própria estrutura urbana, a estratificação social etc. (Oliveira Junior, 2010; França, 2020). O planejamento urbano é uma das ações centrais para a resolução das problemáticas advindas da urbanização acelerada, ou esse é o objetivo nas produções para o planejamento.

As praças públicas como local principal de encontros, lazer, manifestações políticas, eventos culturais etc. são uma característica marcante do desenvolvimento urbano das cidades. Se, hoje, é possível encontrar em pequenos municípios ou cidades, pequenas praças, nas cidades médias esses espaços são mais numerosos, mas também mais desiguais em sua distribuição espacial no espaço urbano. As diferentes territorializações das praças públicas na cidade demonstram a pluralidade das relações sociais presentes na sociedade.

Antes de mergulhar na ideia de planejamento urbano, se faz necessário voltar no tempo, como bem lembra Nunes (2017), e fixar o pensamento que cidades do mundo antigo, como é o caso do Egito, Mesopotâmia, além de antigas cidades asiáticas e cidades ocidentais com destaque, compunham sociedades que devem ser classificadas como sociedades urbanas. Ainda de acordo com o autor, é nas cidades que as sociedades encontram abrigo para consolidarem-se, pois, assim como em Atenas, é o lugar que dá vazão para as práticas democráticas e produções intelectuais.

Nunes (2017) destaca as sociedades de mercado, caracterizadas pela concorrência entre os agentes econômicos que culminaram impelindo a inovação tecnológica na produção ao passo que influi na expansão do modelo através de condições diversas, englobando novos territórios e ignorando os padrões já

existentes. O autor ressalta que esse padrão de ocupação urbana, iniciado pelas sociedades europeias, criou raízes e é replicado até os dias atuais.

Santos (2010) utiliza de um estudo comparativo entre a urbanização verificada nos países subdesenvolvidos e desenvolvidos, realizado por Sidney Goldstein e uma equipe do Departamento de População da Organização das Nações Unidas. O estudo consistia em identificar se é possível comparar países subdesenvolvidos, no qual passam por um processo de urbanização acelerada, e desenvolvidos utilizando um período de tempo em que os processos de urbanização fossem equivalentes.

Após ter sido analisado comparativamente os países selecionados, Santos (2010) destaca que mesmo com a verossimilhança nos processos de urbanização dos países, os indicadores demonstram algumas diferenças. Um dos exemplos apresentados é o comparativo do Brasil e Finlândia. Para tanto, foi utilizado como parâmetro alguns dados como taxa de escolaridade, consumo de energia elétrica, expectativa de vida, porcentagem de mão de obra não agrícola e densidade do movimento postal. Os níveis de urbanização entre os dois países é quase o mesmo. Porém, a disparidade entre os outros dados obtidos é demasiado acentuada. A conclusão elaborada por Santos (2010, p. 34) cabe aqui por afirmar, livre de dúvidas, que “nos países subdesenvolvidos estamos em face de uma urbanização demográfica, enquanto nos países industrializados a urbanização seria principalmente ‘tecnológica’ ou econômica”.

As investigações que visam retratar os problemas do processo de urbanização buscam focar os problemas contidos na cidade, uma vez que deveriam estar atentos aos problemas da cidade em si. A cidade deve ser pensada como um único organismo e, conseqüentemente, a urbanização, tal qual o planejamento urbano, são componentes de tal organismo. As políticas públicas, que objetivam os melhoramentos na cidade, necessitam de articulações capazes de contemplar os diversos âmbitos, sem que para isso grupos sociais ou outras esferas que compõem o ambiente urbano sejam prejudicados, ou seja, com um objetivo social coerente (Harvey, 1977).

O processo de urbanização, conforme expressado no tópico anterior, toma maior proporção em face da Revolução Industrial no final do século XVIII. Considerando a Inglaterra pioneira, tendo em 1850 50% da população residindo nas cidades, é durante o século XIX que o processo de urbanização se expande para outros países da Europa Ocidental e para os Estados Unidos da América.

Tal fenômeno, até a primeira metade do século XX, possuía expressão apenas nos países industrializados e desenvolvidos. No Brasil, que até então abrigava a maior parte da população em áreas rurais, recebe o fenômeno da urbanização com intensidade a partir da segunda metade do século XX, estando esse período ligado também à industrialização em alguns países da América Latina.

Holanda (2010) descreve que o fomento é devido aos projetos criados pelo Estado brasileiro nos anos de 1940, colaborando para a entrada de multinacionais no país, em expansão nos anos de 1950 e 1960. Com o crescimento da indústria, objetivava-se a formação de um mercado consumidor interno e a incrementação do setor terciário dotado de capacidade para impulsionar esse mercado. É nesse contexto de aceleração e de interiorização da urbanização que surgem as cidades médias com o movimento migratório campo-cidade.

Nesse período, as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro são consolidadas como metrópoles e, além disso, os respectivos estados de São Paulo e Rio de Janeiro concentravam as cidades médias do país. As razões para isso foram a herança colonial em aspectos políticos e econômicos e por já ter sido a capital do Brasil, tais características eram condicionantes para a reprodução do capital de forma diferente do resto do Brasil (Holanda, 2010). A intensa migração da população rural para os centros urbanos ocasionou em um salto de 10,7% para 31,24% nos índices de urbanização entre os anos de 1920 e 1940 (Santos, 1993).

Através da inserção do transporte rodoviário na década de 1940 tornou-se possível o fluxo de produtos agrícolas, provenientes da região Nordeste, destinados a nutrir as indústrias no centro-sul do país. Esse movimento ocasionou no crescimento populacional em diversas cidades no interior do país, demandando por novos serviços, corroborando com o surgimento de novos centros ligados diretamente com cidades maiores (Holanda, 2010).

Em resumo, Pinheiro (2007) explica que, enquanto nos países desenvolvidos as renovações tecnológicas ocorriam em paralelo às necessidades, nos países subdesenvolvidos foi implantado de uma vez só os ramos de produção. Em Santos (1993) é possível verificar como consequência a rápida aglomeração urbana entre os anos de 1940 e 1980. A taxa de urbanização brasileira saltou de 26,35% em 1940 para 68,86% em 1980. O autor constata que durante esses 40 anos a população brasileira triplica, deste total somente a população urbana multiplica-se por mais de sete vezes.

A explicação para a maciça migração da população rural para os centros urbanos, além da rede rodoviária, gira em torno da criação de uma legislação trabalhista aplicada apenas nas áreas urbanas, a redução da mortalidade frente a extensão da rede pública de água, incentivo à vacinação, atendimento à gestante e melhora no nível de escolaridade das mulheres (Pinheiro, 2007).

Ao reduzir os habitantes de zonas rurais que migraram para os centros urbanos, em 1976 é criada uma política de incentivo às cidades médias, chamado Programa Nacional de Apoio às Capitais de Porte Médio (PNCCPM) com o objetivo de homogeneizar o sistema urbano, possibilitando o desenvolvimento econômico e mudanças nos fluxos migratórios (Holanda, 2010).

Tais políticas, a cidade industrial e a inversão de concentração populacional pode ser lida como um mecanismo de subjugação do campo a cidade fazendo-se paralelo a tal problema já desenhado em Lefebvre (2008). Monte-Mór (2006, p. 14) define o urbano como “a síntese da antiga dicotomia cidade-campo, [...] a manifestação material e socioespacial da sociedade urbano-industrial contemporânea, estendida, virtualmente, por todo o espaço social”. Isto é, se antes a urbanização estava contida nos limites da cidade, hoje o tecido urbano alargou-se por todo o território. Os movimentos sociais que reivindicavam o controle dos meios coletivos de reprodução deixam de ser exclusivos das áreas urbanas e passam a abarcar, também, as populações rurais depois dos anos de 1980 (Monte-Mór, 2006).

Além disso, o campo deixa de ser lugar de residência e torna-se lugar de produção com a mecanização das técnicas. Conforme Alves (2013) demonstra, o Brasil segue com o setor da produção agrícola e extrativista em alta, porém, o homem se faz cada vez menos necessário para a produção no campo. Como consequência da mecanização, a população do campo é transferida para as cidades.

A migração da população do campo não procura mais apenas as metrópoles e cidades médias. Destinam-se também às cidades pequenas objetivando trabalho em lavouras, conforme o exemplo apresentado por Alves (2013) onde os nordestinos migram para cidades pequenas no interior do Centro-Oeste e Sudeste para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar.

Retornando à expansão urbana, após os anos de 1980 o Brasil experimenta uma crescente desmetropolização, onde cidades com contingente populacional de 200 mil e 500 mil habitantes se tornaram mais comuns. Ainda que esse fenômeno ocorra, as grandes metrópoles, como é o caso de São Paulo, seguem detendo as

atividades relacionadas à gestão da produção, ao mercado financeiro e aos ramos de tecnologia mais avançados (Alves, 2013).

De maneira geral, a implementação brusca da indústria no século XX, a inserção da indústria internacional no mercado nacional, as migrações de expressivos contingentes da população rural para as cidades, a migração de parte da população metropolitana para as cidades médias e pequenas podem explicar o contingente populacional nas periferias urbanas brasileiras. É com base nessa problemática que o planejamento urbano tenta se desdobrar para solucionar as consequências da rápida, intensa e desordenada urbanização experienciada no Brasil.

Políticas de habitação, distribuição do solo, questões referentes às infraestruturas urbanas são alguns tópicos de responsabilidade do planejamento. Souza (2001, p. 46) reflete sobre o termo o caracterizando como a ação de tentar “simular os desdobramentos de um processo” objetivando uma maneira de “melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios”. Ou seja, planejar o urbano é estar atento aos problemas físicos e sociais que sondam e poderão vir a agravar-se por motivos diversos na cidade, buscando minimizar os efeitos de impacto negativo ou atuar extraído benefícios daquilo que é positivo.

Em sua gênese, o planejamento urbano era identificado como um instrumento de política higienista que, como o próprio termo deixa por subentender, aspirava o controle de doenças infectocontagiosas através da intervenção pública (Santos, 2006). Em um segundo momento, o planejamento urbano passa a desempenhar um papel tecnocrático definido pela amplificação potencial da tecnologia e por um modelo replicável em qualquer contexto urbano (Santos, 2012). Essa forma de planejar favorecia a reprodução da força do modo de produção capitalista.

A visão em torno do planejamento urbano como uma extensão do capital está regida pelo “agravamento ou exacerbação de disparidades sociais” (Santos, 2003, p. 13) a partir do momento em que possibilitou o capital internacionalizado entrar nos países subdesenvolvidos (Cruz, 2011). Ao encontro dessa ideia, Ribeiro (2012) reflete sobre a instrumentação do planejamento urbano pelas elites no Brasil, percorrendo seu desenvolvimento em três períodos baseados na metodologia de Flávio Villaça (2004).

O primeiro período é findado em 1930, quando a ideia central estava baseada no melhoramento e embelezamento das cidades, utilizando como inspiração os

padrões europeus para uma monumentalização das construções, a fim de acorrer o capital imobiliário para a valorização de áreas específicas recebentes de investimentos. Essa objetivação acaba por segregar espacialmente a parcela mais carente da população, forçando-os a um deslocamento em direção às precárias periferias.

O segundo período, percorrido entre 1930 e 1990, do planejamento no Brasil, descrito pelo autor, é caracterizado pela tentativa de solução para a resolução dos problemas urbanos de segregação e infraestrutura precária gerados no período anterior. Ribeiro (2012, p. 80) descreve a tentativa de desenvolvimento do planejamento urbano como “técnica de base científica”, relacionando-o com as atividades intelectuais.

O terceiro período, iniciado na década de 1990 e não findado, tem como marco a Constituição de 1988 com todas as suas especificações e regulação urbana. A relevância da Carta “exigiu mudanças na atividade do planejamento urbano” (Ribeiro, 2012, p. 81). Contudo, o autor frisa que as mudanças vieram a aproximar o planejamento urbano muito mais de uma função discursiva, o afastando da efetividade das ações.

No caso das cidades médias no Brasil, o direcionamento do planejamento urbano e regional em âmbito nacional, fundamentava-se na promoção da urbanização das cidades médias, evidenciando uma influência substantiva francesa de *aménagement du territoire* abordado por Amorim Filho e Serra (2001). Alguns atributos eram necessários nas cidades para constarem na esfera de cidade média. Dentre esses atributos, os autores elencam a relevância e constância das relações com o espaço regional subordinado, a necessidade de tamanho demográfico capaz de ofertar uma série de bens e serviços que atendam ao seu entorno para além dos limites regionais, ao passo que sejam capazes de ocupar o lugar de centros de crescimento econômico regional, estrutura para receber e assentar os migrantes provenientes de áreas rurais e cidades menores através da oferta de trabalho, relação dinâmica com o espaço rural microrregional e a discriminação do espaço intra-urbano, possuindo um centro plenamente operacional e uma periferia dinâmica.

Amorim Filho e Serra (2001) concluem que tais aspectos buscavam resultar em um equilíbrio interurbano e urbano-regional, a fim de estancar os fluxos migratórios que saturavam os grandes centros urbanos e metrópoles, visando a eficiência de

alguns setores produtivos e a multiplicação do sistema socioeconômico nacional, compactuando dessa forma com o desenvolvimento das cidades médias brasileiras.

Pasavento (2015) apresenta como reflexão sobre uma cidade que antes de sua existência é pensada, sonhada, idealizada no mundo imaginário. Uma cidade utópica, mas não livre de interesses políticos e especulações econômicas. Com objetivos que visam resultados efetivos, as reformulações urbanas sob a responsabilidade do planejamento pensam “projetando a ‘**cidade que se quer**’ sobre a ‘**cidade que se tem**’” (Pasavento, 2015, p. 379, grifo nosso). É nesse contexto que o espaço público toma forma nas reflexões do presente trabalho.

Carlos (2013, p. 14) afirma a alienação da produção da cidade. Segundo a autora, a cidade irrompe “como privação, perda, estranhamento, revelando os descompassos entre tempo da vida e aquele da transformação da morfologia urbana”, mudanças demandadas pelas políticas urbanas produzidas com o objetivo de manter a reprodução do capital.

As políticas urbanas apontam os setores e áreas nos quais os investimentos serão feitos, em suma, naqueles propícios para tais realizações, sendo prejudicial para as áreas menos favorecidas. As produções de determinadas infraestruturas em “áreas nobres”, como a construção de edifícios corporativos e residenciais voltados para as classes mais abastadas, em parceria dos setores público e privado reordenam o espaço urbano, expulsando os habitantes não compatíveis com a nova realidade urbana (Carlos, 2013).

Sob o discurso de desenvolvimento econômico através da atração de novos investimentos de capital inseridos no plano global, a propriedade privada adentra o planejamento disfarçada de, segundo Carlos (2013) função “social”, escondendo o seu efeito segregador e conflitante. Conforme Carlos (2013, p. 4) define:

O motor do processo de produção espacial da cidade é determinado pelo conflito a partir das contradições inerentes às diferenças de necessidades e de pontos de vista de uma sociedade de classes, manifesta na propriedade privada do solo e, conseqüentemente, no seu uso. É assim que a cidade vai se reproduzindo hoje como “exterioridade”, e percebida como “potência estranha à sociedade”.

É com esses elementos que a crise urbana reproduz uma sociedade cada vez mais desigual e segregada/segregadora, visto que a própria sociedade é produtora do

espaço urbano. É nesse contexto que surge a necessidade da construção de projetos calcados na compreensão dos processos que constituíram a cidade (Carlos, 2013).

Burgos (2016) apresenta a relevância dos espaços públicos através de sua aproximação com a história da formação territorial das cidades, partindo de sua origem, perpassando por todas as transformações, uso e apropriação dentro de cada período histórico, permitindo a compreensão da conjuntura social e dos conflitos existentes. Ocorre que, conforme o capital privado se insere nas políticas de planejamento e desenvolvimento, esses espaços relevantes para a sociedade, passam a ser moldados em conformidade com os interesses das classes hegemônicas, tornam-se centralizados e regidos pelo mercado.

Ampliação progressiva da população decorrente do incremento dos fluxos migratórios para as cidades médias, novos loteamentos voltados para a classe média, construção de condomínios de luxo, precarização do trabalho, projetos voltados para a estruturação de ruas com o intuito de melhoramento na circulação de veículos particulares, moradias populares de baixa infraestrutura, concentração do trabalho em áreas centrais da cidade e em complexos industriais são alguns exemplos de plausível explicação, elencados por Medeiros (1971), para a vida circular do trabalhador de menor renda que, devido a circunstância de distância e condições de locomoção entre casa e trabalho, tem seu tempo de lazer usurpado.

O espaço público é procurado e utilizado majoritariamente para a ação de contemplação passiva, possui o papel de sediar a participação ativa dos indivíduos na vida coletiva da cidade. É repleto de simbologias que representam a vida urbana e moderna (Carlos, 2013). É nesse sentido que a relevância do espaço público se expressa através da sociedade, seja pela presença ou falta.

2.3 Cidade, espaços públicos e justiça espacial

Innerarity (2010, p. 107) traduz o espaço público como “o espaço cívico do bem comum” divergindo das esferas privadas que atuam intuitivamente por interesse próprio. Nesse sentido, os espaços públicos devem (ou pelo menos deveriam) estar próximos a casa do cidadão comum, não sendo somente um mero detalhe de embelezamento do planejamento urbano nas regiões centrais da cidade. Acessar e usufruir dos espaços públicos é um direito ao lazer, um direito a pertencer, um direito a viver a vida na cidade a qual pertence.

Lefebvre (2016) ao refletir sobre as especificidades da vida urbana, questiona se não seria a falta de lugares qualificados de encontro e troca, troca essa não baseada no comércio, mas de convívio social, uma necessidade? Coelho (2014) afirma a dificuldade de definir o conceito de espaço público dado as mais diferentes interpretações e significações, partindo do pressuposto baseado nos diferentes campos de conhecimento e, portanto, responder diretamente à pergunta de Lefebvre também se torna complexo.

Pode-se classificar como espaços públicos, portanto, as praças com a finalidade do convívio social, os pátios “definidos a partir de uma igreja ou outro elemento arquitetônico expressivo” (Mendonça, 2007, p. 299) responsáveis por viabilizar encontros sociais, os parques com a finalidade, num contexto geral, de entretenimento e os largos constituídos por edificações de viés comercial como feiras públicas (Carneiro; Mesquita, 2000). Para além das delimitações físicas e edificações, o espaço público é concebido como lugar da pluralidade, da troca entre diferentes atores sociais produtores do espaço (Burgos, 2016).

Para Gomes (2018, p. 117), um primeiro elemento a constituir o público é reunir “entes, indivíduos, com qualidades, interesses, valores e projetos diversos”. Para tanto é imprescindível balancear as regulações e limites “para a satisfação parcial desses diferentes interesses”. O autor destaca a física das relações, afinal ocorrem sobre um espaço também tomado de “regulações e limites, exprimindo na sua organização material os pactos e convenções, nesse sentido é apresentado, como exemplos, calçadas, meio-fio, faixas de pedestres e semáforos. No entanto, a própria forma de existir e viver nos espaços públicos podem torná-los normatizados e discriminatórios.

Outro elemento constituidor do espaço público é a expressão da individualidade em um meio comum, ou seja, é “estabelecer um terreno de vida comum sem que para essa convivência precisemos renunciar às nossas diversidades em termos de opinião, vontades, valores atitudes e formas de apresentação” (Gomes, 2018, p. 118). No entanto, esse ideal não é garantidor de harmonia, contrariamente “o resguardo da diversidade é a possibilidade de reconhecermos direitos em outras formas de pensar e agir que, embora contrariem as nossas, encontram também legitimidade em se manifestar e existir socialmente” (Gomes, 2018, p. 118).

Por último, um componente essencial aos espaços públicos está incutido na comunicação. A partir da garantia da legitimidade das dessemelhanças, compartilhar um mesmo espaço é tornar público características únicas e com elas, permitir o

juízo e opinião alheia. As características podem ser as mais variadas, desde a forma de se vestir até o próprio comportamento expressado publicamente (Gomes, 2018). A conjuntura desses componentes eflui propriedades, estas podem ser, a exemplo, de cunho cultural público e, quando ausentes, “há fortes chances de que esses espaços não estejam funcionando como públicos” (Gomes, 2018, p. 118).

Em complemento à ideia anterior, pode-se trazer à luz a crítica de Correia (2022, p. 83) ao dissertar sobre o surgimento de tipos de populismos protofascistas que “suscitam pelas suas formas de participação política baseada na rejeição de protocolos de fala que ignoram ou não dominam”, acarretando o emudecimento do discurso contrário. A dominação heterogênea cultural política afasta as minorias dos espaços públicos pois, “tendem a empurrá-las para as margens”.

Uma outra forma de conceituar o espaço público, talvez um tanto peculiar, são os espaços tidos como privados baseando-os na finalidade de consumo, porém podem estar na esfera pública, pois possuem livre acesso. Como exemplo desse espaço dicotômico é possível citar os *shopping centers* e os *pub's*. *Pub* é a abreviação de *Public House*. O termo tornou-se popularmente conhecido no século XVI durante o reinado do rei Henrique VII na Inglaterra. O termo sucedeu as tabernas, pousadas e cervejarias, estabelecimentos abertos a quem quisesse entrar e consumir o que era oferecido. Atualmente, da mesma forma, os *pub's*, encontrados nos quatro cantos do mundo, são de livre acesso a quem possa interessar, porém, os produtos oferecidos são comercializados. É com a premissa dessa dicotomia que Innerarity (2006) insere esses locais no conceito de espaço público.

A conceituação anterior pode gerar uma problemática pautada nos sujeitos que frequentam esses espaços. Jayme e Neves (2010, p. 609) trazem como exemplo de reflexão a revolução urbana de Paris no século XIX onde “os bulevares, com seus cafés envidraçados, permitiam que as pessoas vivessem, a um só tempo, a cena pública e o domínio privado”. A construção do sistema de bulevares da nova Paris expulsou as populações dos bairros, porém “Hausmann teria, também, possibilitado que as pessoas expulsas desses lugares frequentassem aquele centro”.

Construções e espaços pensados para uma determinada classe social, como em Paris foi pensado para a elite, porém de conotação pública, podem ser indutores de conflitos de classes quando sujeitos de menor renda ou até mesmo sujeitos de cultura e posicionamento diferentes passam a frequentar esses ambientes, ou seja, “espaços públicos são abertos a todos e, [...] muitas vezes, um grupo pode

constranger a presença de outro” (Jayme; Neves, 2010, p. 110). Do contrário também “podem questionar hierarquias estabelecidas em outras esferas, possibilitando novas interações”. Indo ao encontro da primeira colocação, as autoras destacam os espaços públicos monumentalizados como “a possibilidade de ‘contra-usos’ de lugares enobrecidos, por pessoas que estariam constrangidas de os frequentarem, devido a barreiras simbólicas e reais” (Jayme; Neves, 2010, p. 610).

Visto algumas das diferentes conceituações de espaço públicos, Serpa (2007) traz à luz a dificuldade de obter uma significação concreta do espaço público, a considerar seu espaço físico e simbólico. Entretanto, o autor apresenta uma reflexão inicial acerca da acessibilidade simbólica desses espaços, acordando com o pensamento das autoras anteriores. Não basta tão somente facilitar o acesso físico que, por ser público, é receptivo (fisicamente) a todos, dessa forma é levantado a questão de “Como explicar a apropriação seletiva e diferenciada de espaços, que, em tese, seriam [...] acessíveis a todos?” (Serpa, 2007, p. 16).

Para tentar responder à pergunta do parágrafo anterior, toma-se como cerne o conceito de justiça espacial, visto a dominação a partir da apropriação por determinados grupos nos espaços públicos. Muitos estudiosos, durante o século XX, buscaram abordar o tema, a saber John O’Laughlin (1973), G.H. Pirie (1983), Steven Flusty (1994), Henry Lefebvre (2016), Alain Reynaud (1978), Renée Rochefort (1978), Milton Santos (1987), e Van den Brule (2020).

Soja (2014) afirma que todos enfrentam de alguma forma as consequências desfavoráveis da geografia injusta, resultando em uma luta “por el espacio y el derecho a la ciudad” capaz de firmar “una poderosa fuente de indentidad compartida, determinación y efectividade” (Soja, 2014, p. 156). A ascendência dessas lutas seria capaz de mudar o mundo, ressalta o autor.

Uma distribuição homogênea e justa dos espaços públicos na cidade é fundamental, no entanto faz-se necessário haver cuidado ao se falar de justiça espacial, pois não se limita à uma justiça de distribuição de bens associados à vida coletiva. Bret (2015, s/p.) ao se referir a justiça espacial, destacando que a organização territorial está ancorada na democracia, complementa que a justiça espacial “também diz respeito ao enquadramento territorial oferecido ao respeito às identidades individuais e coletivas”. A classificação moralmente condenatória de um lugar “pode prejudicar a imagem de quem ali mora e prejudicar sua autoestima” (Bret, 2015, s/p., tradução nossa).

As apropriações excludentes e os espaços centralizados fechados e com mecanismos de segurança tem causado mudanças significativas nas relações que ocorrem sobre o espaço público, afinal “o novo modelo de segregação separa grupos sociais de uma forma tão explícita que transforma a qualidade do espaço público” (Mendonça, 2007, p. 303).

Tais transformações ocorrem, conforme Sorbazo (2006), a partir da relação entre as elites locais, a dominação política e o espaço público. Os novos espaços públicos, que fragmentam o tecido urbano, são caracterizados principalmente por sua finalidade voltada aos “grupos de maior poder econômico e, conseqüentemente, de maior poder político” (Sorbazo, 2006, p. 98) denominados pelo autor de espaços próprios. Assim como os *pub's* citados anteriormente, os espaços próprios estão quase sempre na esfera público-privado. O autor elenca dois pontos. O primeiro é o viés privado ou de acesso muito restrito dos espaços da elite. O segundo relaciona a produção desses espaços vinculada ao poder público através de “aplicação de recursos, implementação de obras, criação de leis – ou por omissão – deixando as coisas acontecerem à margem da legalidade” (Sorbazo, 2006, p. 98).

Condições que fragmentam a sociedade dentro da cidade, tais como as relações sociais de dominância e crescimento acelerado da população urbana, fazem emergir reflexões de cunho urbanístico (Lefebvre, 2016). Trazendo dados de um quadro geral no Brasil, o país teve um crescimento estrondoso entre os anos de 1960 e 2010 de habitantes em áreas urbanas, chegando ao marco de 402% de crescimento, essa porcentagem representa um salto de 32 milhões de habitantes para 160 milhões de habitantes nos centros urbanos (IPEA, 2016). Tamanha concentração de população e conseqüente expansão da malha urbana requer políticas urbanas que visem atender as demandas sociais da população, a exemplo os espaços públicos.

O Estatuto da Cidade, que regulamenta o art. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 prevê no Art.º 2, inciso I, a “garantia dos direitos a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;”, de maneira complementar o inciso IX atesta a “justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização;”. Ainda nas declarações das Diretrizes Gerais, o Art. 3º, inciso III, declara ao que compete à União

promover, por iniciativa própria e em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, programas de construção de moradias e melhorias das condições habitacionais, de saneamento básico, das calçadas, dos passeios públicos, do mobiliário urbano e dos demais espaços de uso público; (Brasil, 2001, s/p.).

Apesar da complexidade e especificidades da Carta acerca das questões de políticas urbanas de desenvolvimento, o direito à cidade ainda não é exercido de forma plena por todos os cidadãos, afinal, os aparatos previstos no Estatuto da Cidade não foram capazes de “reverter os processos de urbanização dominante” (Amanajás; Klug, 2018, p. 32).

Alguns movimentos surgem, de forma intencional ou não, como forma de resistência e exercício do direito à cidade. Esse é o caso dos “rolezinhos” que ocorreram entre os anos de 2013 e 2014 em São Paulo (SP). Movimento de grupos de jovens periféricos que se reuniam nos shopping centers para socializar. Tal movimento, não intencional de reivindicação, gerou descontentamento aos gestores, comerciários e frequentadores tradicionais desses ambientes, em sua maioria pertencentes a classe média/alta, que passaram a acionar a polícia, acarretando na dispersão dos grupos, de maneira facínora. Houve grande repercussão dos acontecimentos na época, elevando os eventos ao debate no espectro das ciências sociais, deixando “explícita a importância e necessidade da apropriação desses espaços por todos os habitantes” (Amanajás; Klug, 2018, p. 32).

Seguindo essa lógica, os espaços públicos sempre foram lugar de conflitos, resistência e fragmentos das formas de socialização capazes de indicar as questões socioespaciais de alçada público-política. Sem os espaços públicos não é palatável a vivência urbana concreta. As relações ao longo da história ressignificam a concepção de espaço público, a depender dos valores e ideais dos grupos dominantes de cada período, amparando seus projetos nas ações políticas, como os bulevares já abordados (Burgos, 2016).

Catalão e Magrini (2017) apresentam duas contradições centrais na concepção do direito à cidade de abrangência nacional. A primeira é expressa a partir da constitucionalização da Política Urbana, na promulgação do Estatuto da Cidade e na criação do Ministério das Cidades. Para os autores, é contraditório falas afirmativas que apresentam uma visão empobrecida do direito à cidade, pois, como pauta política, pensou a cidade e a vida urbana “como meios de valorizar a coletividade como

elemento central do planejamento e salientar a necessidade de discutir a função social da propriedade e da cidade” (Catalão; Magrini, 2017, p. 124). Porém, como contradição às leis estabelecidas, a crença de que apenas com o fracionamento do direito à cidade, como os direitos previstos na Carta e no Estatuto citados anteriormente, sejam suficientes para alçar a concretude do direito à cidade, sendo, portanto, “visto como meta objetiva concretizável num determinado momento do processo de planejamento e gestão urbanas” (Catalão; Magrini, 2017, p. 125).

A segunda contradição apontada está relacionada com a primeira, quando esta é ineficiente. Nesse sentido, “o direito à cidade é uma construção, portanto, nunca acabada, nunca dada, nunca verticalmente estabelecida” (Catalão; Magrini, 2017, p. 125). Isso porque trata-se de um desenvolvimento gradual de empoderamento dos sujeitos, pois, como habitantes citadinos, necessitam tomar consciência de “constituir-se como protagonistas da condução da vida urbana, mas não como somatório da individualidade” (Catalão; Magrini, 2017, p. 125). O direito à cidade é, portanto, repensar e valorizar a cidade em coletividade.

No contexto de coletividade, é indissociável as relações sociais, relação com a natureza, costumes cotidianos e tecnologias que a sociedade deseja com a cidade almejada, afinal, o direito à cidade é “um direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade” (Harvey, 2006, p. 74). O direito à cidade é, portanto, um direito revolucionário. Contudo, seria errôneo conceber o direito à cidade como uma centelha de democracia, tendo em vista que a democracia moderna foi elaborada para “sustentar o Estado capitalista e a burguesia que o mantém” (Catalão; Magrini, 2017, p. 126).

Em sintonia, os espaços públicos, em sua maioria centrais, tornam-se mercantilizados, através da implementação de estabelecimentos com finalidade comercial em seus entornos, como novos *pub's*, cafés, lojas dos mais diversos departamentos, que visam atender a nova classe média das cidades, como consequência ocorre a hostilização, não necessariamente direta, de pessoas não pertencentes às classes demandadas.

Essa configuração encontra familiaridade ao reproduzir uma realidade desigual identificada no âmbito de moradias. De um lado estão as moradias populares e de baixa infraestrutura das periferias urbanas, em contraponto aos residenciais privados, condomínios e residenciais burgueses. Esse contraste, apresentado por Maricato e Colosso (2020), retrata a realidade desigual reproduzida, inclusive, no imaginário

social, concebendo uma segregação socioespacial que, para muito além das habitações, segrega no âmbito do convívio social.

A necessidade de espaços públicos para toda a população converte-se em reivindicações pelo direito à cidade. Porém, é necessário não tomar o direito à cidade apenas como uma luta por direitos, pois este não deve ser limitado aos contingentes materiais urbanos. O direito à cidade abarca, portanto, o urbano como estilo de vida, constituído pelos signos conectados à vida na cidade de alguma forma (Lefebvre, 2008; Catalão, Magrini, 2017).

O planejamento urbano como norteador de uma urbanização homogênea nas cidades, segue em descompasso com o crescimento urbano acelerado nas cidades. Essa dessemelhança reflete na distribuição dos espaços públicos sobre a cidade que, historicamente, possui uma construção desigual frente ao modo de produção e modos de vida capitalista, sendo a cidade pensada para as classes dominantes, arrebatando os sujeitos aos limites de seus bairros pouco equipados e residências para desfrutar de seu tempo de lazer. Pensar no direito à cidade associado aos espaços públicos é, como muitos autores advertem, complexo, pois, são conceitos que deixam margem para diferentes olhares e modos de pensar e, portanto, diferentes interpretações.

Lefebvre (2016, p. 121), ao falar sobre o direito à cidade, ressalta que “cada ‘objeto’ construído será por sua vez submetido ao exame crítico” pois “a reflexão sociológica visa ao conhecimento e à reconstituição das capacidades integrativas do urbano, bem como as condições da participação prática”, condicionando a “nunca subtrair essas tentativas parcelares, portanto parciais, à crítica, à verificação prática, à preocupação global”.

2.4 Os diferentes espaços públicos

Por espaço público é possível citar uma série de locais que através de delimitação territorial pré-definida ou por ocupação da sociedade, se enquadram em uma área destinada ao lazer. Innerarity (2010, p. 107) define a ideia de espaço público como uma ideia “estritamente ligada à realidade da cidade, aos valores da cidadania e ao horizonte da civilização”. Portanto, esse tópico objetiva descrever alguns dos

espaços conhecidos como públicos, com destaque para as praças públicas, objeto do presente trabalho.

2.4.1 A rua

Gomes (2012, p. 27) define a rua como “unidade fundamental e mínima desse homem público”. O autor pondera sobre a rua ser, talvez, o único lugar onde é possível simplesmente observar, se permitir ao ócio, permanecer sem ações específicas, apenas estar sem sequer transmitir alguma intenção, visto que tal comportamento pode ser interpretado como funcional, “basta estar lá, isso é uma imediata legitimidade.”

O autor descreve a rua como sendo um “sistema de signos e de linguagens”, pois orientam os movimentos dos fluxos, indicando diversas possibilidades a serem seguidas na próxima esquina, bloqueia alguns usos ao passo que permite outros. Isto é, as ruas são universos de possibilidades devido as “disposições espaciais de coisas e comportamentos” (Gomes, 2012, p. 28).

Raposo (2014) apresenta uma provocação ao se pensar na rua ou estar na rua. O autor recorda da rua como lugar dos excluídos, das populações marginalizadas (prostitutas, mendigos, nômades, imigrantes não assentados) ao mesmo tempo sendo lugar de protestos e manifestações políticas, por vezes reivindicando os direitos daqueles que ocupam a rua como seu espaço íntimo.

Já na concepção da arquitetura urbanística da rua, Lamas (s/d., p. 98 e 100) apresenta a rua como definidora dos arranjos que traçam a cidade

um dos elementos mais claramente identificáveis tanto na forma de uma cidade como no gesto de a projetar. Assenta num suporte geográfico preexistente, regula a disposição dos edifícios e quarteirões, liga os vários espaços e partes da cidade, e confunde-se com o gesto criador.

A rua, além de linhas traçadas, espaços do ócio, morada dos desprovidos de propriedade privada e local de manifestações, é também local de lazer. As ruas dentro dos bairros é o *playground* das crianças, as calçadas são o local de reunião dos adultos da vizinha onde compartilham o zelo pelas crianças, onde compartilham experiências cotidianas.

2.4.2 As áreas verdes e os parques

Loboda e Angelis (2005, p. 131) pontuam as áreas verdes públicas com elementos pertinentes para o bem estar da população frente à artificialidade expressiva que a vida urbana tem construído, afinal, “influencia diretamente a saúde física e mental da população”.

O verde, as questões ambientais, se fazem presentes também nas praças públicas, nos parques, e até mesmo pelas ruas dos centros urbanos, sempre em vista de uma maior qualidade de vida da população urbana através da “recreação, preservação ambiental, áreas de preservação dos recursos hídricos, e à própria sociabilidade” (Loboda; Angelis, 2005, p. 131).

Para melhor conceituar as áreas verdes, Loboda e Angelis (2005, p. 132) se utilizam da classificação elaborada por Richter (1981) definindo as áreas de proteção a natureza como áreas “destinadas à conservação, podendo possuir algum equipamento recreacional para uso pouco intensivo”. Os autores citam a definição proposta por Llardent (1982, p. 151) que define:

Zonas verdes, espaços verdes, áreas verdes, equipamento verde: Qualquer espaço livre no qual predominam as áreas plantadas de vegetação, correspondendo, em geral, o que se conhece como parques, jardins ou praças.

Loboda e Angelis (2005, p. 133) finalizam as conceituações com base em Pereira Lima (1994, s/p.) com as seguintes definições:

Área verde: Onde há o predomínio de vegetação arbórea, englobando as praças, os jardins públicos e os parques urbanos. Os canteiros centrais de avenidas e os trevos e rotatórias de vias públicas que exercem apenas funções estéticas e ecológicas, devem, também, conceituar-se como área verde. Entretanto, as árvores que acompanham o leito das vias públicas não devem ser consideradas como tal, pois as calçadas são impermeabilizadas.
Parque urbano: É uma área verde, com função ecológica, estética e de lazer, no entanto com uma extensão maior que as praças e jardins públicos.
Arborização urbana: Diz respeito aos elementos vegetais de porte arbóreo dentro da cidade. Nesse enfoque, as árvores plantadas em calçadas fazem parte da arborização urbana, porém não integram o sistema de áreas verdes.

Compreende-se, portanto, que as áreas verdes no meio urbano possuem como fundamento a preservação ambiental, a arborização de praças, parques e ruas, objetivando a melhora na qualidade dos habitantes e até mesmo uma criação de

senso estético para a cidade, desenvolvendo uma imagem própria e única para a cidade.

2.4.3 As praças públicas

Viero e Barbosa Filho (2009) definem a praça como um espaço público urbano livre de edificações que permitam a vivência e recreação aos seus usuários. Os autores lembram que até meados do século XVIII as praças eram projetos limitados ao entorno dos palácios na Europa. De maneira geral, os espaços livres inseridos em outras regiões das cidades destinavam-se ao comércio ou nos arredores de igrejas.

Robba e Macedo (2003) definem as praças como local primordial de encontro e aproximação das pessoas, seja por razões culturais, econômicas, políticas e sociais. Sendo as praças dotadas de signos, carregam consigo a carga das mudanças históricas arquitetônicas, sociais e culturais das cidades (Viero; Barbosa Filho, 2009).

É nas praças que ocorrem muitas das manifestações culturais, lugar de reivindicações de direitos e políticas, concentração de grupos sociais que buscam o lazer em conjunto, o convívio em harmonia dos diferentes. Lugar do comércio formal e informal, o encontro do jovem em busca de diversão com a maioria em busca de tranquilidade e sossego. As praças são o local onde se vive a urbanidade.

Muitos autores, conforme aponta Lima (2008), estudam as praças sob a ótica arquitetônica e ambiental, no entanto, estudos que visam olhar para as praças como local social, têm tomado expressividade. O autor elenca algumas praças que sediaram eventos históricos:

Na ágora, Sócrates fora colocado sob processo. No Fórum de Roma nasceu o Império homônimo. A Praça de São Petersburgo foi o berço da Revolução Comunista na extinta União Soviética. Na Plaza de Mayo, em Buenos Aires, surgiu e resiste o movimento de mães que buscam seus filhos desaparecidos durante o regime militar. A Praça de Tiananmen – ou T'ien-Na-Men – (Praça da Paz Celestial), em Pequim, é símbolo e testemunha da agonia e morte dos que buscavam democracia e liberdade na primavera de 1989 (Lima, 2008, p. 99).

Ou seja, as praças sempre foram espaços de extrema relevância para mudanças e marcos históricos das sociedades. Lima (2008) destaca a importância de firmar sobre a história das praças brasileiras serem destituídas do “glamour” que as

praças medievais europeias experienciaram. A história brasileira é diferente, mas pode-se citar aqui a cabeça de Tiradentes.

Portanto, ao analisar os conceitos e considerações sobre os espaços públicos abertos, percebe-se sua relevância multifacetada na dinâmica urbana. As ruas, como locais de interação social e cultural, as áreas verdes e os parques, promovendo qualidade de vida e contato com a natureza, e as praças públicas, como espaços de encontro e expressão coletiva, desempenham papéis essenciais na configuração das cidades, refletindo e moldando as experiências urbanas nas comunidades que as utilizam.

3 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE SANTA CRUZ DO SUL E AS CONTRADIÇÕES SOCIOESPACIAIS ENTRE A ÁREA CENTRAL E A PERIFERIA URBANA SUL DA CIDADE

No contexto do desenvolvimento urbano de Santa Cruz do Sul, é imperativo compreender o processo de urbanização que moldou a configuração socioespacial da cidade. Portanto, em um primeiro momento propõe-se a analisar e desvendar as nuances que caracterizam as contradições entre a área central e a periferia urbana sul da cidade, destacando as disparidades que emergem desse fenômeno. A compreensão desse processo é fundamental para contextualizar as dinâmicas urbanas e os desafios que a cidade enfrenta em termos de justiça espacial e do direito à cidade e de sua acessibilidade.

Na sequência será empreendida uma análise histórica para apurar o desenvolvimento do núcleo urbano de Santa Cruz do Sul. Isso implica explorar os marcos e planejamentos que deram origem à configuração atual da área central. A análise desses processos objetiva uma maior compreensão sobre as estratégias adotadas para a expansão programada da cidade, delineando as influências que moldaram seu crescimento e estruturação ao longo do tempo.

Por fim, o enfoque será direcionado para a periferia sul de Santa Cruz do Sul, compreendendo-a não apenas como uma resultante do crescimento urbano, mas como um espaço ativamente produzido pela interação entre as comunidades locais, políticas urbanas e demandas sociais. A análise abrangerá não apenas a urbanização da periferia sul, mas também as reivindicações que permeiam esse processo e como as comunidades locais participam na construção de seus espaços urbanos.

Situada na região central do estado do Rio Grande do Sul, a cidade média de Santa Cruz do Sul compõe a região do Vale do Rio Pardo (VRP). Com uma estimativa de 133.230 habitantes. Ocupa a posição como o 14º município mais populoso do estado e o município mais populoso da região do VRP, com um PIB *per capita* de R\$ 79.888,73 (IBGE, 2022). Com uma economia de base agroindustrial com o setor de cultivo e processamento industrial do tabaco presentes, acomoda as maiores indústrias do setor fumageiro que atuam em âmbito mundial (Cadoná, 2015; Petry; Silveira, 2017; Stavizki Junior; Deponti, 2021).

De antemão, importa frisar que processo de industrialização no Rio Grande do Sul e, portanto, em Santa Cruz do Sul ocorreu a partir da transição de uma economia agrário-industrial para uma economia urbano-industrial baseada na acumulação interna com a vinculação do comércio ao mercado interno (Silveira, 1997).

Provenientes da Alemanha, os primeiros imigrantes chegaram na Colônia de Santa Cruz no município de Rio Pardo em dezembro de 1849. Antecedente a chegada dos imigrantes, ainda no mesmo ano, já haviam sido demarcados os lotes destinados aos colonizadores do novo núcleo agrícola. Em 1851, a colônia já possuía cerca de 400 habitantes. As principais atividades eram o cultivo de mandioca, milho, feijão, batatas etc. A cultura do fumo ainda estava em sua gênese, com as primeiras sementes provindas de Havana (Cuba), compartilhando espaço de prosperidade com o algodão. O ato de fiar linho e algodão era executado pelos próprios colonos para confecção de suas próprias vestes (Menezes, 2005).

A delimitação dos lotes criados para assentar as famílias dos colonos seguia certa rigidez geométrica, dispostos em linhas retas que, na verdade, eram estradas acanhadas com o objetivo de servirem, também, como linhas de comunicação. Em 1853, a Colônia de Santa Cruz já se apresentava próspera em seu desenvolvimento, constando nos relatórios oficiais a exportação de sacos de feijão e arrobas de fumo. A partir de 1860, com as atividades agrícolas demonstrando significativa prosperidade, inicia-se a produção e exportação de excedentes. Esse primeiro período é marcado pela transição de povoado a freguesia, datado de 1849 a 1859 (Cunha, 1988; Wink, 2002).

De 1859 a 1878 ocorreu a transição de freguesia para vila. Tal fase é marcada pela diversificação da agricultura, estruturação do artesanato e comércio em ascendência, ao possibilitar a troca dos excedentes agrícolas por produtos manufaturados. A soma desse processo com a melhoria dos meios de transporte possibilitou o acúmulo de capital pelos comerciantes que intermediavam entre os produtos dos colonos e produtos de outros mercados. Em 1872, a partir da extinção administrativa da Colônia, Santa Cruz torna-se distrito de Rio Pardo (Cunha, 1988; Wink, 2002; Prus *et al.*, 2016).

Já em 1877 que Santa Cruz emancipa-se de Rio Pardo para tornar-se município autônomo. Entre os anos de 1878 e 1917 é intensificado o acúmulo de capital através da hegemonia da produção e exportação do tabaco. É durante esse período que ocorre a instalação da linha férrea, contribuindo com as primeiras

indústrias e aquecendo a exportação agrícola (Silveira, 1997; Wink, 2002). Roche (1969) ressalta que a cultura do fumo, por permitir maior rotação de culturas e oferecer um produto economicamente compensador, visto que se tratava de um produto com valoração de cinco a sete vezes mais que os demais produtos agrícolas.

A intensificação das exportações e melhorias na estruturação urbana de Santa Cruz permitiram a expansão industrial da cidade a partir de 1917. Foi nesse ano que ocorreu a instalação de uma empresa de capital inglês, a British American Tobacco, tendo, três anos mais tarde, modificado sua razão social para Companhia Brasileira de Fumo em Folha, para, em 1955, novamente alterar a razão social, dessa vez como Cia. de Cigarros Souza Cruz – Industria e Comércio e, recentemente, em 2020 retoma o nome original (Vogt, 1994; Silveira; 1997; Prus *et al.*, 2016).

Além da indústria fumageira, outros ramos industriais instalaram-se em Santa Cruz, mesmo que em menor escala, como o setor metalúrgico, o da alimentação e da borracha. Silveira (1997) destaca a existência proeminente de estabelecimentos de porte pequeno voltados à cultura artesanal, concluindo que “a produção ainda não se processa sob relações de produção capitalista” (Silveira, 1997, p. 58) visando a pequena escala de produção.

Até o início de 1970, mais de 80% dos trabalhadores santa-cruzenses atuavam no setor primário, ou seja, na produção agrícola. Já nos setores secundário e terciário, a parcela dos trabalhadores correspondia a aproximadamente 14%. A partir de 1980 o número de trabalhadores nos setores secundários e terciários acresce a 31%, reduzindo para 41% a mão de obra ocupada no setor primário (Silveira, 1997).

É com o desenvolvimento industrial que ocorre a intensificação do processo de urbanização de Santa Cruz do Sul. Com a entrada e estabelecimento do capital internacional através da indústria fumageira, iniciou-se mudanças significativas de ordem econômica e urbana (Wink, 2002). Silveira (1997) apresenta quatro características principais que marcam esse processo, e que foram responsáveis por demonstrar o ciclo de (re)criação urbana, sendo a “contínua e acelerada ampliação do perímetro urbano; substancial aumento de sua população; intenso processo de incorporação e especulação imobiliárias; e crescimento significativo de vilas populares em sua periferia urbana” (Silveira, 1997, p. 75).

O êxodo rural calcado na oferta de trabalho pelas indústrias foi um fator determinante para a expansão do perímetro urbano e constituição da periferia na cidade. Wink (2002) destaca que as chácaras existentes no perímetro urbano em 1940

causavam problemas para a expansão urbana homogênea necessária. No mesmo ano era perceptível quadras irregulares nas estradas para Vila Theresa, Rio Pardo e ao longo da linha férrea, ao passo que as chácaras são sobrepujadas pelo processo de loteamento, muitos de maneira clandestina (Wink, 2002).

Com a necessidade de atender a nova demanda por moradias no perímetro urbano, causada pelo apogeu da indústria fumageira, é iniciado novos investimentos imobiliários caracterizados pela regulamentação de novos loteamentos, advindos do êxito das safras de fumo dos anos de 1977 e 1978 (Oliveira, 2012). Ainda durante esse período inicia-se um processo gradual de verticalização na área central de Santa Cruz do Sul, resultando em uma morfologia urbana através da construção de edifícios modernos, substituindo os antigos prédios comerciais e residenciais concomitantes a integração de áreas rurais ao perímetro urbano (Silveira, 2003; Oliveira, 2012).

No final dos anos setenta ocorreu uma expansão em todas as orientações da cidade. Silva e Silveira (2020) atribuem esse crescimento a duas causas prováveis. A primeira está relacionada à criação de ruas e vias expressas que passavam a conectar a zona sul da cidade, onde foi instalado simultaneamente o novo distrito industrial, ao restante da cidade. A segunda causa descrita pelos autores é devida a abonação ao “interesse dos proprietários de terras que objetivam a conversão da terra rural em urbana” a fim da obtenção de maiores lucros ao comercializá-los “para fins da criação de novos loteamentos residenciais” (Silva; Silveira, 2020, p. 165).

Silveira (2003, p. 211), ao analisar os diferentes perímetros urbanos que irrompem entre 1950 e 1994, mas com expressão nos anos 70, conforme discorrido no parágrafo anterior, descreve esse crescimento como “a forma de uma mancha de óleo”, movimento resultado “através das sucessivas incorporações de novas áreas e das transformações das áreas preexistentes”.

Todos esses eventos e processos de expansão urbana condicionados pela oferta de trabalho nas indústrias foram responsáveis pela crescente dicotomia das áreas da cidade. Enquanto as elites ocupavam as áreas no entorno da região central, a exemplo daquelas existentes nas ruas Tomaz Flores, Marechal Deodoro, Galvão Costa e Rio Branco, construindo residências de médio e alto padrão, por sua vez, a grande parcela da população composta por operários e migrantes assentavam-se nas vilas populares, a exemplo o Camboim, Bom Jesus, Vila Schulz, localizadas na região sudoeste e próximas ao distrito industrial, compondo parte da periferia urbana (Silveira, 1997).

Wink (2002, p. 129) recorda que o crescimento das vilas populares, ainda em 1954, começava a aborrecer a “ordeira e abastada Santa Cruz”, pautando a afirmação em um artigo publicado pelo jornal Gazeta de Santa Cruz intitulado “A vergonha de uma cidade” e citado por Silveira (1997, p. 63):

[...] o Camboim dos becos Laço, do Caqui e das Sete Facadas – onde vive num desamparo e numa miséria abjeta e aviltante uma parte substancial da população de uma cidade próspera e vigorosa – constitui um problema gravíssimo que alguns conhecem e a maioria pretende ignorar. [...] A miséria, na sua sombria e terrível expressão, o esquecimento e o desamparo total é que formaram o Camboim e deram-lhe seu aspecto atual: uma chaga que enfeia um corpo bonito e lhe ameaça progressivamente minar todo o organismo; [...] um quadro deprimente que a cidade faz questão de esconder ou fingir ignorar.

A (re)produção de alguns dos bairros da periferia sul adjacentes ao Distrito Industrial, com início no final dos anos setenta e início dos anos oitenta, foi demandada a partir do aquecimento da internacionalização da indústria fumageira. Tal apogeu inflou os fluxos migratórios para Santa Cruz do Sul. Segundo Silveira (2003), a precariedade de políticas habitacionais somado ao fator do valor exacerbado dos aluguéis e a falta de imóveis acessivelmente locáveis, influenciou a eclosão de moradias irregulares no interior do perímetro urbano.

Silveira (2003) memora a constituição da primeira vila popular, a Vila Boa Esperança. A iniciativa da Prefeitura Municipal em abrir um loteamento precário às margens na BR-471, sucedeu-se com o objetivo de realocar famílias que estavam assentadas em áreas irregulares da cidade. No percorrer dos anos oitenta e noventa, com o acelerado fluxo migratório, tal vila torna-se, nas palavras do autor, “reconhecida como uma das maiores, senão a maior da cidade” (Silveira, 2003, p. 187).

Seguindo esse padrão, diversos loteamentos populares foram criados nos bairros da periferia sul. Contudo, há a falta de equipamentos urbanos de lazer, como as praças públicas, nessa zona urbana, resultando em uma segregação dos espaços de lazer. Silva (2021), ao orientar seu pensamento pautando-se em Carlos (2013; 2020), reflete quanto a segregação de classes na vida urbana, afirmando que a disparidade nas condições de acesso a moradia, o restringimento no acesso aos equipamentos urbanos como o transporte público, a defasagem da infraestrutura dos espaços públicos, igualmente a exclusão e centralidade dos espaços resultam na “segregação e a negação do urbano e da vida urbana” (Carlos, 2020, p. 364).

Através da perspectiva histórica brevemente apresentada acerca do processo de urbanização de Santa Cruz do Sul, é possível compreender a desigualdade da distribuição dos espaços públicos na cidade. Ao considerar as condicionantes responsáveis pela formação da periferia sul com uma retrospectiva, diga-se de passagem, tão curta temporalmente, torna-se tangível falar como as ações por parte da Prefeitura Municipal incubem a organização da cidade promovendo “a reprodução da estrutura social existente, de forma a atender aos interesses dos segmentos hegemônicos presentes na produção do espaço urbano local” (Silveira, 2003, p. 213).

3.1 O desenvolvimento do núcleo urbano de Santa Cruz do Sul e a expansão programada

A produção do núcleo urbano de Santa Cruz do Sul ocorre em conformidade com o expressivo desenvolvimento e consolidação do capitalismo, de acordo com Silva (2015). Segundo o autor, tal fenômeno se desembaraça através da produção do espaço pela apropriação do território, dessa forma é possível perceber a sequência de um padrão de apropriação do território em consonância com outras cidades brasileiras localizadas ao sul do país. Isso é devido às políticas migratórias de ocupação do território adotadas ainda pelo governo imperial durante o século XIX.

Silva (2015) reflete sobre a maneira como a ocupação dos territórios se retroalimenta a partir da destinação do uso do solo para fins diversos, gerando novas necessidades de consumo e uso territorial. É através desse processo que ocorre o crescimento e desenvolvimento das cidades no decorrer dos anos. Santa Cruz do Sul, portanto, foi o destino de famílias de colonos europeus estabelecidos espacialmente em uma ordem “conhecida na Alemanha como Strassendorf, ou seja, lotes estreitos e compridos distribuídos lado a lado ao longo de vias de escoamento que seguem os fundos de vales fluviais” (Silva, 2015, p. 55).

As áreas de ocupação do núcleo urbano foram estrategicamente escolhidas pelo Governo Provincial com a finalidade de servirem de apoio à área rural. Hoje, essas áreas são ocupadas por propriedades particulares, correspondendo ao centro histórico de Santa Cruz do Sul e ao Cinturão Verde (Silva, 2015).

Inicialmente o núcleo urbano era constituído por edificações de barro e madeira e, ao passo que com o poder de capital e o próprio desenvolvimento do núcleo, sucedia-se a substituição das construções arcaicas pelas edificações em alvenaria.

Silva e Silveira (2020) apresentam como um dos primeiros elementos inseridos na infraestrutura da cidade a iluminação pública em 1880, composta por lampiões a querosene no percurso da rua principal.

Com o desenvolvimento do núcleo urbano através da ampliação dos pontos de comércio, instalação de indústrias e manufaturas, inicia-se um processo de êxodo rural ainda durante a primeira década do século XX. Atraídos pelas ofertas de trabalho, as populações rurais passam a constituir o meio urbano, acarretando em um salto populacional entre os anos de 1900 e 1917 de 75% (Wink, 2002).

É, então, a partir do crescimento do núcleo urbano que percebe-se o início do crescimento e apropriação desigual do território santacruzense. Conforme já exposto anteriormente, a fragmentação das propriedades em território rural, as chácaras, contribuiu de forma significativa para a formação e crescimento da periferia urbana na cidade.

No entanto, antes de adentrar na produção do espaço urbano em Santa Cruz do Sul, cabe nesse momento refletir sobre a produção social do espaço, visto que o espaço é criado pelo e para os sujeitos. É nesse sentido que Segaud (2016) afirma a antropologia do objeto “espaço”, ou seja, implica relevância em sua especificidade de dimensão social. Em qualquer configuração espacial, a abordagem social se faz obrigatoriamente presente.

Discorrer sobre a especificidade da espacialidade inerente a cada sociedade não implica limitá-la a um espaço estático, mas sim pesar a presença de um espaço dominante que exerce influência tão significativa quanto a organização social, cultural e econômica. Nesse contexto, cada indivíduo dispõe de um sistema de referência em relação ao qual ele se posiciona, seja reconfigurando-o, distorcendo-o ou até mesmo modificando-o, evidenciando assim a dinâmica intrínseca da interação entre espaço e sociedade (Segaud, 2016).

Segundo Harvey (1980), o espaço geográfico não é apenas um recipiente inerte, mas sim um produto das relações sociais e econômicas que nele se dedicam. Nesse sentido, a teoria da produção social do espaço, conforme Lefebvre (2016), enfatiza a interconexão entre as práticas cotidianas, a apropriação do espaço, e as estruturas políticas e econômicas que moldam o ambiente urbano.

A perspectiva de Lefebvre (1991) também enfatiza a importância do direito à cidade, no qual os cidadãos não são meros espectadores da produção do espaço, mas participantes ativos na sua construção. Esta abordagem torna-se particularmente

relevante quando se considera a pesquisa do direito à cidade sob a ótica do uso e acesso às praças públicas na periferia urbana. Pois, ao compreender as praças públicas como espaços de sociabilidade e resistência, pode-se analisar como as relações sociais influenciam na apropriação e configuração desses lugares (Santos, 1996). Dessa forma, a produção social do espaço e o direito à cidade se entrelaçam na busca por uma compreensão mais profunda das dinâmicas urbanas e das possibilidades de transformação do ambiente urbano.

A expansão programada do núcleo urbano de Santa Cruz do Sul nas últimas décadas reflete a influência das dinâmicas sociais e econômicas na produção do espaço urbano. Como mencionado anteriormente, o espaço geográfico é um produto das relações sociais e econômicas, e a expansão planejada da cidade é um exemplo disso (Harvey, 1980). A cidade de Santa Cruz do Sul, assim como muitas outras, passou por mudanças econômicas, como o declínio da atividade tabaqueira, que influenciaram na expansão planejada.

Tal forma de expansão, muitas vezes associada a políticas de desenvolvimento urbano, é um fenômeno comum nas cidades brasileiras. Essas políticas refletem frequentemente a necessidade de acomodar o crescimento populacional e melhorar a infraestrutura urbana. No entanto, é importante considerar como esses planos afetam a produção do espaço e o acesso dos cidadãos à cidade. Como aponta Maricato (2000), a implementação de políticas habitacionais e de desenvolvimento pode ter impactos significativos na configuração das áreas urbanas, afetando a qualidade de vida das pessoas.

Seguindo essa lógica, a expansão programada também pode ser comprovada à luz do direito à cidade, uma vez que envolve questões de acesso e uso do espaço urbano. Lefebvre (1991) destacou a importância de os cidadãos participarem ativamente na construção do espaço urbano. Portanto, uma expansão planejada deve levar em consideração não apenas as necessidades de crescimento da cidade, mas também a participação da comunidade na tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento urbano.

Nesse contexto, uma análise da expansão programada do núcleo urbano de Santa Cruz do Sul deve levar em consideração tanto os aspectos econômicos quanto os direitos dos cidadãos. Isso requer uma abordagem multidisciplinar que considere a produção social do espaço, o planejamento urbano, as políticas habitacionais e o direito à cidade. Essa abordagem contribui para uma compreensão mais abrangente

das transformações urbanas em Santa Cruz do Sul e de como a expansão programada afeta a vida dos moradores da cidade.

A expansão do núcleo urbano de Santa Cruz do Sul foi marcada por uma série de contradições. Por um lado, a expansão foi um processo de modernização da cidade, que possibilitou a construção de novos bairros e de infraestrutura urbana. Por outro lado, a expansão também contribuiu para o aumento da segregação socioespacial e da exclusão, pois os novos bairros foram ocupados principalmente por famílias de baixa renda.

Essa expansão foi, em parte, uma resposta habitacional da população de baixa renda, que procurava alternativas acessíveis de moradia. Muitas vezes, essas áreas periféricas foram ocupadas de maneira informal, caracterizando-se como invasões ou ocupações irregulares, conforme destacado por Sposito (2006). A falta de infraestrutura adequada nessas regiões, como saneamento básico e serviços públicos, criou desafios significativos para os moradores.

Dessa forma, pode-se dividir a expansão do núcleo urbano de Santa Cruz do Sul em duas etapas principais. A primeira fase, que ocorreu entre os anos de 1980 e 1990, foi marcada pelo crescimento desordenado da cidade. Essa fase tem como características principais, já citadas anteriormente, a expansão da indústria do tabaco, a recessão econômica do Brasil e a migração rural-urbana.

A expansão da cidade ocorreu de forma descontrolada, sem planejamento urbano, resultando na formação dos bairros irregulares, sem infraestrutura básica, como ruas, avenidas, escolas, creches e hospitais. Esses fatores influenciaram fortemente no aumento da segregação social. Os novos bairros foram ocupados principalmente por famílias de baixa renda, que enfrentaram dificuldades para acessar serviços básicos e oportunidades de emprego (Silveira, 2017).

Durante os anos de 1970, houve um aumento expressivo de 113% no número de migrantes fixados em Santa Cruz do Sul, sendo que 50,61% desses migrantes escolheram o município como destino durante essa década, e cerca de 38,28% migraram entre os anos de 1975 e 1980. Essa tendência reflete a forte influência do auge da internacionalização das agroindústrias locais nesse influxo migratório, associado à concentração da população no ambiente urbano de Santa Cruz do Sul durante essa década. Esses dados indicam a interconexão entre movimentos migratórios, transformações econômicas e a urbanização (Silveira, 2003).

O crescimento das atividades da indústria fumageira exigiu a expansão para novas áreas, garantindo a reprodução do capital e da força de trabalho. As chácaras, anteriormente concedidas pelo governo imperial por meio de aforamentos ou concessões situadas nas periferias de povoamento, foram subdivididas a partir da década de 1920. Esse processo ocorreu tanto pela incorporação de novos lotes à cidade quanto pela necessidade de expansão do sistema viário (Silveira, 1997; Reis, 2018). Essa configuração do espaço reflete a influência direta da atividade industrial na organização urbana durante esse período, refletindo na dinâmica urbana pelas décadas seguintes.

O parcelamento ao redor do núcleo urbano original, iniciado principalmente nas proximidades do centro urbano, foi impulsionado pela valorização dessas regiões durante a transformação do uso do solo e a expansão da cidade. Os proprietários, movimentaram-se para a valorização direcionada às classes altas e médias, desmembraram e comercializam suas chácaras em etapas, começando pelas áreas próximas à zona urbana. Essa estratégia favoreceu a proximidade com as atividades centrais e facilitou a expansão da infraestrutura (Silveira, 1997; Reis, 2018).

Na década de 1970, de acordo com Silveira (1997), além da fragmentação das chácaras antigas, novas áreas rurais foram incorporadas próximas à zona urbana através da criação de loteamento. Simultaneamente, a verticalização se intensificou na área central, enquanto a periferia urbana expandiu-se de maneira acelerada e desigual, evidenciando um processo enérgico de crescimento urbano (Reis, 2018).

Silva (2015), ao abordar o trajeto do Plano Diretor de Santa Cruz do Sul, com sua gênese em 1977, pontua o quão superficial tal instrumento regulador é ao considerar os mais de 150 anos de história do município. Todavia, o objetivo primordial do Plano Diretor de 1977 objetivava retrair o crescimento urbano desordenado ao Sul e a Oeste da cidade (Deeke, 2012).

De acordo com Silva (2015), o zoneamento urbano proposto manifestava a intenção de estruturar o tecido citadino por meio de uma abordagem funcionalista e exclusivista. As diferentes zonas, teoricamente concebidas como entidades estanques e setorializadas, foram delineadas com base em critérios específicos, tais como índices de potencial construtivismo, taxas de ocupação do solo e, sobretudo, uma segmentação clara quanto aos usos do solo. Nesse contexto, a lógica predominante era estabelecer uma ordenação rigidamente hierarquizada do espaço urbano, refletindo a influência de preceitos funcionalistas na concepção do ambiente urbano.

Paralelamente, é crucial ressaltar que, no âmbito dessa perspectiva urbanística, os fluxos e as tendências de ocupação do espaço físico da cidade eram relegados a aspectos secundários. Essa abordagem, ao priorizar a funcionalidade e a exclusividade, por vezes desconsidera a dinâmica intrínseca das interações urbanas e das necessidades emergentes da comunidade.

Dessa forma, embora tenha fornecido uma estrutura aparentemente ordenada, o zoneamento aprovado poderia negligenciar aspectos cruciais para uma compreensão holística e adaptativa do desenvolvimento urbano. Além disso, a ênfase excessiva no estresse setorial e na estanqueidade das zonas tende a perpetuar desigualdades socioespaciais, limitando a diversidade funcional e cultural da cidade. A falta de flexibilidade inerente a essa abordagem também tornou desafiadora a adaptação às mudanças nas dinâmicas do tecido urbano, prejudicando a capacidade de resposta às demandas emergentes da comunidade e comprometendo, assim, a eficácia do planejamento urbano em promover um desenvolvimento urbano pleno.

É nesse sentido que Silva (2015) afirma o desenvolvimento do núcleo urbano de Santa Cruz do Sul através de uma racionalidade *sui generis*, ignorando as singularidades intrínsecas do processo histórico de desenvolvimento e crescimento da cidade. O autor destaca que tal desconsideração abrange tanto as particularidades da zona rural quanto da zona urbana.

O mercado imobiliário em parcerias com a prefeitura teve participação relevante como fio condutor na produção do espaço urbano. De acordo com Silveira (1997), O Plano Diretor de 1977, contribuiu de forma significativa para as diferenças na forma de produção do espaço urbano de Santa Cruz do Sul. Segundo o autor, o artigo 24 do documento proibia construções em madeira e de aglomerados nos bairros Higienópolis e Chácara das Freiras.

O processo de expansão urbana também foi influenciado pela aquisição de terras em áreas rurais próximas ao perímetro urbano. Essa prática, realizada por investidores industriais, agentes imobiliários ou por meio de parcerias entre eles, priorizava áreas propensas à expansão urbana. A incorporação dessas terras à cidade possibilitou aos proprietários fundiários a obtenção de uma renda diferencial, resultando em novas oportunidades de uso do solo urbano. À medida que essas áreas eram incorporadas à cidade e valorizadas, tornou-se possível sua comercialização parcial ou total (Silveira, 1997).

Os novos proprietários fundiários frequentemente procuravam os serviços de promoção e corretagem imobiliária. A aquisição ou parcelamento desses terrenos, em grande parte, destinou-se à realização de loteamentos, promovendo a articulação de interesses entre proprietários fundiários, agentes imobiliários e empresas construtoras.

Durante esse processo, cada agente envolvido procurou incorporar parte da renda da terra aos seus lucros, garantindo a realização do capital investido. Isso foi alcançado, por um lado, através da criação de loteamentos e condomínios fechados para as classes média e alta, explorando as comodidades no entorno desses empreendimentos. Em contraponto, ocorreu a construção de loteamentos para as classes baixas na periferia de Santa Cruz do Sul que, por vezes, não atendeu integralmente às determinações legais, seja por falta de infraestrutura, pela ausência de registros na prefeitura e/ou no cartório de registro de imóveis (Silveira, 1997).

Silva (2015) afirma que o desalinhamento entre as disposições previstas pelos instrumentos legais e a realidade dos registros cadastrais referentes à configuração territorial dos lotes urbanos pode resultar em atividades e usos contraditórios. Em casos mais extremos, esse descompasso contribui para proporcionar aos agentes envolvidos na produção do espaço urbano lucros extraordinários, especialmente ao explicar as rendas fundiárias geradas pelos processos de conversão territorial.

A análise dessa discrepância entre as disposições legais e a realidade cadastral de Santa Cruz do Sul, particularmente na produção da periferia urbana, revela implicações significativas para a configuração espacial e a dinâmica socioeconômica da cidade. A inconsistência entre o que é preconizado legalmente e a efetivação da delimitação territorial dos lotes urbanos pode fomentar práticas desordenadas na expansão periférica, como visto anteriormente.

Nesse contexto, é possível observar um potencial aumento de atividades e usos contraditórios, refletindo-se em impactos socioambientais e econômicos desiguais para os habitantes da periferia. A realização de lucros extraordinários pelos agentes produtores do espaço urbano, decorrente da exploração das rendas fundiárias vinculadas às especificidades territoriais, acentuou as disparidades socioeconômicas já presentes na periferia.

A falta de alinhamento entre normativa legal e a materialização cadastral pode, assim, contribuir para a perpetuação das desigualdades espaciais e socioeconômicas na produção da periferia urbana da cidade. Essa análise ressalta a importância de

uma abordagem integrada e consistente entre as políticas urbanas e a prática efetiva de ordenamento territorial, visando mitigar as disparidades e promover um desenvolvimento urbano homogêneo.

Em meados da década de 1980 e, com maior intensidade, a partir da década de 1990, Silva (2015) destaca a morfologia dos instrumentos legais que passam a promover a descentralização e a ocupação mista do território. Essa mudança de abordagem visava diversificar, aprimorar e flexibilizar os usos do espaço e território urbano.

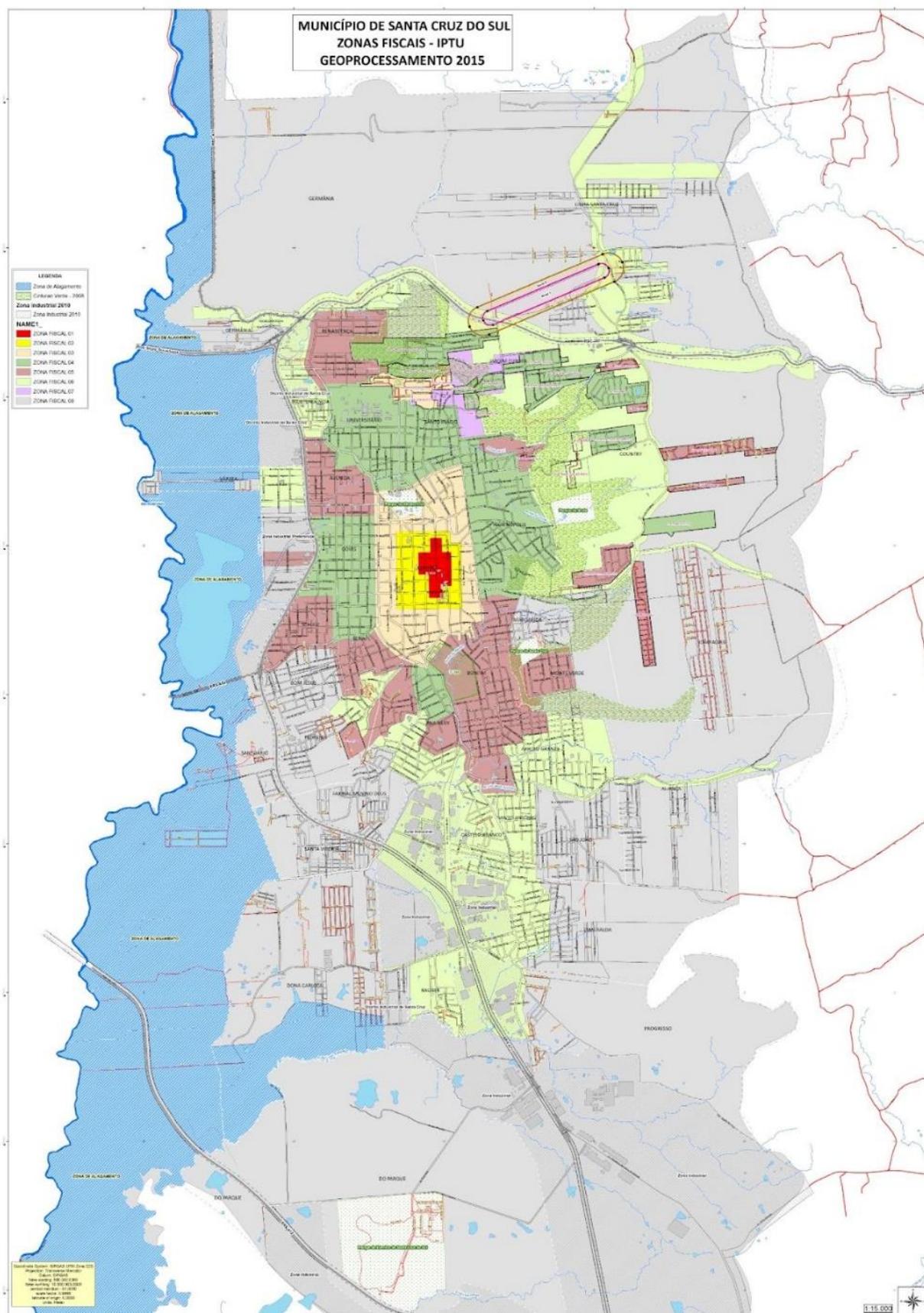
Deeke (2012) afirma que com a implementação do Plano Diretor de 1998, o município ingressa em uma nova fase de seu desenvolvimento. Nesse contexto, observa-se o início do processo de descentralização urbana, nomeadamente nas localidades do Arroio Grande, Linha Santa Cruz e Rio Pardinho. Uma expansão substancial do perímetro urbano em direção ao sul da cidade é evidenciada, motivada pela delimitação setentrional e oriental pela presença do Cinturão Verde.

Em síntese, a análise dos instrumentos legais que norteiam o desenvolvimento urbano de Santa Cruz do Sul evidencia a complexa interação entre as diretrizes normativas e a prática efetiva na configuração do espaço urbano. A divergência entre o prescrito legalmente e a realidade cadastral, especialmente na produção da periferia, destaca a necessidade premente de uma abordagem mais integrada e coerente no ordenamento territorial.

É nesse sentido que, segundo as análises de Silva (2015), o crescimento expressivo da cidade em suas porções setentrionais e orientais invalidam a assertiva de que a análise de Deeke (2012) seja correta. Apesar da possibilidade de obter renda fundiária pela manutenção do *status quo* na Macrozona de Expansão Urbana (MZEU), especialmente por parte dos agentes imobiliários, é crucial enfatizar um ponto fundamental.

Embora os índices construtivos e a taxa de ocupação nessas áreas sejam comparativamente inferiores em relação à Zona Residencial Preferencial (ZRP), por exemplo, também é verdade que a incidência de tributos municipais, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), é relativamente menor, conforme demonstra a figura 1 (Silva, 2015).

Figura 1 - Zonas fiscais de Santa Cruz do Sul/RS - 2015



Fonte: SMPG – Setor de Geoprocessamento, set. 2023.

A escassa tributação exerce uma forte influência nas transações envolvendo vastas áreas de terra, permitindo aos agentes urbanos oportunidades que facilitam a aquisição de grandes propriedades e o seu controle exclusivo. Silva (2015) ao analisar a afirmativa de Oliveira (2012), destaca que o Estado atua como regulador na ocupação e no uso do solo urbano, buscando melhorar a qualidade de vida da população, embora essa regulação não atue de forma neutra.

Seguindo tal pensamento, Silva (2015) ainda destaca a presença dominante de conflitos entre vários agentes sociais, cada grupo defendendo seus interesses específicos. Alinhado a essa perspectiva, reafirma-se a inexistência da neutralidade por parte do poder público na gestão dos conflitos urbanos, especialmente sob o modo capitalista de produção do espaço e da cidade, onde a atuação estatal reflete as dinâmicas contraditórias que impulsionam o crescimento urbano de forma desigual.

Em síntese, a produção da periferia urbana de Santa Cruz do Sul a partir de 1980 e 1990 foi um processo marcado pela especulação imobiliária, pela migração rural, pela ausência do Estado e pela segregação socioespacial. Esse processo gerou uma série de problemas sociais e econômicos nas áreas periféricas, acarretando na necessidade de impulsionamento de políticas públicas adequadas.

Já a segunda fase, iniciada na década de 2000, é marcada pela expansão programada da cidade. Essa fase é resultado da elaboração do segundo Plano Diretor Municipal de 2007, com a Lei Complementar nº 335, de 03 de janeiro deste ano (Silva, 2015). A reformulação do Plano Diretor tinha como objetivo orientar o crescimento da cidade de forma sustentável. Dessa forma, a cidade passa a ser realizada de forma planejada. Ocorre o desenvolvimento da construção de novos bairros, como o Parque da Harmonia, sendo planejados com infraestrutura urbana completa, com a construção de ruas, avenidas, escolas, creches e serviços de saúde pública (Silveira, 2017).

A produção dos condomínios na região norte de Santa Cruz do Sul representa um interessante contraponto à expansão do núcleo urbano discutido. A construção de condomínios, muitas vezes fechados, é uma manifestação da produção do espaço urbano que reflete dinâmicas sociais e econômicas distintas. A literatura sobre o assunto oferece insights importantes para compreender essa tendência.

Conforme Harvey (2006), a formação de condomínios fechados pode ser vista como uma resposta à crescente desigualdade social e à busca por segurança em áreas urbanas. Esses empreendimentos frequentemente atraem a classe média alta

e alta, proporcionando um ambiente com maior controle de acesso e segurança. Na região norte de Santa Cruz do Sul, a produção desses condomínios reflete a segregação espacial que ocorre em muitas cidades brasileiras, como destacado por Maricato (2000), onde áreas de maior renda buscam se isolar do restante da população.

Por outro lado, a produção de condomínios também está relacionada às políticas de desenvolvimento urbano e planejamento. Políticas que incentivam o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, muitas vezes em detrimento de áreas verdes e de preservação ambiental, podem influenciar a produção desses condomínios (Sposito, 2006). A expansão dos condomínios na região norte de Santa Cruz do Sul pode ser comprovada à luz das políticas de ocupação do solo, considerando como elas afetam a paisagem urbana e a qualidade de vida dos moradores.

A expansão dos condomínios na região norte da cidade está intrinsecamente relacionada às políticas de ocupação do solo que influenciaram o desenvolvimento urbano da cidade. Para examinar essa conexão, é crucial analisar como essas políticas impactaram a paisagem urbana e afetaram a qualidade de vida dos moradores.

Conforme Harvey (2012), as políticas de ocupação do solo em áreas urbanas muitas vezes favorecem o crescimento urbano, atraindo investimento e empreendimentos imobiliários. Portanto, a região norte de Santa Cruz do Sul não foi uma exceção a essa tendência, com a criação de condomínios fechados que se encaixam nesse contexto de desenvolvimento urbano.

Essas políticas muitas vezes priorizam o uso do solo para fins imobiliários, o que pode resultar em um aumento da densidade populacional e na verticalização das construções. No entanto, a expansão de condomínios na região norte adota modelos de ocupação mais horizontais e distantes do centro urbano. Isso tem implicações diretas na paisagem urbana, pois a presença de condomínios horizontais na região norte resulta em áreas menos densamente povoadas e com uma infraestrutura planejada frequentemente para atender às necessidades dos moradores desses empreendimentos (Matias *et al.*, 2020). A paisagem na região norte é caracterizada por grandes áreas verdes, ruas planejadas, transmitindo uma sensação maior de segurança devido ao controle de acesso.

No entanto, essa segregação espacial, onde os condomínios fechados frequentemente abrigam a classe média alta e alta, enquanto as áreas mais carentes da cidade sofrem com a falta de serviços urbanos adequados, levanta questões importantes sobre a equidade e o acesso ao espaço urbano (Maricato, 2000). Essa dicotomia entre áreas urbanas de alto padrão e regiões mais precárias, onde as políticas de ocupação do solo desempenham um papel significativo, destaca a necessidade de políticas urbanas mais inclusivas e equitativas.

Portanto, a expansão dos condomínios na região norte de Santa Cruz do Sul e as políticas de ocupação do solo estão estreitamente vinculadas à paisagem urbana e à qualidade de vida dos moradores. A complexidade desse tema exige uma análise mais profunda e políticas urbanas mais inclusivas para lidar com as disparidades no desenvolvimento da cidade (Sposito, 2006). Garantir que o direito à cidade seja respeitado por todos os habitantes, independente de sua condição socioeconômica, é essencial para uma cidade mais equitativa e sustentável.

Em comparativo, é possível elencar algumas características apontadas por diferentes autores que marcaram a produção da periferia durante os anos de 1980 e 1990. Silveira (2018), conforme já mencionado, descreve dois fatores principais: a especulação imobiliária e a migração rural. A especulação imobiliária foi responsável pela valorização dos terrenos na periferia da cidade, o que atraiu a atenção de investidores que buscavam lucrar com a venda de lotes. A migração rural, por sua vez, contribuiu para o aumento da demanda por moradias na periferia, uma vez que muitos migrantes buscavam melhores condições de vida na cidade. O autor ainda destaca a importância da expansão urbana na periferia como reflexo das dinâmicas socioeconômicas.

Silva (2015) aponta a ausência de Estado como marco da produção da periferia urbana de Santa Cruz do Sul, uma vez que as políticas públicas no processo de produção da periferia urbana se fazem extremamente necessárias. O autor argumenta que as políticas habitacionais, de transporte e de ordenamento urbano desempenharam um papel crucial na configuração da periferia da cidade. A implementação de programas de habitação populares, por exemplo, influenciou a ocupação de novas áreas periféricas e a construção de moradias.

Contudo, Silva (2015) destaca que o desconhecimento territorial e a demora na implementação de ajustes propiciaram à iniciativa privada e aos agentes produtores do espaço urbano oportunidades singulares para obter lucros extraordinários no

processo de conversão territorial destinado à produção do espaço urbano. Possibilitando, dessa forma, a exploração das disparidades territoriais, que especificam a força motriz do modo capitalista de produção do espaço.

Tal pensamento corrobora com Silveira (2003) ao afirmar que o planejamento urbano contemporâneo é orientado por uma concepção funcionalista da cidade, na qual a fé na autoridade positiva e neutra da técnica é destacada ideologicamente como uma solução abrangente para os desafios decorrentes do crescimento urbano. O autor ainda destaca que tal abordagem persiste independentemente das condicionantes econômicas, sociais e políticas presentes no processo de desenvolvimento urbano, ao mesmo tempo em que direciona a lógica especulativa do mercado imobiliário.

No contexto abordado no presente trabalho, ressalta-se que a persistência da concepção funcionalista no planejamento urbano atual reflete influência contínua da opinião na eficácia e neutralidade técnica como panaceia para os desafios do crescimento urbano. Contudo, é relevante destacar que tal abordagem tende a negligenciar os complexos condicionantes econômicos, sociais e políticos inerentes ao processo de desenvolvimento urbano.

A ênfase na autoridade técnica como solução universal pode, de fato, contribuir para a orientação especulativa do mercado imobiliário, perpetuando dinâmicas que podem acentuar desigualdades urbanas e desafios socioeconômicos. Assim, a revisão crítica dessas concepções e a visão de abordagens mais integrativas e sensíveis ao contexto surgem como aspectos essenciais para promover um planejamento urbano mais eficaz e homogêneo.

Nesse sentido, Reis (2018) destaca que a produção da periferia urbana de Santa Cruz do Sul foi fortemente marcada pela segregação socioespacial. A autora afirma que as áreas periféricas da cidade abrigam principalmente a população de baixa renda, com acesso limitado a serviços e oportunidades, em comparação a população que reside nas áreas centrais.

Sobre a apropriação do espaço nas periferias urbanas, Reis (2018) argumenta que a população residente em áreas periféricas desempenha um papel fundamental na configuração do espaço urbano, enfatizando como as comunidades locais, por meio de suas práticas cotidianas e relações sociais, moldam o ambiente urbano, muitas vezes reivindicando espaços públicos para atividades de lazer, culturais e comunitárias.

Oliveira (2021) apresenta a produção da periferia urbana como um processo complexo, envolvendo diversos fatores. O autor afirma a necessidade de se compreender esses fatores para elaborar políticas públicas que promovam o desenvolvimento das áreas periféricas da cidade.

Ao ampliar a discussão sobre a produção da periferia urbana, Oliveira (2021) destaca a influência de fatores econômicos e ambientais no processo de desenvolvimento dessas áreas. O autor ressalta que a dinâmica econômica da região desempenha um papel crucial na configuração da periferia, uma vez que o crescimento de setores industriais e comerciais muitas vezes estimulam a expansão urbana em direção às áreas periféricas. Além disso, o autor enfatiza a importância de considerar fatores ambientais, como a preservação de áreas verdes e a gestão de recursos naturais, para garantir o desenvolvimento sustentável das periferias.

Outro aspecto relevante abordado por Oliveira (2021) é a necessidade de considerar os aspectos culturais e sociais na produção da periferia urbana. O autor destaca como a diversidade cultural das comunidades periféricas e suas tradições locais influenciam a configuração do espaço e as relações sociais. A compreensão desses fatores culturais é essencial para o planejamento de políticas públicas que respeitem a identidade das comunidades periféricas e promovam a inclusão social e cultural. Portanto, a análise do autor enfatiza a complexidade da produção da periferia, que vai além dos aspectos econômicos e ambientais, englobando também os aspectos socioculturais que desempenham um papel significativo nesse contexto.

A configuração do espaço urbano de Santa Cruz do Sul foi e é um processo intrincado, permeado por diversas dinâmicas sociais, econômicas e políticas, cuja análise fornece uma compreensão das características e tendências preponderantes que moldaram a cidade ao longo do tempo.

Desde o século XIX, a fundação da cidade foi guiada por uma estrutura urbana e planejada, alinhada aos princípios da urbanização moderna. Contudo, ao longo do século XX, observou-se um desenvolvimento desordenado, caracterizado pela especulação imobiliária, pela migração rural e pela ausência de intervenção estatal. A expansão desordenada da periferia urbana foi marcada pela segregação socioespacial, resultando na concentração, principalmente, da população de baixa renda nas áreas periféricas, com acesso restrito a serviços e oportunidades.

A partir dos anos 2000, a cidade empreendeu uma expansão planejada, implementando novos Planos Diretores Municipais. Essa iniciativa visou fomentar um desenvolvimento urbano mais sustentável e equitativo. Entretanto, é imperativo salientar que a produção do espaço urbano ainda enfrenta desafios persistentes, incluindo a segregação socioespacial, a deficiência de infraestrutura em áreas periféricas e a necessidade de políticas públicas mais inclusivas. (SILVA, 2015; REIS, 2018)

Para contribuir para um desenvolvimento urbano equitativo e sustentável, é essencial adotar uma abordagem integrada e multidisciplinar, considerando os diversos fatores que influenciam a produção do espaço urbano. Essa abordagem deve estar alinhada aos princípios do direito à cidade, garantindo que todos os cidadãos tenham acesso a um espaço urbano de qualidade.

3.2 A produção da periferia sul de Santa Cruz do Sul e sua urbanização reivindicada

Como exposto no tópico anterior, a partir da década de 2000, a periferia de Santa Cruz do Sul passou por um processo de expansão acelerado, impulsionado pelo crescimento da população e pela migração rural. Esse processo foi marcado pela produção de novos bairros, principalmente por meio da autoconstrução e da especulação imobiliária.

Silva (2019) destaca a influência das mudanças econômicas na produção da periferia urbana. Com o desenvolvimento dos setores industriais e comerciais, houve uma demanda crescente por áreas de expansão, o que levou a uma expansão urbana em direção às áreas periféricas. Isso impactou significativamente a configuração e o crescimento da cidade.

De acordo com Reis (2018), a produção da periferia urbana sul de Santa Cruz do Sul foi marcada por três fatores principais. O primeiro pode ser definido pelo crescimento da população, visto que, segundo a autora, a periferia sul é a região mais populosa da cidade. Esse crescimento é resultado do aumento da natalidade, da migração rural e da migração interna.

O segundo fator destacado é a migração rural. A periferia sul abriga uma grande população de migrantes rurais, que buscam melhores condições de vida na cidade.

Esses migrantes por vezes não possuem recursos para adquirir um imóvel próprio nas áreas centrais da cidade, levando-os a se instalarem na periferia (Reis, 2018).

O terceiro fator elencado é a própria especulação imobiliária. Através da influência do poder político-econômico, a especulação imobiliária promove a criação de loteamentos em áreas distantes (periféricas) e obtém lucros consideráveis por meio de empreendimentos de baixo custo e qualidade (Reis, 2018).

Outro aspecto relevante a ser considerado na produção da periferia urbana de Santa Cruz do Sul é a questão do acesso a serviços públicos e infraestrutura. As comunidades periféricas enfrentam alguns desafios em relação à qualidade dos serviços de saúde, educação, transporte e saneamento básico. Essas questões são fundamentais para compreender a qualidade de vida nas áreas periféricas e os desafios que os moradores enfrentam.

É nesse sentido que o contexto urbano em Santa Cruz do Sul destaca-se pela segmentação social e desigual. Por um lado, observa-se um eficiente sistema de infraestrutura e acesso a serviços urbanos nas regiões centrais e norte da cidade. Em contraponto, percebe-se a presença de condições precárias de habitação, evidenciando o fenômeno da segregação urbana (Silveira *et al.*, 2014).

Ao longo de seu processo de desenvolvimento, a cidade testemunhou o surgimento de diversas vilas operárias nas periferias, as quais, ao longo dos anos, multiplicaram-se para abrigar a população de baixa renda. Esse fenômeno é resultado da intensa mobilização dessa parcela da população, impulsionada por vezes pelo capital transnacional para o trabalho na indústria do tabaco (Silveira *et al.*, 2014).

Na região sul da cidade, portanto, a instalação de novas empresas de tabaco e do setor metal-mecânico no Distrito Industrial resultou na criação de diversos loteamentos populares. Alguns desses empreendimentos foram estabelecidos de maneira irregular, demandando intervenção da prefeitura para regularização, enquanto outros surgiram por meio de programas oficiais de habitação popular (Silveira *et al.*, 2014).

Esses novos loteamentos na região sul visaram, segundo Silveira *et al.* (2014) principalmente a população de baixa renda, especialmente os trabalhadores safristas da indústria do fumo e da construção civil. A localização em áreas afastadas do centro e com infraestrutura precária permitiu a comercialização de terrenos a preços acessíveis, atraindo esse segmento social.

A questão habitacional é uma preocupação central na produção da periferia urbana de Santa Cruz do Sul. Oliveira (2021) discorre sobre os programas habitacionais implementados na cidade e seu impacto na ocupação das áreas periféricas. As políticas habitacionais desempenham um papel fundamental na promoção de moradias dignas e acessíveis para a população de baixa renda, influenciando diretamente na configuração urbana.

Essa dinâmica de expansão habitacional na região sul não apenas reflete a demanda por moradias decorrente do crescimento industrial, mas também intensifica os desafios relacionados à segregação socioespacial. A concentração de loteamentos populares, muitos dos quais surgiram de forma irregular, revela a urgência de estratégias urbanísticas que atendam às necessidades da população de baixa renda, garantindo acesso adequado a serviços e infraestrutura.

Além disso, a dependência dessas áreas pelos trabalhadores safristas destaca a importância de políticas públicas voltadas para a estabilidade ocupacional e condições de vida digna. O papel da prefeitura é crucial não apenas na regularização dos loteamentos, mas também na implementação de medidas que promovam a inclusão social e a redução das disparidades urbanas, reforçando, assim, o direito à cidade para todos os seus habitantes.

Seguindo esse pensamento, pode-se afirmar que as populações não se encontram distribuídas de forma “natural” no espaço, sendo, em realidade, alocadas conforme complexas interações entre dinâmicas de desenvolvimento econômico local e regional, políticas de ordenamento espacial e estratégias individuais e familiares (Areosa, Cadoná, Tirelli, 2017).

Essa perspectiva confirma que o assentamento humano não é um fator isolado, mas sim influenciado por uma série de fatores interligados. O desenvolvimento econômico de uma determinada área, por exemplo, desempenha um papel crucial na atração ou repulsão da população, podendo criar desigualdades significativas na distribuição espacial das comunidades. Da mesma forma, políticas de ordenamento do território moldam as características urbanas e rurais, impactando diretamente a disposição das populações.

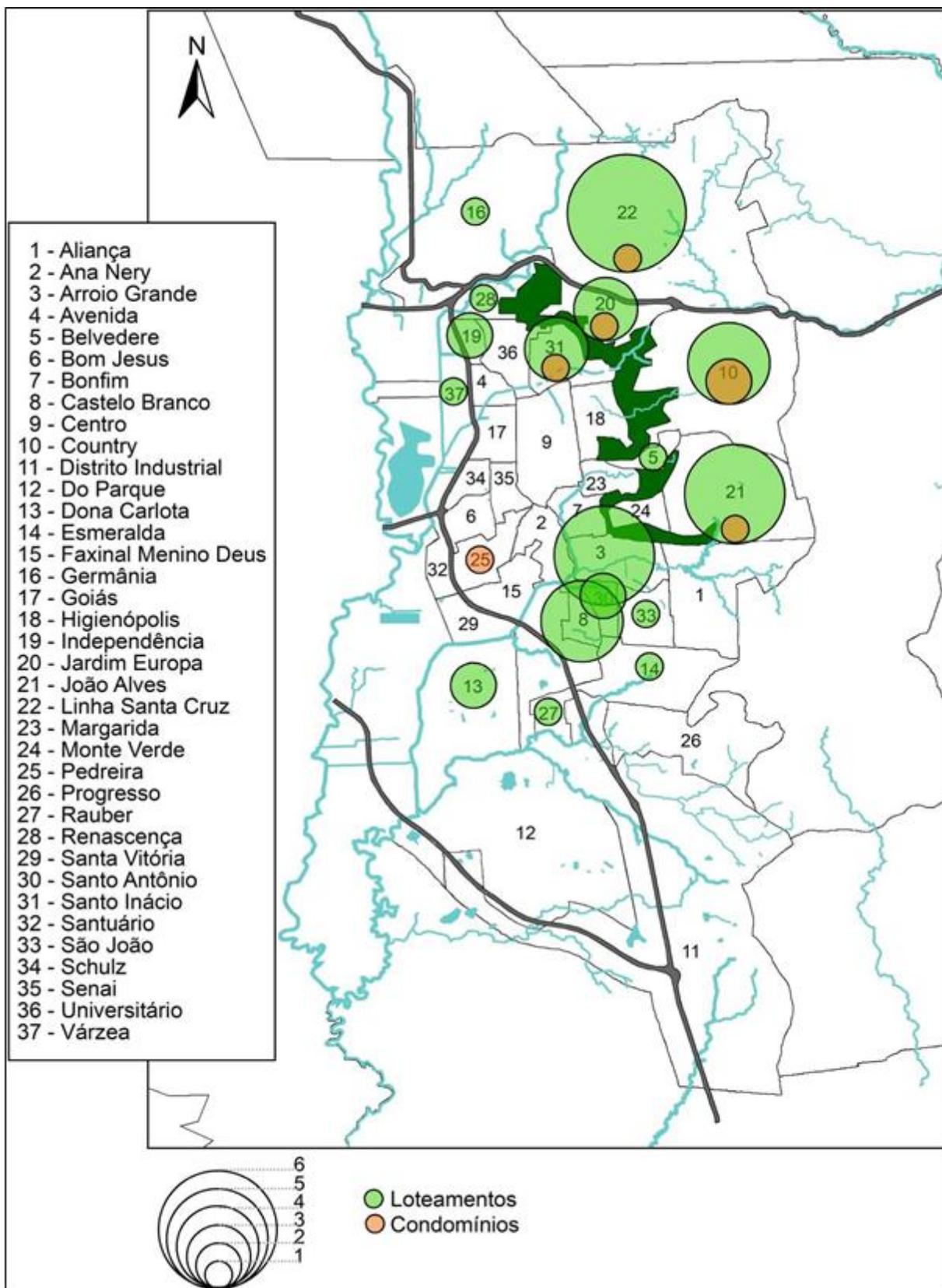
Contextualizando essa abordagem com a periferia Sul de Santa Cruz do Sul, é possível observar como as dinâmicas econômicas, as políticas locais e as estratégias familiares têm moldado o assentamento humano nesta região. O crescimento das atividades industriais contribuiu para a expansão urbana em direção ao sul da cidade.

As políticas de habitação, tanto municipais quanto federais, desempenharam um ativo papel na criação de loteamentos populares nessa área, destinados principalmente à população de baixa renda. As estratégias individuais e familiares também têm sido influentes, como os trabalhadores safristas, por exemplo, que procuram moradia nas proximidades dos seus locais de trabalho. Essa interação complexa entre fatores econômicos, políticos e sociais molda a configuração espacial da periferia sul, evidenciando a necessidade de abordagens integradas para compreender e abordar as dinâmicas populacionais na região.

A implementação da Lei Complementar nº 112, em vigor a partir de 18 de fevereiro de 2002, sinaliza a direção da expansão urbana da periferia para o sul de Santa Cruz do Sul. Essa legislação concede autorização ao Poder Executivo para aprovar o projeto de loteamento popular pela Cobertura Negócios Imobiliários Ltda., com marco na rua Montevideu, no bairro Bom Jesus. Esse empreendimento, ao buscar atender às demandas habitacionais, inaugura uma série de intervenções subsequentes com objetivos semelhantes. Um exemplo notável é a promulgação da Lei Complementar nº 131 em julho do mesmo ano, que objetivou a implantação de um loteamento popular nas proximidades da rua Dona Carlota, no bairro Faxinal Menino Deus.

A contiguidade temporal e temática entre essas legislações reflete uma tendência consistente em buscar soluções habitacionais por meio do desenvolvimento urbano da periferia, delineando uma narrativa de expansão progressiva em resposta às crescentes demandas populacionais. Reis (2018) demonstra a aprovação de loteamentos e condomínios entre os anos de 2006 e 2015, como pode ser analisado na figura 2. No que confere aos bairros estudados, identifica-se apenas a aprovação de um condomínio no bairro Pedreira.

Figura 2 - Número de loteamentos e condomínios aprovados em Santa Cruz do Sul/RS entre 2006-2015



Fonte: Reis, 2018.

A Lei Municipal nº 3.559, promulgada em 28 de abril de 2000, representa uma iniciativa do Poder Executivo de Santa Cruz do Sul em resposta à demanda por soluções habitacionais para a população de baixa renda. Nesse contexto é aprovado o projeto de Loteamento Popular de propriedade de Michael John Fairon. Compreendendo 114 lotes, o empreendimento está estrategicamente localizado na Avenida Deputado Euclides Nicolau Kliemann.

Em consonância com a iniciativa municipal de promoção de soluções habitacionais, a Lei Municipal nº 3.667, datada de 12 de janeiro de 2001, constitui um instrumento jurídico que autoriza o Poder Executivo a aprovar um projeto de loteamento popular de propriedade da empresa já citada no parágrafo anterior. O dispositivo legal confere respaldo para a implementação de um empreendimento habitacional situado na rua Dona Carlota.

Em uma sequência de iniciativas voltadas para o desenvolvimento urbano e a promoção da acessibilidade habitacional, destaca-se também a Lei Municipal nº 4.704, datada de 19 de dezembro de 2005. Nesse contexto, o Poder Executivo aprova o projeto para aquisição de terrenos situados no Loteamento Bela Vista, pertencentes à empresa Construfácil Comércio e Serviços Ltda.

A análise desse panorama legislativo revela um padrão de planejamento urbano que se consolida ao longo do tempo, com a promulgação sequencial de leis que autorizam loteamentos populares. A multiplicidade de intervenções, como as Leis Complementares nº 112 e 131, denota uma abordagem sistêmica para a expansão da periferia urbana no sul de Santa Cruz do Sul. Esse processo legislativo reflete, em última análise, uma resposta adaptativa às necessidades habitacionais e à dinâmica demográfica local. A compreensão da evolução temporal dessas leis contribui para uma análise mais profunda do desenvolvimento urbano na região, permitindo uma avaliação crítica das implicações sociais, espaciais e ambientais à expansão da periferia urbana.

De acordo com Silveira (2005), a produção da periferia urbana de Santa Cruz do Sul configura-se como um complexo processo, evidenciado pela reprodução significativa da força de trabalho na cidade. Esse processo é frequentemente concretizado pela aquisição de terrenos mais acessíveis em loteamentos irregulares. Além disso, a ocupação de áreas vazias, especificamente aquelas desenhadas por condições mais precárias nas vilas populares já existentes, integra esse cenário.

Somado a isso, o autor ainda percebe uma dinâmica adicional caracterizada pela invasão de áreas públicas, por vezes desprovidas de salubridade habitacional.

Tal forma de ocupação do solo urbano acarreta na distribuição desordenada de terrenos, no traçado viário irregular, na carência de infraestrutura e de equipamentos urbanos, em construções improvisadas e na presença de mais de uma moradia em um único terreno. Não raro, Silveira (2005) observou a coexistência de mais de uma família por casa, destacando a precariedade das residências, frequentemente ajustadas como submoradia.

A reprodução da força de trabalho na periferia urbana reflete não apenas a dinâmica econômica, mas também os desafios sociais e espaciais enfrentados pela população. A busca por terrenos acessíveis, muitas vezes em terrenos irregulares, e a ocupação de áreas precárias indicam uma adaptação pragmática à carência de opções habitacionais formais.

A presença de múltiplas moradias por terreno e famílias compartilhando uma mesma casa evidencia as condições precárias de habitação, ressaltando a urgência de uma abordagem abrangente e sustentável para lidar com a produção da periferia urbana. O desafio reside não apenas na oferta de moradias acessíveis, mas na promoção de um ambiente urbano que assegure dignidade, infraestrutura adequada e planejamento urbano inclusivo.

De acordo com Areosa, Cadoná e Tirelli (2017), a afirmação de que o local de moradia exerce influência direta no acesso às políticas destaca uma realidade preocupante e desigual que permeia muitas sociedades. A distribuição desigual de serviços públicos essenciais, como saúde, educação e infraestrutura, com base no local de residência, perpetua disparidades sociais profundas.

Grupos populacionais situados na mesma faixa de rendimento podem experimentar condições de vida significativamente diferentes simplesmente devido à geografia das suas moradias. Além disso, essa conexão entre locais de moradia e acesso a políticas públicas destaca a vulnerabilidade de comunidades periféricas, que muitas vezes enfrentam uma infraestrutura precária e serviços subdimensionados. Essa disparidade reforça ciclos de pobreza e exclusão social, tornando-se um obstáculo para a mobilidade social e a realização do potencial humano.

Em 1977, ano-marco de diversas transformações, ocorreu a aprovação do primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Santa Cruz do Sul pela Câmara Municipal, objetivando homogeneizar a expansão urbana desordenada e primar pela qualidade de vida com a preservação das áreas verdes (Wink, 2002).

Porém, até a década de 90, diversos problemas persistiam, devido ao crescimento acelerado da cidade. Como resposta, em 1998, foi aprovado o Plano Diretor de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Santa Cruz do Sul. O novo documento previa regular e ordenar a ocupação do solo e regular as atividades e o desenvolvimento social (Wink, 2002).

Ao longo dos anos, com o intuito de assegurar uma melhor qualidade de vida aos moradores através do lazer e fomento cultural, foram criados diversos equipamentos urbanos. O antigo Parque da FENAF (Festa Nacional do Fumo), localizado ao longo da rua Galvão Costa, converteu-se em Parque da Oktoberfest. A transição de nomenclatura ocorreu, em 1984, em consequência de o evento ser considerado politicamente incorreto (Wink, 2002).

Em 1966 é fundado o Museu do Colégio Mauá, resgatando a memória santa-cruzense e regional. No mesmo ano surge o Parque da Gruta dos Índios, nomeado recentemente como Parque da Gruta, visto que foram refutadas as teorias de que aquela área teria sido ocupada por índios. A edificação que pertencia ao Banco Pelotense transformou-se, em 1995, na Casa das Artes Regina Simonis. Da mesma forma, o prédio da estação férrea, já desativada, torna-se o Centro Municipal de Cultura Francisco J. Frantz em 1997. Em 1996 é inaugurado o Parque da Santa Cruz como aproveitamento de uma pedreira desativada (Wink, 2002).

Todas as reformulações dos espaços citados, com exceção do Parque da Santa Cruz, localizado no bairro Monte Verde, se encontram na área central da cidade. A mesma região ainda conta com inúmeras praças bem equipadas e preservadas. Recentemente foram iniciadas as obras na rua Marechal Floriano, objetivando a construção de um calçadão para o maior aproveitamento desses espaços pela população e comércios, como os *Pub's*, sorveterias, restaurantes etc.

Baseado nessas informações, o contraste entre a área central em conjunto com os bairros em seu entorno e a região sul torna-se palpável. O Plano Diretor instituído em 1998 previa no Art. 29, § 3º a utilização de no mínimo 5%, valor calculado sobre a área total, das áreas destinadas a equipamentos urbanos de serviço, lazer e esporte.

Nesse sentido, o Art. 85, § 1º, ao especificar sobre os critérios quanto à localização dos equipamentos sociais estabelece como características a “a) distribuição uniforme em toda a malha urbana, atendendo a todos os bairros; b) localização integrada com outros equipamentos, preferencialmente nos centros dos bairros; c) descentralização” (Santa Cruz do Sul, 1998, s/p.).

O Plano Diretor em vigência desde 2019, no Capítulo XIII, Art. 151 prevê os mesmos critérios estabelecidos no Art. 85, § 1º de 1998. Porém não especifica acerca da porcentagem de área que deve ser ocupada. No Capítulo XV, seção V, Art. 176 descreve sobre o direito de preempção quando houver necessidade, por parte do Município, de área destinada à criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes (Santa Cruz do Sul, 2019).

O Capítulo VI, Art. 66, parágrafo XII descreve como infraestrutura o “conjunto de serviços básicos que são base para os desenvolvimentos das demais atividades indispensáveis aos bem-estar e qualidade de vida da população” (Santa Cruz do Sul, 2019, s/p.). No Art. 68 especifica as atividades como de uso permitido, tolerado ou possível para as modalidades de ocupação pelo zoneamento realizado.

Os bairros selecionados para a presente pesquisa, bairro Bom Jesus, bairro Senai, bairro Faxinal Menino Deus e bairro Pedreira, pertencem às zonas residenciais 3 e 4. Segundo a descrição do Plano Diretor, ambas as zonas possuem as atividades de serviços educacionais, esporte e lazer classificadas como permitido (Santa Cruz do Sul, 2019).

Apesar de o Plano Diretor apresentar questões sobre igualdade na distribuição dos espaços públicos, é notável o não cumprimento das determinações. Como comparativo para a presente pesquisa, enquanto os oito bairros da periferia sul são contemplados com 04 praças, apenas o bairro Santo Inácio, situado na zona norte, é contemplado com 06 praças. É importante frisar que, em questões de área ocupada, o bairro Santo Inácio pode ser equiparado com alguns bairros da periferia sul quando analisado sua dimensão de ocupação territorial. Para além disso, algumas praças são separadas apenas por um ou dois quarteirões.

A interligação entre o local de moradia e o acesso desigual às políticas públicas e equipamentos urbanos é vividamente exemplificada na produção da periferia urbana de Santa Cruz do Sul. Nessa região, onde a expansão industrial, nomeadamente na indústria do tabaco, tem sido a força motriz, a distribuição desigual de benefícios públicos se torna evidente. Grupos populacionais com faixa de rendimento

semelhante encontram-se em situações distintas de qualidade de vida com base na localização de suas moradias.

Os loteamentos populares disponíveis na periferia sul da cidade, muitas vezes como resultado de programas habitacionais governamentais, refletem essa realidade. Embora destinadas à população de baixa renda, essas comunidades periféricas frequentemente enfrentam desafios relacionados à infraestrutura deficiente, serviços públicos subdimensionados e acesso limitado aos demais serviços públicos.

Essa disparidade compromete não apenas a qualidade de vida, mas também a capacidade dessas comunidades de romper o ciclo de desigualdade, uma vez que o acesso desigual às políticas públicas contribui para a perpetuação de condições socioeconômicas precárias. Dessa forma, a produção da periferia urbana de Santa Cruz do Sul está intrinsecamente entrelaçada com o problema da distribuição desigual de recursos e serviços públicos, ressaltando a urgência de abordagens políticas que busquem equidade territorial.

A regulamentação de leis referentes à criação de loteamentos e construção de moradias populares desempenha um papel essencial na modelagem do ambiente urbano, ainda que alguns bairros careçam de tal atenção pública. As normativas em vigor geralmente refletem a tentativa do poder público em equilibrar a crescente demanda por habitação com a necessidade de assegurar padrões adequados de infraestrutura e qualidade de vida para os habitantes. Com frequência, a legislação estabelece critérios específicos para a criação de loteamentos populares, abordando questões relacionadas ao uso do solo, ocupação e preservação ambiental.

No entanto, é imperativo ressaltar que a efetiva aplicação dessas leis pode encontrar obstáculos significativos, especialmente quando se trata das áreas periféricas onde a carência por moradias populares é premente. Nos respectivos bairros estudados, frequentemente caracterizados por condições socioeconômicas desfavoráveis, a manifestação de loteamentos irregulares pode emergir como uma resposta à escassez de opções habitacionais acessíveis.

A conexão entre as leis de criação de loteamentos e as características específicas dos bairros destaca os desafios enfrentados na busca por uma urbanização equitativa, englobando não apenas o acesso à moradia, mas também a disposição e acesso aos equipamentos urbanos. As políticas habitacionais precisam ser ajustadas às nuances locais, reconhecendo as necessidades específicas das comunidades. Isso implica não apenas em expandir a oferta habitacional, mas

também implementar melhorias significativas na infraestrutura local, incluindo o fomento à produção e acesso a praças públicas, por exemplo, promovendo, assim, a inclusão social e fortalecendo os laços comunitários.

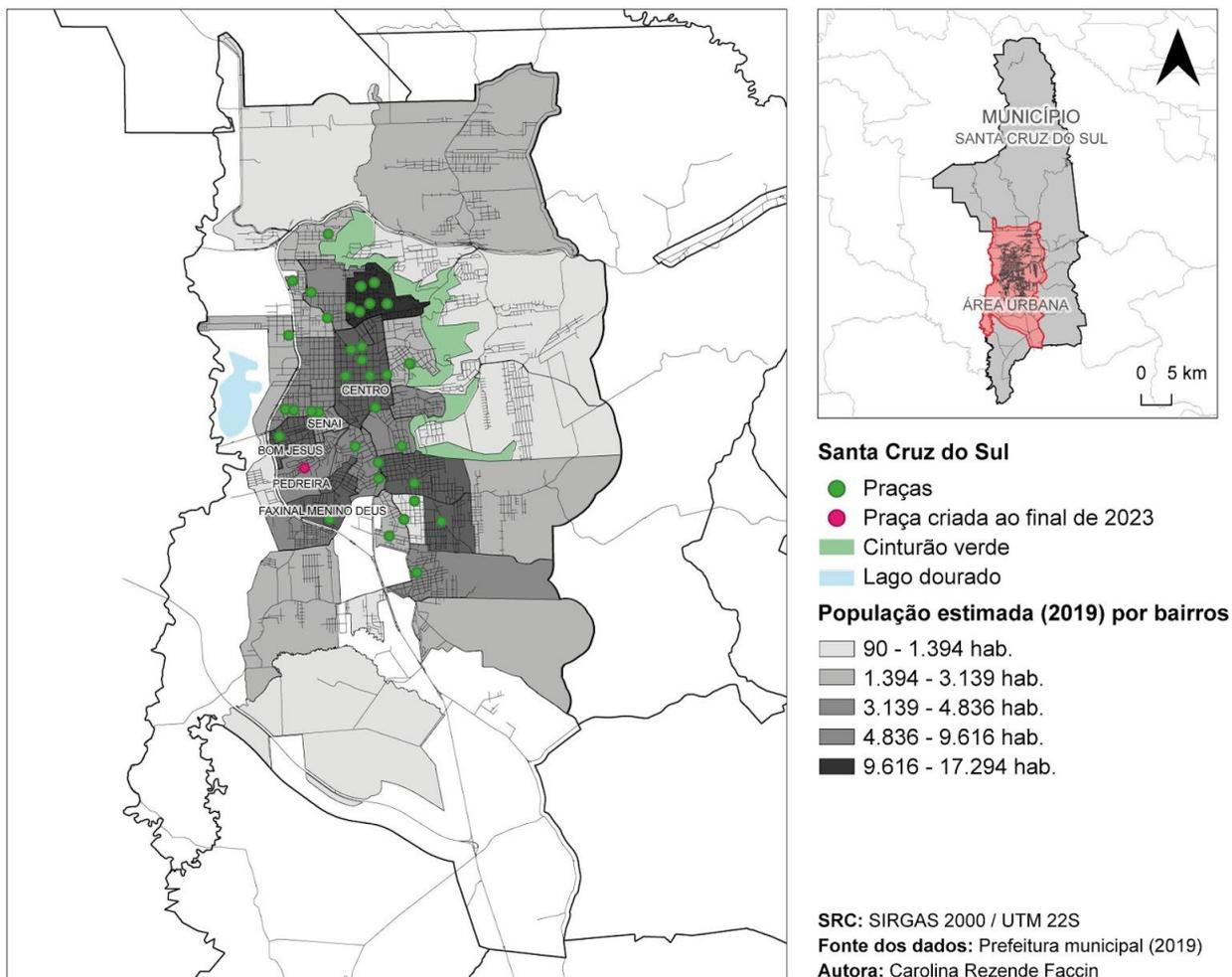
4 O ACESSO E USO DAS PRAÇAS PÚBLICAS NA PERIFERIA URBANA SUL DE SANTA CRUZ DO SUL

Diversas são as interpretações relacionadas ao conceito de praça. Apesar de existirem muitas discordâncias e debates quanto a um consenso na definição de suas utilidades e funções, é unânime que são espaços públicos típicos do ambiente urbano. Ao longo da história e com o desenvolvimento das cidades, o papel das praças passou por alterações significativas no contexto urbano. No entanto, a essência social, o propósito e o caráter que sempre estiveram intrínsecos a elas permaneceram como sua característica mais marcante. Ou seja, servindo como pontos de encontro, lazer e discussões (Lima, 2008).

Angelis (2000) afirma ser comum a abordagem das praças a partir de uma perspectiva arquitetônica e pelo viés da percepção ambiental. A análise das praças, sobretudo aquelas presentes na periferia sul de Santa Cruz do Sul, vai além da mera consideração de sua estrutura física. Esses espaços devem ser compreendidos não apenas como elementos arquitetônicos, mas também como áreas destinadas e ocupadas pelo ser humano para uma ampla gama de usos e funções.

Objetivando analisar as praças nos bairros Bom Jesus, Senai, Faxinal Menino Deus e Pedreira, procura-se compreender as dinâmicas de ocupação e de utilização, refletindo as múltiplas dimensões sociais, culturais e comunitárias que permeiam esses espaços. Ao explorar as praças da periferia sul, torna-se crucial considerar a interação entre a infraestrutura física e as atividades humanas, proporcionando uma compreensão mais holística desses espaços urbanos (figura 3).

Figura 3 - Distribuição das praças públicas em Santa Cruz do Sul/RS



Fonte: Faccin, 2024.

Diante da análise realizada sobre a constituição do espaço urbano de Santa Cruz do Sul no capítulo anterior, as considerações de Loboda (2016) apresentam uma perspectiva valiosa para compreender as dinâmicas urbanas. A visão do autor, ao destacar a relação centro-periferia, transcende a mera observação geográfica e evidencia a complexidade das interações socioeconômicas e políticas que moldam a estrutura urbana.

Nesse sentido, a cidade não é apenas um aglomerado geográfico, mas um cenário onde as políticas públicas desempenham um papel crucial na determinação da distribuição de recursos e serviços. Loboda (2016) chama a atenção para a limitação frequente dessas políticas à medidas compensatórias, regulatórias e paliativas, afirmando a necessidade equitativa dos espaços públicos e equipamentos de uso coletivo nas áreas periféricas.

A reflexão proposta por Loboda (2016) adquire particular relevância ao direcionar o olhar sobre as praças públicas na periferia urbana Sul de Santa Cruz do Sul. Ao considerar a distribuição das praças públicas na região periférica, torna-se imperativo avaliar não apenas a estrutura física das praças, mas também as dinâmicas sociais e culturais que as permeiam. A compreensão desses elementos se torna essencial para a formulação de estratégias e políticas públicas que atendam de maneira eficaz às necessidades e peculiaridades das comunidades periféricas.

Ao longo dos tópicos seguintes, será analisada em um primeiro momento a disposição espacial e condições de uso das praças na periferia urbana sul de Santa Cruz do Sul, nos bairros Bom Jesus, Senai, Faxinal Menino Deus e Pedreira. Em um segundo momento, serão analisados os dados e as informações coletadas através de entrevistas semi-estruturadas com moradores dos bairros estudados, proporcionando uma visão detalhada das percepções e experiências das comunidades locais em relação às praças públicas. Em um terceiro momento, serão analisadas as informações coletadas através de entrevistas realizadas com frequentadores da Praça da Bandeira, e posteriormente, com agentes públicos municipais.

4.1 Disposição espacial e condições de uso das praças na periferia urbana sul

A disposição e as condições de uso das praças na periferia urbana do Brasil constituem um tema de relevância crescente no contexto do planejamento urbano e da promoção da qualidade de vida nas cidades. As praças desempenham um papel fundamental como espaços de sociabilidade, de recreação e de lazer, especialmente em áreas periféricas, onde a oferta de equipamentos públicos costuma ser escassa. Nesse sentido, compreender a distribuição espacial desses espaços (figura 3), bem como as condições em que são disponibilizados e utilizados, é essencial para compreender as dinâmicas sociais, culturais e urbanas que permeiam a produção socioespacial da periferia urbana sul de Santa Cruz do Sul.

Nos bairros Bom Jesus, Senai, Faxinal Menino Deus e Pedreira, situados na periferia urbana Sul da cidade, a problemática da disponibilidade e das condições de uso e acesso das praças assume particular relevância. Nos tópicos subsequentes, será empreendido um breve resgate histórico de cada bairro, destacando eventos relevantes que influenciaram sua constituição e configuração ao longo do tempo.

Dentre esses, serão abordados eventos significativos que impactaram diretamente na dinâmica urbana dessas localidades.

Serão perpassadas questões acerca das condições materiais dos equipamentos urbanos presentes nas praças dos respectivos bairros, considerando aspectos como manutenção, acessibilidade e infraestrutura. Essa análise permitirá uma compreensão aprofundada das possíveis limitações enfrentadas pela população em termos de disponibilidade e qualidade desses espaços públicos. Adicionalmente, serão explorados os discursos dos moradores locais, frequentadores das praças centrais da cidade, e dos agentes do serviço público que, por meio de suas experiências, fornecerão uma perspectiva diferente sobre a efetividade das políticas urbanas e reais demandas da comunidade.

4.1.1 Bairro Bom Jesus

O bairro Bom Jesus é notável por sua diversidade populacional e sua importância como espaço de interação social. No entanto, é fundamental destacar que as dinâmicas urbanas e o acesso aos serviços públicos podem variar significativamente dentro do bairro, especialmente quando consideramos as áreas periféricas. Visando apresentar as delimitações do bairro, a lei ordinária 8.714, de 14 de setembro de 2021, Art. 7º caracteriza os limites da seguinte forma:

I – Inicia em um ponto (P037) localizado no eixo da Av. Gaspar Bartholomay, no limite leste da Faixa de Domínio da Rodovia BRS-471, seguindo pelo referido eixo, no sentido leste, até encontrar um ponto (P036) localizado no entroncamento desta com o eixo da Rua São José, seguindo por este eixo, no sentido sul, passando pelo ponto (P044) localizado no entroncamento desta com a Rua Dr. Cleóbis Dorneles da Fontoura, até encontrar um ponto (P045) localizado na divisa noroeste do Loteamento Ricardo Rusch, seguindo por esta divisa, no sentido sudoeste, até encontrar um ponto (P046) localizado na divisa norte do Loteamento Bela Vista, seguindo por esta divisa, no sentido sudoeste, até encontrar um ponto (P047) localizado na divisa sudoeste do referido Loteamento, de onde segue, no sentido noroeste, por uma linha reta e imaginária, até encontrar um ponto (P048) localizado no eixo da Rua Bruno Agnes, no local onde esta muda de direção, seguindo por este eixo, no sentido sudoeste por uma linha reta e imaginária, até encontrar o ponto (P049) localizado no entroncamento deste eixo imaginário com o eixo da Rua Adolfo Pritsch, seguindo por este eixo, no sentido sudeste, até encontrar um ponto (P050) localizado no entroncamento desta com o eixo de uma Rua Sem Denominação, que dá acesso da Rua Adolfo Pritsch para a Rodovia BRS-471, deste ponto segue, pelo eixo desta Rua Sem Denominação, no sentido sudoeste, até um ponto (P051) localizado no eixo da Rua Sem Denominação, no limite leste da Faixa de Domínio da Rodovia BRS-471, daí seguindo, no sentido norte, sempre acompanhando esta Faixa, até encontrar o ponto inicial (Santa Cruz do Sul, 2021, s/p.).

Em junho de 2022, o portal de notícias local, Portal Gaz, produziu uma matéria sobre o bairro Bom Jesus, abordando diversas questões que permeiam estigmas recaídas sobre o bairro. O bairro Bom Jesus, com uma população aproximada de 7 mil habitantes, constitui um contexto urbano que busca a desmistificação em relação à sua vulnerabilidade social.

Conforme evidenciado pela pesquisa conduzida por José Augusto Borowsky em 2014, e publicada pela Gazeta do Sul, os bairros Bom Jesus e Senai, originalmente constituíam um bairro único denominado Camboim, originado a partir das antigas chácaras particulares e áreas verdes, tanto públicas quanto privadas, situadas na extensão da rótula da antiga localização na cidade, da empresa Souza Cruz e estendendo-se ao longo das margens da rua Gaspar Batholomay até a várzea do Rio Pardinho em Santa Cruz do Sul (Portal Gaz, 2022).

O processo de surgimento e subdivisão desses bairros está intrinsecamente vinculado à instalação inicial da empresa Souza Cruz na cidade, em 1917, que desempenhou papel crucial no impulsionamento do crescimento urbano e regional. A chegada da empresa contribuiu para a ocupação dessa região da cidade por trabalhadores temporários, conhecidos como trabalhadores safristas, provenientes do interior de Santa Cruz do Sul e de municípios circunvizinhos. Ou seja:

São os trabalhadores temporários na agroindústria fumageira, muitos dos quais migrantes do meio rural e de outras áreas da cidade, assim como de municípios vizinhos. Dado o caráter sazonal do beneficiamento industrial do fumo, de 4 a 6 meses, os safristas buscam reproduzir-se, durante a entressafra, através do emprego como domésticas, no caso das mulheres, e como autônomos ou trabalhando na construção civil, no caso dos homens (Silveira, 1997, p. 14).

A transição da unidade original, Camboim, para os bairros distintos de Bom Jesus e Senai revela a dinâmica histórica e geográfica da região, destacando a influência significativa de empreendimentos industriais na configuração urbana. Estudos como o de Borowsky (2014) proporcionam *insights* sobre a evolução desses bairros, evidenciando a interconexão entre processos industriais, ocupação do território e as transformações socioeconômicas experimentadas ao longo do tempo.

Apesar de ser caracterizado como uma área vulnerável, o bairro destaca-se positivamente no que tange à colaboração comunitária, solidariedade e esforços coletivos. Essa dinâmica comunitária evidencia mesmo diante de desafios persistentes, como a presença de situações de violência e criminalidade. No entanto,

é importante salientar que o Bom Jesus experimentou melhorias notáveis em decorrência de iniciativas conjuntas das forças de segurança, refletindo avanços positivos (Portal Gaz, 2022).

A resiliência do Bom Jesus frente aos desafios socioeconômicos é respaldada não apenas pela atuação das forças de segurança, mas também pela implementação de projetos sociais locais. Estes desempenham um papel significativo na promoção do desenvolvimento e mitigação das disparidades presentes no bairro. A continuidade dessas melhorias destaca a importância das intervenções sociais no fortalecimento da coesão comunitária e na promoção de condições favoráveis à qualidade de vida dos residentes.

Em janeiro de 2020, a Prefeitura de Santa Cruz do Sul, sob o governo do ex-prefeito Telmo Kirst, em parceria com a Associação das Entidades Empresariais de Santa Cruz (Assemp) iniciou um novo projeto no bairro Bom Jesus. O projeto objetivava a instalação de piscinas comunitárias próximo ao campo do bairro, na rua Marcílio Dias. Com investimento de R\$ 110 mil, o projeto envolvia a instalação de oito piscinas: quatro para crianças e quatro para adultos. Além das piscinas, a área previa a instalação de vestiários, chuveiros externos e banheiros. Além do Bom Jesus, havia a previsão da instalação de piscinas comunitárias em outros quatro bairros (Portal Gaz, 2020).

De acordo com informações coletadas no Portal Gaz (2020), o ex-prefeito Telmo Kirst destacou que o projeto não apenas visava à promoção da justiça social, mas também se propunha a proporcionar saúde e qualidade de vida aos moradores dos bairros. O enfoque recaía na premissa de que privar crianças do acesso à água, um elemento benigno essencial à vida, era uma condição inaceitável. O ex-governante ressaltou a disparidade existente em outros locais, onde aqueles mais privilegiados podem desfrutar desse recurso de forma mais acessível em comparação com as comunidades menos favorecidas.

Em setembro de 2020, as obras das piscinas ainda não haviam alcançado sua fase final, apresentando um progresso de apenas 70% de conclusão (Portal Gaz, 2020). Esse cenário revela um desvio significativo em relação à previsão inicial, que estipulava a conclusão das obras para março do mesmo ano. Os motivos para o atraso na conclusão podem ser múltiplos, porém, cabe recordar que em 2020 a pandemia da covid-19 chegou ao Brasil, importante indicador de possível causa para o atraso.

Em janeiro de 2021, sem previsão para a conclusão da obra, o Portal Gaz entrevistou alguns residentes do bairro que demonstraram descontentamento com o projeto. As manifestações de insatisfação foram evidenciadas, marcadas por reivindicações que transcendem a esfera esportiva e de lazer. Os moradores expressaram necessidades prementes de melhorias em serviços essenciais, incluindo a instalação de um posto de polícia, a implementação de uma creche, a criação de um posto de saúde e uma cozinha comunitária.

Adicionalmente, enfatizaram a carência de recursos médicos na unidade de saúde já existente, apontando a ausência de atendimento médico em determinadas situações. Estas demandas refletem a interseção entre as expectativas da comunidade local e as deficiências percebidas nas infraestruturas sociais.

Em abril de 2021, conforme relato do Portal Gaz, a Prefeitura de Santa Cruz do Sul tomou a decisão de desistir do complexo de piscinas no Bairro Bom Jesus. Esse desfecho ocorreu em meio à transição de gestão, do ex-prefeito Telmo Kirst para a atual prefeita Helena Hermany. Em fevereiro de 2021, a prefeita se reuniu com representantes do bairro, comunicando que não prosseguiria com o projeto devido à necessidade de dispor de servidores para o controle de acesso. Isso se justificava pelo fato de, nos meses anteriores, mesmo sem a conclusão das obras, o Município ter arcado com custos de horas extras, demandadas pela presença de um guarda municipal 24 horas por dia, visando garantir a proteção das instalações.

A prefeitura assegurou que não ocorreu desperdício de dinheiro público, ressaltando que a compra das piscinas foi responsabilidade da Assemp. O presidente da Associação de Moradores do Bairro Bom Jesus afirmou que a comunidade foi consultada e aprovou o encerramento do projeto. Ele destacou que o complexo das piscinas foi anunciado sem a devida consulta à comunidade e que as prioridades para o bairro sempre foram outras. Com o término desse projeto, foi anunciada a substituição das piscinas por um centro esportivo, incluindo a instalação de um campo sintético (figura 4).

Figura 4 - Campo sintético de futebol no Bairro Bom Jesus



Fonte: Imagem capturada por Wandoir Sehn, 2024.

O desfecho dessa situação ressalta a relevância do planejamento urbano ser concebido em conjunto com a comunidade. A sensibilidade da gestão pública às demandas locais é fundamental para assegurar que os projetos não apenas correspondam às expectativas da população, mas também atendam às reais necessidades do bairro.

Uma abordagem participativa, que envolva os moradores desde as fases iniciais de concepção até a implementação, promove a criação de espaços urbanos mais inclusivos e adaptados à dinâmica social e cultural específica de cada comunidade. Dessa forma, a interação estreita entre a administração pública e os cidadãos contribui para a eficácia das intervenções urbanas, fomentando um desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

Cabe assinalar que, no mapa elaborado pelo setor de geoprocessamento de Santa Cruz do Sul, identifica-se a presença de uma área delimitada como praça no bairro Bom Jesus. Entretanto, a investigação de campo no lugar, na referida delimitação, encontra-se, na verdade, o que é denominado como Complexo Esportivo Bom Jesus.

Atualmente, o bairro Bom Jesus apresenta uma infraestrutura esportiva diversificada, composta por dois campos de futebol com características distintas. Um desses campos é revestido com grama sintética, proporcionando uma superfície estável e adequada para práticas esportivas regulares. Paralelamente, o bairro dispõe de um segundo campo com cobertura vegetal natural (Figura 5) e uma quadra de concreto (Figura 6).

Figura 5 - Campo de futebol do Complexo Esportivo Bom Jesus



Fonte: Imagem capturada por Wandoir Sehn, 2024.

Figura 6 - Quadra de concreto do Complexo Esportivo Bom Jesus



Fonte: Imagem capturada por Wandoir Sehn, 2024.

Além das instalações esportivas, o bairro possui um amplo espaço de lazer e convívio comunitário. Destaca-se a presença de uma área de recreação equipada com brinquedos infantis. Adicionalmente, uma sede destinada à distribuição de alimentos aos residentes, evidenciando o comprometimento do bairro com a assistência social e o bem-estar da comunidade. Complementando tais estruturas, conta com um espaço de lazer coberto, provido de assentos. A inclusão de banheiros públicos reforça a infraestrutura comunitária, visando comodidade e acessibilidade aos usuários.

Em contrapartida, é possível identificar algumas questões pertinentes dentro dos limites desses espaços. Conforme evidenciado pelas imagens nas figuras 7 e 8, que retratam a lateral do campo sintético, observa-se uma problemática associada ao descarte inadequado de resíduos sólidos no contexto do bairro.

Figura 7 - Deposição de lixo ao lado do campo sintético do bairro Bom Jesus (I)



Fonte: Imagem capturada por Wandoir Sehn, 2024.

Figura 8 - Deposição de lixo ao lado do campo sintético do bairro Bom Jesus (II)



Fonte: Imagem capturada por Wandoir Sehn, 2024.

Conforme relatado por uma residente do bairro, o local não é um ponto de coleta de lixo, destacando uma lacuna na infraestrutura urbana que merece atenção. Sua observação ressalta que, embora haja pontos de coleta nas proximidades, a conscientização da população em relação ao descarte adequado do lixo parece ser um desafio persistente. Nesse sentido, é possível afirmar que a problemática transcende a mera ausência de recipientes para o lixo e serviços públicos, indicando uma necessidade de sensibilização e educação ambiental para promover práticas sustentáveis entre os moradores.

Uma abordagem dialética para enfrentar esse cenário pode envolver a consideração de estratégias de resolução. Por exemplo, uma proposta de preencher esse vazio na infraestrutura urbana através da incorporação de equipamentos associados ao campo sintético, como uma pequena arquibancada, bancos e mesas fixados ao chão, sugere uma integração eficaz de funcionalidade.

Além de proporcionar comodidade aos frequentadores do campo, essa estratégia pode influenciar positivamente o comportamento da comunidade em relação ao descarte de resíduos, transformando o espaço em um ambiente mais acolhedor e organizado. Ao integrar elementos urbanos funcionais ao redor do campo sintético, como os já citados, não apenas atenderá às necessidades práticas, mas também poderá promover uma mudança na percepção coletiva do local.

A presença desses elementos pode incentivar a população a apropriar-se e utilizar os espaços de forma responsável, fomentando o senso de pertencimento e responsabilidade ambiental. Dessa maneira, a intervenção planejada não apenas aborda a lacuna na infraestrutura, mas também desencadeia uma transformação cultural positiva, alinhada a práticas sustentáveis e à promoção de um ambiente urbano mais harmonioso.

4.1.2 Bairro Senai

Vizinho do bairro Bom Jesus, o bairro Senai, conforme exposto no tópico anterior, é um bairro proveniente do antigo Camboim. De acordo com dados coletados pela Prefeitura Municipal em 2019, o bairro possuía 4.011 habitantes e contava com uma praça junto às instalações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). De acordo com o mapeamento oficial suas delimitações ocorrem da seguinte forma:

I – Inicia em um ponto (P033) localizado no eixo da Rua São José, no entroncamento com o eixo da Rua Fernando Abott, de onde segue, por este eixo, no sentido leste, até encontrar um ponto (P018) localizado no entroncamento com o eixo da Rua Carlos Trein Filho, seguindo por este eixo, no sentido sul, passando pelo ponto (P017) localizado no eixo desta via, seguindo então, em linha curva, no sentido sudoeste, pelo eixo da Rua Carlos Trein Filho até encontrar um ponto (P016) localizado no entroncamento deste eixo com os eixos da Av. Gaspar Bartholomay e Rua Felipe Jacobus Filho, seguindo por este eixo, no sentido sudeste, até encontrar um ponto (P015) localizado no entroncamento com o eixo da Rua Da Pedreira, seguindo pelo eixo desta, até encontrar um ponto (P038) localizado no entroncamento com o eixo da Rua Bela Vista, seguindo pelo seu eixo, no sentido sudoeste, até encontrar um ponto (P039) localizado no entroncamento desta com o eixo da Rua Lindolfo Collor, seguindo daí, pelo eixo da Rua Lindolfo Collor, no sentido norte, até encontrar um ponto (P040) localizado no entroncamento desta com o eixo da Rua Feliciano Barbosa, partido deste ponto, no sentido sudoeste, por este eixo, até encontrar um ponto (P041) localizado no entroncamento desta com o eixo da Rua José do Patrocínio, seguindo daí, por este eixo no sentido sul, até encontrar um ponto (P042) localizado no eixo da Rua José do Patrocínio, no seu alinhamento sul, partindo deste ponto, no sentido sul, até encontrar um ponto (P043) localizado no entroncamento desta com o eixo da Rua Dr. Cleóbis Dorneles da Fontoura, seguindo por este eixo, no sentido oeste, até encontrar um ponto (P044) localizado no entroncamento desta com o eixo da Rua São José de onde segue, pelo eixo da Rua São José, no sentido norte, passando pelo ponto (P036) localizado no entroncamento desta com o eixo da Av. Gaspar Bartholomay, até encontrar o ponto inicial (Santa Cruz do Sul, 2021, s/p.).

Na série de matérias publicadas pelo Portal Gaz, intitulada “A Vida no Bairro”, o portal de notícias reconta alguns marcos na história do bairro. A formação do bairro Senai está intrinsecamente ligada ao expressivo crescimento industrial vivenciado por Santa Cruz do Sul nas décadas de 1930 e 1940. O então prefeito Alfredo Kliemann, em parceria com a Associação do Comércio e Indústria local, buscava suprir a demanda por mão de obra qualificada. Em outubro de 1948, confirmou-se a doação de uma área da Prefeitura para a instalação da escola do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), inicialmente denominada Aldeia Municipal do bairro Camboim, posteriormente renomeado Bom Jesus e, hoje, conhecido como bairro Senai.

Simultaneamente, destinou-se uma área para o Serviço Social da Indústria (Sesi), resultando na construção da Vila Operária, pioneiro núcleo habitacional popular da cidade, com 40 unidades voltadas aos trabalhadores industriais, principalmente concentradas na rua Caramuru, nos fundos da escola do Senai. De acordo com o Portal Gaz (2022), em 1º de abril de 1949, teve início a execução das obras da Escola Senai em Santa Cruz do Sul.

A efetiva operacionalização da instituição ocorreu no início de 1952, sob a direção do professor Simão Honorato Macarthuy Campis, que assumiu o cargo em outubro de 1951. No transcurso de seus 26 anos à frente do Centro de Formação Profissional Senai Carlos Tennhouser, o diretor desempenhou papel fundamental no desenvolvimento da escola. Os cursos inaugurais abrangiam as áreas de eletroeletrônica, mecânica e marcenaria. Em 1961, foi implantada a Praça do Senai Simão Honorato Campis, situada em frente à instituição, como homenagem perene ao notável diretor que deixou sua marca na história do estabelecimento educacional.

A praça em análise ostenta uma infraestrutura composta por uma quadra esportiva de concreto, instalações sanitárias públicas, equipamentos recreativos destinados às crianças, academia ao ar livre, bancos, e uma expressiva cobertura arbórea. O bairro, adicionalmente, abriga estabelecimentos comerciais de variados segmentos, postos de saúde e instituições educacionais, com particular destaque à Escola Técnica do Senai.

A praça do Senai emerge como um espaço multifuncional que se insere no contexto do direito à cidade, permitindo a concretização de diversas práticas e manifestações sociais. Além de servir como cenário para eventos comunitários, como a Praça da Cidadania, esta área pública também acolhe iniciativas independentes promovidas pelo Ateliê de Vivências Urbanas (AVU).

As atividades culturais de rua organizadas pelo AVU, tais como as batalhas de rap, oficinas de graffiti e comercialização de produtos artísticos, agregam valor à praça pública, fomentando a expressão cultural e a interação social. Dessa forma, a praça do Senai não apenas atende às necessidades recreativas e de lazer da comunidade, mas também se consolida como um local de engajamento cívico e cultural.

A Praça Senai, detém uma variada infraestrutura de lazer, compreende uma quadra de esportes cercada, conforme ilustrado na figura 9, uma área destinada à recreação infantil, que inclui brinquedos como balanços, gangorras e escorregador, conforme representado na figura 9, bem como uma academia ao ar livre, evidenciado nas figuras 10 e 11.

A praça ainda oferece um banheiro público, com a presença de um zelador durante o horário comercial, proporcionando condições adequadas de higiene. A presença de bancos e espaços livres contribui para a versatilidade do local. Nesta análise, é possível constatar que a Praça Senai se destaca pela presença de

equipamentos urbanos de lazer de qualidade, promovendo assim um ambiente propício para a fruição e interação social.

Figura 9 - Quadra de esportes na praça do Bairro Senai



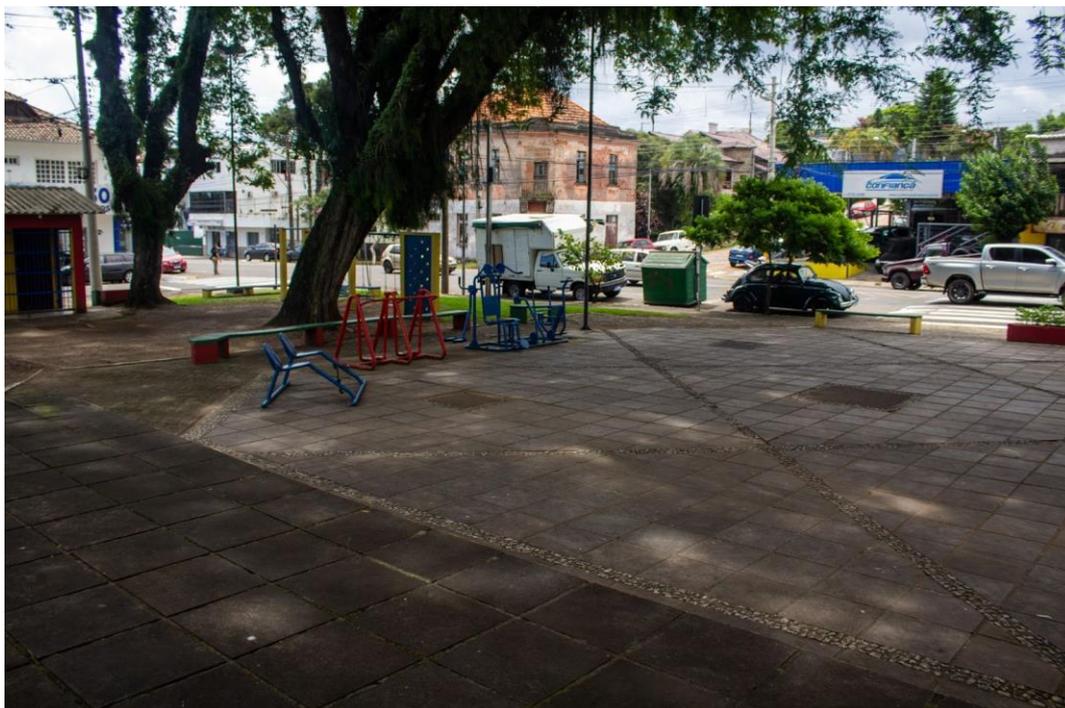
Fonte: Imagem capturada por Wandoir Sehn, 2024.

Figura 10 - Equipamentos urbanos na praça do Bairro Senai (I)



Fonte: Imagem capturada por Wandoir Sehn, 2024.

Figura 11 - Equipamentos urbanos na praça do Bairro Senai (II)



Fonte: Imagem capturada por Wandoir Sehn, 2024.

A Praça Senai constitui-se como um espaço público valorativo para a comunidade local. Através da análise dos elementos apresentados, observa-se que a praça desempenha um papel crucial na promoção do direito à cidade oferecendo uma ampla gama de equipamentos urbanos de lazer, incluindo áreas de recreação infantil, quadra esportiva, academia ao ar livre, além de serviços essenciais como banheiros públicos supervisionados.

As iniciativas culturais promovidas pelo AVU e eventos comunitários, como a Praça da Cidadania, reforçam a importância desses espaços como um local de encontro, expressão cultural e engajamento cívico. Portanto, a Praça Senai não apenas enriquece a qualidade de vida dos seus frequentadores, mas também se estabelece como um exemplo palpável de como os espaços públicos podem ser catalisadores do bem-estar comunitário e da participação social, essenciais para o desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo.

4.1.3 Bairro Faxinal Menino Deus

O bairro Faxinal Menino Deus, o quarto maior em número de habitantes em Santa Cruz do Sul, com 5.918 habitantes (Santa Cruz do Sul, 2019), revela um notável

processo de desenvolvimento, não apenas demográfico, mas também econômico e estrutural. Nos últimos dez anos, a região tem sido alvo de significativos investimentos, tanto do setor público quanto do privado, que contribuíram de maneira expressiva para a melhoria da qualidade de vida dos residentes (Portal Gaz, 2022).

O avanço observado no comércio e na infraestrutura local tem proporcionado à população do Faxinal Menino Deus um acesso mais facilitado a uma gama diversificada de produtos e serviços, reduzindo a necessidade de deslocamento ao Centro da cidade para a realização das atividades cotidianas. Essas afirmações são encontradas na matéria “A vida no bairro: conquistas por meio da mobilização comunitária” do portal de notícias “Portal Gaz”. Essa transformação, conforme destacado pelo portal de notícias, evidencia não apenas o crescimento populacional, mas também a consolidação do bairro como um polo em ascensão dentro do contexto urbano de Santa Cruz do Sul. Nesse sentido cabe especificar as delimitações do bairro Faxinal Menino Deus, portanto, de acordo com a Prefeitura Municipal:

I – Inicia em um ponto (P065) localizado no limite leste da Faixa de Domínio da Rodovia BRS-471, seguindo por uma linha reta e imaginária, alinhada com a divisa norte do Loteamento Vale do Nazaré (Área Verde), no sentido nordeste, acompanhando a divisa do referido Loteamento, até encontrar um ponto (P064) localizado e alinhado com a divisa leste do referido Loteamento, de onde segue, no sentido leste, em linha reta e imaginária, até encontrar um ponto (P063) localizado no alinhamento norte da Rua Dona Carlota, partindo daí, no sentido norte, acompanhando a divisa do Loteamento Cobertura Negócios Imobiliários, até encontrar um ponto (P062) localizado na divisa sudeste do Loteamento Avifauna, seguindo por esta divisa no sentido nordeste até encontrar o ponto (P061), localizado na divisa nordeste do referido Loteamento, de onde segue, no sentido sudeste, até encontrar um ponto (P060) localizado no final do eixo do Corredor Municipal, de onde segue em linha reta, no sentido nordeste até encontrar um ponto (P222) localizado na divisa oeste de uma Área Verde de propriedade do Município, de onde segue, no sentido noroeste até atingir um ponto (P221) localizado na divisa sul da propriedade do Clube dos Subtenentes e Sargentos, de onde segue no sentido nordeste até encontrar um ponto (P220) localizado na divisa oeste desta propriedade, de onde segue por esta divisa, no sentido norte e após nordeste, passando pela Rua José Pedro Froehlich até encontrar um ponto (P219) localizado na divisa sudoeste da propriedade da Escola Estadual de Ensino Médio Willy Carlos Fröhlich e uma Área Verde de propriedade do Município, de onde segue, no sentido nordeste, acompanhando a divisa da referida propriedade até atingir um ponto (P218) localizado na divisa noroeste desta propriedade, de onde segue no sentido sudeste ainda acompanhando a divisa da propriedade até encontrar um ponto (P217) localizado no alinhamento da divisa nordeste desta propriedade de onde segue em linha reta, no sentido sudeste até encontrar um ponto (P216), localizado no entroncamento dos eixos das Ruas Santa Maria e Dona Carlota, de onde segue, pelo eixo desta, no sentido sul até encontrar um ponto (P074) localizado no entroncamento desta com o eixo da Rua Candelária, seguindo por este eixo, no sentido sudeste, até encontrar um ponto (P073) localizado no entroncamento desta com o eixo da Rua Curitiba, seguindo pelo eixo

desta, no sentido sul, passando por seu Prolongamento Imaginário entre as Ruas Dona Leopoldina e Dr. Willy Carlos Fröhlich e ainda seguindo por este eixo, até encontrar um ponto (P072) localizado no entroncamento desta com o eixo da Rua Sobradinho, de onde segue, pelo seu eixo, no sentido sudeste, até encontrar um ponto (P071) localizado no entroncamento desta com o eixo do Prolongamento da Rua Acre, seguindo por este eixo, no sentido sudoeste, até encontrar um ponto (P070) localizado e alinhado com a divisa sudoeste do Loteamento Arthur Muller, acompanhando a referida divisa, no sentido sudeste, até encontrar um ponto (P069) localizado na margem oeste do Arroio das Pedras, seguindo por esta margem, no sentido sudoeste, em linha irregular, até encontrar um ponto (P075) localizado no limite norte da Faixa de Domínio da Rodovia BRS-471, acompanhando a mesma Faixa, no sentido noroeste, até encontrar o ponto inicial (Santa Cruz do Sul, 2021, s/p.).

Ao longo da trajetória histórica do bairro Faxinal Menino Deus, é evidente que suas conquistas e avanços significativos foram resultantes, em grande medida, da vigorosa atuação colaborativa da população por meio da associação de moradores estabelecida há, no mínimo, quatro décadas. A mencionada entidade não apenas perdura ao longo do tempo, mas também continua a exercer um papel preponderante ao interceder junto à Prefeitura e demais instâncias públicas na defesa e promoção dos interesses locais (Portal Gaz, 2022).

A sua resiliência e capacidade de mobilização coletiva tornaram-se particularmente visíveis durante o processo de unificação dos antigos bairros Faxinal e Menino Deus, no qual a associação consolidou-se como uma entidade unificada. Residentes e empreendedores do Faxinal Menino Deus corroboram de maneira uníssona que a região é caracterizada por uma atmosfera acolhedora, próspera socioeconomicamente e um ambiente percebido como seguro, aspectos que contribuem para a singularidade e identidade desse espaço (Portal Gaz, 2022).

A sinergia entre a atuação da associação de moradores e a realidade vivenciada pelos habitantes e empresários do bairro Faxinal Menino Deus demonstra não apenas relevância da mobilização comunitária, mas também a consequente construção de um ambiente resiliente e coeso. Nesse sentido, a participação ativa da associação não se limita a mero papel consultivo, mas configura-se como um agente transformador, capaz de moldar positivamente o desenvolvimento local e a qualidade de vida da comunidade.

Todavia, cabe destacar algumas características particulares do bairro em questão. O bairro Faxinal Menino Deus possui entre 4.836 e 9.616 habitantes, de acordo com dados de 2019 da Prefeitura Municipal. Localizado ao longo da rua Dona Carlota, encontra-se o Presídio Regional e a Escola Estadual de Ensino Médio Willy

Carlos Frohlich, além de escolas de Educação Infantil, duas escolas de Ensino Fundamental, postos de saúde e comércios.

A presença do presídio suscita reflexões acerca da complexidade das dinâmicas urbanas e da percepção de segurança por parte da população. A existência de uma instituição prisional no entorno pode gerar uma dualidade de perspectivas. Por um lado, algumas pessoas percebem uma sensação de segurança, associando-a à presença de forças de segurança e controle nas imediações. Por outro lado, essa mesma presença pode gerar apreensões, considerando que a proximidade de uma instituição penal pode, eventualmente, trazer desafios e preocupações relacionadas à segurança pública. É possível compreender que a segunda percepção sobre a presença da instituição está relacionada ao estigma negativo que o bairro ainda possui.

A dualidade nas percepções acerca da presença do presídio encontra respaldo em declarações de uma moradora, conforme relatado ao Portal Gaz (2022). A residente destaca que “Muita gente fala do presídio, mas ele já existe há 40 anos. Ninguém chega até nós e pergunta se é seguro morar aqui”. Essa observação precede considerações sobre a segurança do local e relatos que indicam que, à medida que os moradores idosos morrem, seus filhos optam por permanecer no bairro.

A notícia veiculada pelo Portal Gaz em fevereiro de 2016 sobre a inauguração de uma praça de esportes e lazer no bairro Faxinal Menino Deus destaca-se como uma tentativa de melhorar a qualidade de vida local. Entretanto, ao colocar sob análise a efetividade desses equipamentos, questionamentos pertinentes emergem.

Embora a praça atualmente ofereça uma gama de recursos, como uma quadra de areia, área de recreação infantil, academia ao ar livre e bancos, é crucial ponderar sobre a eficácia real dessas instalações na promoção do bem-estar e integração comunitária. Questões como manutenção adequada, segurança efetiva e o envolvimento ativo da população na utilização desses espaços emergem como elementos cruciais a serem considerados ao avaliar o impacto concreto desses equipamentos urbanos no cotidiano do bairro.

A praça situada no bairro Faxinal Menino Deus apresenta uma infraestrutura que abrange uma quadra de areia destinada à prática esportiva, conforme evidenciado na figura 12, bem como equipamentos voltados para a recreação infantil, tais como balanços, uma gangorra, e uma academia ao ar livre, conforme demonstrado na figura 13, além de disponibilizar alguns bancos para descanso dos frequentadores.

Entretanto é pertinente destacar a identificação de alguns problemas que merecem atenção e intervenção.

Figura 12 - Quadra de areia na praça do Bairro Faxinal Menino Deus



Fonte: Imagem capturada por Wandoir Sehn, 2024.

Figura 13 - Equipamentos urbanos na praça do Bairro Faxinal Menino Deus



Fonte: Imagem capturada por Wandoir Sehn, 2024.

Observa-se que, mesmo diante dos aspectos positivos verificados na praça, existem desafios a serem enfrentados. A preservação e conservação dos equipamentos, por exemplo, destacam-se como uma preocupação premente, uma vez que a deterioração desses recursos pode comprometer a segurança e a experiência dos usuários. Além disso, é perceptível a ausência de cuidados na manutenção, evidenciada pelo descuido com o corte da grama e a presença de resíduos dispersos pelo solo.

A negligência quanto à manutenção do espaço verde e a gestão inadequada dos resíduos contribuem para a degradação da qualidade estética e funcional da praça. Esses aspectos, quando não abordados de maneira eficaz, não apenas afetam a atratividade do local, mas também comprometem a integridade estrutural e a segurança dos frequentadores. Portanto, torna-se imperativo adotar práticas de manutenção regular e eficiente, assegurando a preservação do ambiente e a promoção de um espaço público adequado para a comunidade.

4.1.4 Bairro Pedreira

A localidade denominada Bairro Pedreira destaca-se como um dos mais densamente habitados no âmbito municipal, contando com uma população estimada de 3.339 habitantes residentes. Situado em uma das áreas mais elevadas da cidade, este bairro possui características singulares desde sua criação em 1998, sendo notável pela extensa área verde que abrange considerável parte de seu território (Portal Gaz, 2023).

Originado a partir do antigo Bairro Bela Vista, extinto para dar lugar ao Pedreira, sua delimitação definitiva foi estabelecida em 2009. Atualmente, segundo dados da Prefeitura, o bairro Pedreira abarca porções territoriais que antes pertenciam aos bairros Senai, Bom Jesus, Santuário, Faxinal Menino Deus (anteriormente Faxinal) e Ana Nery (anteriormente Piratini), conferindo-lhe uma diversidade histórica e geográfica significativa (Portal Gaz, 2023). Portanto, as delimitações do bairro, de acordo com a Prefeitura (2021), seguem o seguinte formato:

I – Inicia em um ponto (P051) localizado no eixo da Rua Sem Denominação, que dá acesso da Rodovia BRS-471 até a Rua Adolfo Pritsch, no limite leste da Faixa de Domínio da Rodovia BRS-471, seguindo por este eixo, no sentido nordeste, até encontrar um ponto (P050) localizado no entroncamento com o eixo da Rua Adolfo Pritsch, seguindo por este eixo, no sentido norte, até

encontrar um ponto (P049) localizado no entroncamento imaginário desta com o eixo da Rua Bruno Agnes, de onde segue, pelo referido eixo imaginário, no sentido nordeste, até encontrar um ponto (P048) localizado sobre o eixo da Rua Bruno Agnes onde esta muda para direção nordeste; deste ponto segue em linha reta, no sentido sudeste, até atingir um ponto (P047) localizado na divisa sudeste do Loteamento Bela Vista, seguindo por esta divisa, no sentido nordeste, até atingir um ponto (P046) localizado no limite do referido Loteamento, seguindo então, em linha reta, no sentido nordeste, até atingir um ponto (P045) localizado no eixo da Rua São José, seguindo por este eixo, no sentido norte, até atingir um ponto (P044) localizado no entroncamento desta com o eixo da Rua Dr. Cleóbis Dorneles da Fontoura, seguindo por este eixo, no sentido leste, até atingir um ponto (P043) localizado no entroncamento desta com o eixo da Rua José do Patrocínio, partindo então, por este eixo, no sentido norte, até atingir um ponto (P042) localizado sobre o eixo da Rua José do Patrocínio, alinhado com a esquina da Rua Feliciano Barbosa, partindo daí, no sentido nordeste, até atingir um ponto (P041) localizado sobre o eixo da Rua Feliciano Barbosa, alinhado com a esquina da Rua José do Patrocínio, de onde segue, pelo eixo da Rua Feliciano Barbosa, no sentido nordeste, até atingir um ponto (P040) localizado no entroncamento desta com o eixo da Rua Lindolfo Collor, seguindo então, por este eixo, no sentido sul, até atingir um ponto (P039) localizado no entroncamento deste com o eixo da Rua Bela Vista, seguindo por este eixo, no sentido nordeste, até atingir um ponto (P038) localizado no entroncamento deste com o eixo da Rua Da Pedreira, seguindo então, por este eixo, no sentido sudoeste, até atingir um ponto (P057) localizado no entroncamento desta com o eixo da Rua Bolívia, seguindo daí, no sentido sul, por linha imaginária, até atingir um ponto (P058) localizado em um Reservatório da CORSAN, seguindo, ainda por linha imaginária e reta, no sentido sudoeste, até atingir um ponto (P059) localizado na Torre de Transmissão da Rádio Gazeta, seguindo daí, ainda no sentido sudoeste, em linha imaginária, até atingir um ponto (P060) localizado a nordeste, no eixo do Corredor Municipal, seguindo por este prolongamento imaginário no sentido noroeste, até atingir a divisa nordeste do Loteamento Avifauna (P061) de onde segue no sentido sudoeste, acompanhando a referida divisa até atingir o ponto (P062), localizado no limite sudoeste do referido Loteamento de onde segue, no sentido sudeste, acompanhando a divisa do Loteamento Cobertura Negócios Imobiliários Ltda. até um ponto (P063) localizado na divisa sudeste do referido Loteamento, seguindo, no sentido oeste, por linha imaginária, até atingir um ponto (P064) localizado na divisa norte (Área Verde) do Loteamento Vale do Nazaré, seguindo por este alinhamento, no sentido sudoeste, em linha reta e imaginária, até atingir um ponto (P065) localizado no limite leste da Faixa de Domínio da Rodovia BRS-471, de onde segue, acompanhando a referida Faixa, no sentido norte, até atingir o ponto inicial (Santa Cruz do Sul, 2021, s/p.).

Inaugurado inicialmente como uma região composta por chácaras e duas pedreiras, o Bairro Pedreira teve sua gênese na década de 1920, evoluindo progressivamente até atingir sua configuração e demarcação atual. Conforme divulgado na Gazeta do Sul em 2014, investigações do jornalista José Augusto Borowsky, a principal via do bairro, então denominada Estrada do Matadouro, desempenhava o papel de proporcionar acesso ao Matadouro Municipal, sob a administração da Cooperativa Pastoril de Rio Pardo. Importante salientar que a área

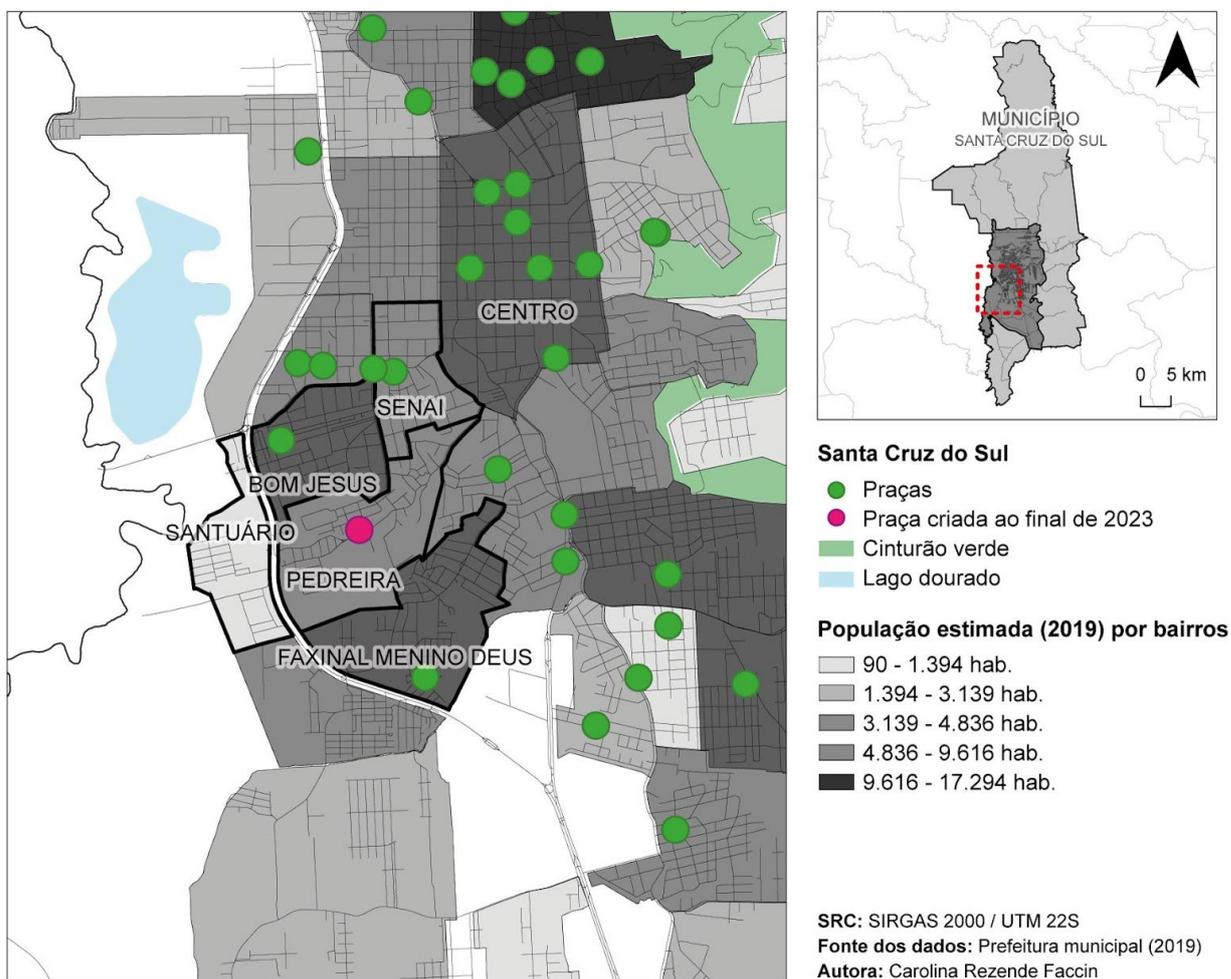
atualmente é destinada à oficina de máquinas pesadas da Prefeitura (Portal Gaz, 2023).

Ao longo do tempo, a via principal experimentou modificações denominativas, transitando de Corredor Pedreira para, posteriormente, Rua da Pedreira. Tal nomenclatura remetia diretamente às pedreiras operadas por João Kern e Benedito Fernando Goldschmidt, as quais desempenhavam um papel fundamental no abastecimento de materiais para as construções realizadas na cidade (Portal Gaz, 2023). Essa evolução toponímica reflete não apenas as transformações urbanas experimentadas pelo bairro, mas também a influência histórica e econômica das pedreiras na configuração e desenvolvimento da localidade ao longo do tempo.

Em relato ao Portal Gaz em junho de 2023, na série “A Vida no Bairro”, respectivamente sobre o bairro Pedreira, uma moradora entrevistada relata a necessidade de um olhar mais atento do poder público em algumas questões, dentre elas a falta de áreas de lazer. A residente reivindica o bairro não ter uma praça onde os moradores possam aproveitar momentos de lazer.

No entanto, ao final do ano de 2023, de acordo com relato de moradores, foi “inaugurada” uma praça no bairro ao longo da Rua da Pedreira, podendo ser localizada na figura 14. A inserção da praça representa um marco no desenvolvimento urbano do bairro. Esse feito pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida dos residentes e reforçar a importância do direito à cidade, destacando também a dinâmica transformadora do espaço urbano e seu papel na construção de uma comunidade mais participativa e inclusiva.

Figura 14 - Distribuição das praças públicas na periferia urbana sul de Santa Cruz do Sul com destaque para a praça no Bairro Pedreira



Fonte: Faccin, 2024.

É relevante ressaltar que, no início da presente pesquisa, o Bairro Pedreira, ao ser escolhido, não contava com a presença de uma praça pública. Registra-se, assim, as transformações urbanas ocorridas ao longo do período de investigação. É importante observar que a praça, embora já esteja em uso, encontra-se em fase de desenvolvimento, evidenciando-se, até o momento, pela presença exclusiva de alguns equipamentos de recreação infantil, conforme demonstrado pela figura 15. Esse estágio inicial sinaliza não apenas a introdução de novos elementos no espaço público, mas também a continuidade das mudanças urbanas em curso, proporcionando um olhar dinâmico sobre a evolução do ambiente urbano no Bairro Pedreira.

Figura 15 - Equipamento de recreação infantil disposto na praça do Bairro Pedreira



Fonte: Imagem capturada por Wandoir Sehn, 2024.

4.2 As praças pelas lentes dos moradores da periferia sul

A dificuldade em afirmar categoricamente que os habitantes de regiões periféricas não exercem plenamente o direito à cidade, com base na condição de suas praças públicas, é intrínseca à complexidade inerente a essa análise. Frequentemente, tal avaliação é realizada a partir de uma perspectiva externa, muitas vezes caracterizada por um olhar distante e influenciada por privilégios inerentes. Contudo, é imperativo reconhecer que essa afirmação somente adquire legitimidade quando se adota uma abordagem interna, ou seja, ao lançar um olhar que emerge das próprias comunidades periféricas.

No contexto específico da presente pesquisa sobre as praças públicas na periferia urbana sul de Santa Cruz do Sul, essa reflexão ganha relevância. A análise das condições de acesso e uso desses espaços deve transcender a mera observação superficial e demanda uma investigação que contemple a visão interna dos bairros em estudo.

Nesse sentido, para aprofundar a compreensão acerca do direito à cidade e suas manifestações nas praças públicas da periferia urbana sul de Santa Cruz do Sul, foi conduzida uma série de entrevistas com os moradores locais. Essas entrevistas (Apêndice A) têm como propósito capturar as percepções dos residentes sobre as praças, abordando aspectos como qualidade do ambiente, as atividades desenvolvidas, a frequência de utilização e as barreiras percebidas no acesso.

A sondagem inicial, proposta como ponto de partida para a presente pesquisa, consistiu no seguinte questionamento direcionado aos moradores dos respectivos bairros: “Qual a importância da existência de praças públicas para você e para a comunidade?”. Esse questionamento foi concebido com a intenção de fomentar uma análise sobre as percepções individuais e coletivas acerca das praças públicas.

As respostas obtidas mediante a indagação sobre a relevância das praças públicas revelaram uma notável convergência de percepções entre os moradores dos bairros em estudo. Emergiram como principais descrições acerca da importância desses espaços as seguintes características, enunciadas de forma recorrente e representativa da coletividade: a função vital do desenvolvimento e vivência das crianças, proporcionadas por brincadeiras e jogos que estimulam a socialização e o aprendizado; a significativa dimensão da interação, destacando-se como um local de encontro entre os residentes e vizinhos, propiciando não apenas o fortalecimento dos laços comunitários, mas também servindo como um meio de reencontro com pessoas queridas do passado; e, finalmente, a percepção da praça como um espaço de lazer multifacetado, abrangendo desde a troca de ideias até atividades recreativas.

Essas características, identificadas de maneira consistente nas respostas dos moradores, delineiam a complexidade e relevância multifuncional das praças públicas na tessitura do tecido social, cultural e recreativo da periferia urbana sul da cidade. Além de funcionarem como espaços físicos, as praças emergem como autênticos centros de convivência, catalisadores de interações e experiências comunitárias enriquecedoras. A centralidade desses locais transcende a mera dimensão física, adquirindo um papel crucial na construção da identidade local e na promoção de um sentimento de pertencimento. A dinâmica intergeracional proporcionada pelas atividades lúdicas para crianças não apenas contribui para o desenvolvimento infantil juvenil, mas também fortalece os vínculos familiares e comunitários. As funções de ponto de encontro e troca de ideias amplia o escopo das praças como espaços de sociabilidade, tornando-as arenas propícias para a expressão da diversidade cultural

e o compartilhamento de experiências, consolidando, assim, a sua relevância como elementos fundamentais no tecido social e na construção do sentido de comunidade na periferia urbana sul de Santa Cruz do Sul.

A segunda indagação direcionada aos moradores da periferia urbana sul de Santa Cruz do Sul foi delineada com o intuito de compreender os padrões de utilização dos espaços públicos dentro do bairro. A interrogação, estruturada em duas partes, buscou investigar a frequência com que os residentes da comunidade fazem uso desses locais, além de identificar os lugares mais recorrentes em suas atividades cotidianas.

A análise das respostas dos moradores evidenciou uma variabilidade significativa na frequência de utilização das praças públicas na periferia sul. Observou-se que as práticas de interação com esses espaços variam consideravelmente entre os residentes, com alguns optando por usufruir das praças especificamente aos finais de semana, enquanto outros não cultivam o hábito de frequentar a praça local em seus momentos de lazer.

Um exemplo ilustrativo desse padrão é perceptível no bairro Pedreira, onde a praça, embora recentemente criada, enfrenta desafios como a falta de equipamentos, a escassez de manutenção no corte da grama e a ausência de arborização. Essas condições adversas motivam alguns moradores a deslocarem-se até as praças centrais da cidade quando desejam usufruir de um ambiente mais adequado para as suas atividades de lazer e até mesmo atividades relacionadas à saúde.

Por outro lado, uma parcela significativa da comunidade, majoritariamente localizada nos bairros Faxinal Menino Deus e Senai, destaca-se por uma frequência de utilização praticamente diária das praças. Estes espaços, apontados como notáveis pontos de encontro, oferecem condições mais atrativas, com equipamentos relativamente adequados, ainda que os residentes apontem falhas.

Essa disparidade na frequência de utilização das praças, aliadas às características específicas de cada local, destaca a heterogeneidade nas práticas de apropriação dos espaços públicos na periferia urbana sul. Essas nuances revelam não apenas as diferentes necessidades e expectativas dos moradores, mas também apontam para oportunidades de melhorias em locais específicos, visando promover uma maior inclusão e satisfação no uso comunitário dessas áreas.

A terceira questão direcionada aos moradores centra-se na avaliação das condições de acesso às praças públicas, visando compreender as percepções dos residentes sobre eventuais obstáculos ou desafios enfrentados ao utilizar esses espaços. A indagação amplia sua abordagem para além da mera frequência de uso, buscando explorar as nuances associadas à experiência cotidiana dos moradores ao acessar as praças.

Ao abordar tanto a facilidade quanto a segurança, procura-se traçar um panorama abrangente das condições que podem influenciar a efetiva participação da comunidade nesses espaços públicos. A análise dessas respostas não apenas contribuirá para uma compreensão dos fatores que moldam a interação com as praças, mas também fornecerá insights valiosos para possíveis melhorias na infraestrutura e na acessibilidade desses locais.

A análise das respostas referentes às condições de acesso às praças públicas revela-se significativamente mais abrangente quando é considerada a segmentação por bairro. Essa abordagem possibilita uma compreensão mais refinada das variáveis que influenciam as percepções dos moradores em diferentes contextos locais.

As respostas coletadas no bairro Bom Jesus destacam uma percepção bastante positiva em relação às condições de acesso às praças públicas. Os moradores avaliaram o acesso à praça local como excelente, fundamentado na presença de uma infraestrutura completa, composta por equipamentos de lazer, espaços para a prática de esportes e áreas destinadas ao entretenimento.

Ao considerarem as praças na cidade como um todo, os entrevistados do bairro Bom Jesus demonstram uma visão igualmente favorável, destacando a frequência do transporte público e a adequação das praças para atender às necessidades de diversos públicos. Uma fala expressiva do entrevistado BJ2 ressalta: “Só não usa a praça quem não quer. Porque até então aqui tem o investimento, para tudo a gente tem investimento. Então assim, o acesso tá disponível” (BJ2, gravado em 24/01/2024). Além disso, os moradores reconhecem a praça local como um ambiente seguro em qualquer momento do dia, ressaltando a existência de um ambiente de respeito entre os frequentadores.

As respostas coletadas no bairro Senai revelam uma percepção mista em relação ao acesso e segurança na praça local. Os moradores destacam que o acesso é relativamente aceitável, inclusive para aqueles provenientes de outras localidades, devido à proximidade com o Centro da cidade. No entanto, uma preocupação foi

levantada pela moradora entrevistada S2, que enfatizou a ausência de equipamentos de entretenimento direcionados para pessoas com deficiência motora, ressaltando a importância de garantir opções inclusivas para que todos possam desfrutar plenamente da praça pública:

Eu só não acho certo assim, porque se algum deficiente ou alguma coisa que a criança quer brincar, não tem. Não tem um brinquedo pra eles, não tem nada. Só tem um acesso para eles entrarem. E daí não tem pra eles se divertir que nem lá no Centro. Lá no Centro ainda tem um balanço para eles poder ir ali e se movimentar. Aqui já não tem (S2, gravado em 06/02/2024).

Em relação à segurança, as respostas apresentaram uma divergência de perspectiva. Enquanto os entrevistados S1 e S4 avaliaram a segurança como boa, destacando a atmosfera tranquila do local, as entrevistadas S2 e S3 manifestaram preocupações específicas. Elas mencionaram a necessidade de estabelecer horários específicos para garantir a segurança, optando por frequentar a praça durante a tarde e limitando até às 18 horas.

A limitação definida é atribuída a presença frequente de usuários de substâncias ilícitas e pessoas que sofrem de alcoolismo, que podem gerar desconforto e insegurança. Além disso, foi mencionado o risco de furtos, destacando a importância de manter vigilância e atenção durante os momentos de lazer. Essas respostas, portanto, revelam a complexidade das percepções dos moradores do bairro Senai em relação ao acesso inclusivo e à segurança nas praças públicas.

As respostas coletadas no bairro Faxinal Menino Deus refletem uma perspectiva menos otimista em relação às condições da praça pública local. Diversos desafios foram apontados pelos moradores, destacando-se a inadequação do acesso para pessoas idosas e com deficiência, uma vez que a ausência de rampas de acesso e a presença de apenas uma escada precária dificultam a entrada desses grupos. Além disso, a baixa regularidade na manutenção do corte da grama, a escassez de áreas melhor arborizadas e a presença de resíduos sólidos contribuem para uma percepção negativa do ambiente.

Outra preocupação manifestada pelos residentes está relacionada à presença de indivíduos fazendo uso de substâncias ilícitas e alcoolizados. Apesar de considerarem o local relativamente seguro, pois esses usuários não incomodam os frequentadores, existe a consciência de que tal comportamento pode influenciar negativamente crianças e adolescentes. Além disso, a necessidade de manutenção

em diversos aspectos, como brinquedos, a academia ao ar livre e os bancos, foi ressaltada, indicando a ação do tempo como um fator que impacta a qualidade desses equipamentos, mesmo com o cuidado dos moradores.

Um ponto de destaque nas respostas é a mobilização dos moradores em tentar manter a limpeza da área, destacando a importância da conscientização dos frequentadores para a preservação e melhoria do ambiente. Essas observações enfatizam a complexidade dos desafios enfrentados no bairro Faxinal Menino Deus, sugerindo a necessidade de uma abordagem abrangente que engloba melhorias na infraestrutura, segurança, manutenção e, crucialmente, a promoção de uma consciência coletiva para o cuidado e preservação do espaço.

As respostas coletadas no bairro Pedreira oferecem uma visão mais abrangente das experiências e desafios enfrentados pelos moradores em relação à praça pública local. Alguns residentes destacam a dificuldade de acesso às praças da cidade devido à ausência de veículos próprios e à redução significativa nos horários de transporte público, intensificada durante a pandemia e perdurando até o momento. Apesar disso, a avaliação, especificamente da praça local, é de que é um espaço acessível para todos, inclusive para moradores de bairros vizinhos, evidenciando sua função como ponto de encontro regional.

No entanto, as respostas apontam para diversas preocupações relacionadas à infraestrutura da praça. Moradores reivindicam a finalização do espaço, o qual já deveria ter acontecido, destacando a falta de equipamentos, a escassez de áreas arborizadas e a ausência de espaços para a prática de esportes, como um campo de futebol e a academia ao ar livre.

A segurança também é uma questão abordada, com relatos divergentes sobre a percepção de segurança local. Enquanto alguns moradores afirmam considerar a praça segura, uma moradora, a entrevistada P1, menciona situações preocupantes, conforme ela destaca:

É que aqui o nosso bairro pega muito os outros bairros e muitas partes assim, né? Daí tem um pouco de marginalidade, assim, os maiores, né? E aí, tipo, que nem eu, não deixo meu filho ir lá brincar, porque nas duas experiências que a gente teve, já deu, assim, problema de ter outros, né? Outras crianças, digamos, atacando com palavras e tal, daí, né? A gente não gostou disso (P1, gravado em 26/01/2024).

A colaboração da prefeitura é requisitada para a limpeza do espaço, e os moradores apontam para a importância de uma frequência policial para garantir a segurança e o pleno uso do local. Essas respostas revelam uma complexidade de desafios enfrentados pelos moradores do bairro Pedreira, indicando a necessidade de ações coordenadas entre a comunidade e as autoridades municipais para melhorar a infraestrutura, segurança e gestão desses espaços públicos.

A quarta questão direcionada aos moradores buscou explicar as atividades mais comuns realizadas nas praças públicas e compreender o impacto dessas atividades na convivência e na vida social da comunidade. Essa abordagem visa identificar não apenas as práticas cotidianas dos residentes, mas também entender como tais atividades contribuem para a construção de um ambiente comunitário mais coeso e participativo. Ao analisar as respostas, procura-se obter a compreensão sobre os elementos que fortalecem os laços sociais, promovem a interação e enriquecem a experiência coletiva nas praças públicas da periferia urbana sul de Santa Cruz do Sul.

As respostas coletadas dos moradores dos bairros revelam uma notável convergência quanto às atividades mais comuns realizadas nas praças públicas, destacando a variedade de práticas que enriquecem a vida social e comunitária. A prática de encontros é recorrente, proporcionando momentos de convívio e desconstrução, onde amigos e vizinhos se reúnem para compartilhar o chimarrão, aproveitar o lazer e fortalecer laços pessoais.

A realização de atividades esportivas é também uma constante, promovendo interação entre crianças e adultos, além de oferecer um espaço adequado para as brincadeiras infantis. Essas atividades são percebidas como essenciais pelos moradores, não apenas por proporcionarem momentos de lazer, mas por promoverem a convivência e conferirem um sentido de união à comunidade.

Outro aspecto destacado nas respostas é a oportunidade de conhecer novas pessoas e fazer novas amizades. As praças, portanto, não apenas servem como locais de reencontro entre velhos amigos que perderam o contato ao longo dos anos, mas também um espaço que fomenta a criação de novos laços sociais. Além disso, as praças são reconhecidas como ambientes propícios para aprender a viver e a compartilhar o espaço, principalmente para as crianças, proporcionando uma valiosa experiência de convívio social desde a infância. Essas atividades, portanto, desempenham um papel significativo na construção e fortalecimento dos laços

comunitários, evidenciando as praças públicas como elementos essenciais na promoção da vida social e na coesão das comunidades locais.

A quinta questão apresentada aos moradores visou explorar as percepções sobre as distintas formas de utilização das praças públicas por diferentes grupos de pessoas. Ao abordar essa temática, buscou-se compreender as nuances nas práticas de diferentes segmentos da comunidade, bem como avaliar os possíveis impactos dessas diferenças na experiência de todos os frequentadores. A análise das respostas a essa indagação proporciona uma visão das dinâmicas sociais nas praças locais, destacando como as diversidades de utilização podem influenciar a coletividade e a convivência nesses espaços.

As respostas fornecidas pelos moradores dos bairros Bom Jesus, Pedreira e Faxinal Menino Deus revelam uma perspectiva coletiva bastante consistente, caracterizada pela ausência de percepções significativas de diferenças entre grupos de pessoas na utilização das praças públicas. Moradores desses bairros compartilham a visão de que a praça é um espaço inclusivo, onde diversos segmentos da população coexistem harmoniosamente, sem notáveis distinções.

A ideia de igualdade de acesso e participação destaca-se como um valor central nessas localidades, contribuindo para uma atmosfera de convivência pacífica e colaborativa. A falta de apontamentos sobre divergência na utilização da praça entre diferentes grupos sugere uma coesão social notável nessas áreas, onde a comunidade percebe a praça como um ponto de encontro aberto a todos, independente de suas características, atividades e posição social.

Por outro lado, no bairro Senai, as respostas apresentam uma complexidade maior, indicando uma diversidade de grupos presentes nas praças públicas. Além dos relatos positivos sobre a presença de crianças, idosos e famílias, surgem preocupações relacionadas à prostituição, ao consumo de substâncias ilícitas e à presença de moradores de rua.

A moradora entrevistada S2 destaca a importância do papel do zelador nos banheiros anexos à praça, ressaltando uma melhoria na qualidade do espaço. Contudo, ressalta que ainda persistem desafios, como a hostilidade gerada por atividades de prostituição e consumo de substâncias ilícitas. A presença dessas dinâmicas menos desejadas pelos moradores é percebida como um entrave à experiência plena de algumas famílias, o que reforça a necessidade de estratégias

adicionais para garantir um ambiente seguro e acolhedor para todos os frequentadores.

A sexta questão direcionada aos moradores visou explorar as percepções acerca do impacto das opiniões sobre o acesso e uso das praças públicas nas decisões das autoridades locais em relação ao desenvolvimento da região e à promoção do direito à cidade, ao lazer e à recreação. Para tanto, visou-se compreender a importância atribuída pelos residentes ao papel das praças como elementos fundamentais não apenas para a qualidade de vida local, mas também para a configuração mais ampla da cidade. Ao analisar essas percepções, busca-se compreender como as considerações dos bairros podem moldar as políticas públicas e influenciar o planejamento urbano na periferia urbana sul de Santa Cruz do Sul.

As respostas dos moradores em relação à influência das percepções sobre o acesso e uso das praças públicas nas decisões das autoridades locais apresentam uma variedade de perspectivas divergentes. No bairro Pedreira, as opiniões são contrastantes, onde dois moradores expressam a preocupação de que a má utilização do espaço possa gerar a interpretação de que não é necessário a presença do espaço, sugerindo uma possível influência negativa nas decisões das autoridades. Em contrapartida, outros dois moradores veem o potencial de as percepções atuarem como um incentivo, destacando a importância de as autoridades voltarem a atenção para o bairro, promovendo eventos e melhorias na praça para fortalecer a integração comunitária.

No bairro Bom Jesus, a maioria dos moradores percebe a influência como positiva, destacando a boa utilização e estrutura da praça pela comunidade. No entanto, o morador entrevistado BJ4 observa que, embora haja influência, o setor público nem sempre busca investigar as necessidades específicas do bairro, citando como exemplo o projeto das piscinas lançado durante a gestão do ex-prefeito Telmo Kirst. Já no bairro Faxinal Menino Deus, as percepções convergem, indicando uma visão crítica em relação à atenção da Prefeitura, apontando que o trabalho público parece ser mais presente em períodos eleitorais.

No bairro Senai, as opiniões são divididas, com o morador entrevistado S1 destacando o cumprimento do papel das autoridades locais, enfatizando a falta de consciência dos próprios moradores como um desafio. As moradoras entrevistadas S2 e S3 argumentando que, apesar dos problemas apresentados, a influência das percepções é limitada, reivindicando uma presença policial com uma constante no

patrulhamento da praça. Por fim, o morador entrevistado S4 percebe a influência de forma positiva, evidenciando que cada indivíduo contribui de acordo com seus interesses na utilização dos equipamentos da praça.

A análise das respostas obtidas nas entrevistas revela uma complexidade fascinante nas percepções e experiências dos moradores em relação às praças públicas na periferia urbana sul da cidade. Em meio a essa diversidade de opiniões, um ponto de convergência é a importância central que as praças desempenham na vida comunitária. O papel multifuncional desses espaços, destacados pelas atividades de lazer, convívio social e interação entre diferentes grupos, evidencia a riqueza e a vitalidade que as praças agregam ao tecido social. Contudo, a divergência de perspectivas sobre como as autoridades locais interpretam e respondem às demandas da comunidade revela desafios significativos.

No bairro Pedreira, as opiniões contrastantes apontam para a necessidade de uma abordagem mais precisa e sensível por parte das autoridades na interpretação das percepções dos moradores. Enquanto alguns enxergam a oportunidade de estímulo para melhorias, outros alertam para a possibilidade de interpretações negativas. No bairro Bom Jesus, a predominância de visões positivas destaca a importância de considerar experiências comunitárias bem-sucedidas, embora a chamada para uma investigação mais profunda das necessidades locais ressalta a importância da personalização das estratégias de planejamento urbano.

A visão crítica dos moradores do bairro Faxinal Menino Deus sobre a atuação da Prefeitura indica a necessidade de uma abordagem mais consistente e contínua no desenvolvimento urbano, enquanto as perspectivas divergentes no Senai ressaltam a complexidade das interações entre moradores e autoridades locais.

Em meio a essas nuances, é evidente que as políticas públicas devem ir além das estruturas físicas, considerando as dinâmicas sociais, culturais e as particularidades de cada comunidade. Em última análise, a promoção do direito à cidade depende da compreensão atenta das necessidades locais e do estabelecimento de parcerias colaborativas entre a comunidade e as autoridades para garantir espaços públicos que verdadeiramente atendam às expectativas e enriqueçam a qualidade de vida dos residentes.

4.3 As praças pelas lentes dos frequentadores das praças centrais

Esta investigação se propõe também a lançar um olhar detalhado sobre as percepções e vivências dos frequentadores da Praça da Bandeira de Santa Cruz do Sul, conhecida como a Praça da Prefeitura, no Centro da cidade, representando um contraponto e, ao mesmo tempo, percepções complementares às opiniões anteriores que se concentraram nos moradores da periferia urbana Sul de Santa Cruz do Sul.

Diferenciando-se ao direcionar o foco para aqueles que escolhem a praça central como seu ponto de encontro e lazer, busca-se aqui entender as nuances das experiências nesse espaço público central. Dessa forma, os tópicos das entrevistas (Apêndice A) realizadas especificamente com esse público seguem a mesma estrutura utilizada nas entrevistas anteriores, com uma única modificação na primeira pergunta, direcionada agora aos frequentadores da praça central, revelando a importância de explorar como as visões e demandas desses participantes podem se contrastar ou complementar em relação às perspectivas dos moradores da periferia.

A ênfase na busca pela visão daqueles que escolhem a Praça da Bandeira como local de convívio destaca a relevância de entender como este espaço central é percebido e utilizado pela comunidade. Enquanto as entrevistas anteriores trouxeram à tona a dinâmica das praças na periferia, estas outras ampliaram a compreensão ao explorar as experiências das pessoas que frequentam o coração da cidade. Essa abordagem comparativa permitirá não apenas uma compreensão mais abrangente da relação entre a comunidade e as praças públicas, mas também revelará possíveis diferenças nas expectativas e necessidades percebidas pela população.

A distinção chave entre o roteiro de entrevista utilizado anteriormente para investigar as percepções dos moradores da periferia urbana sul de Santa Cruz do Sul e o atual, que se concentra nos frequentadores da Praça da Bandeira, reside em uma indagação fundamental: “Como você percebe/avalia a oferta de praças públicas em Santa Cruz do Sul?”

Essa pergunta estratégica busca capturar visões dos frequentadores do espaço central da cidade em relação à oferta geral de praças públicas, proporcionando uma perspectiva única sobre como a comunidade empenhada na Praça da Bandeira enxerga não apenas esse local específico, mas também a rede mais ampla de espaços públicos disponíveis na cidade. Essa abordagem permite uma análise mais

abrangente e comparativa das expectativas e avaliações, lançando luz sobre as diferentes dinâmicas que permeiam as praças públicas centrais e periféricas.

As respostas obtidas revelam notável variedade de perspectivas entre os frequentadores da Praça da Bandeira, apesar de algumas semelhanças. Um ponto de destaque é a predominância de entrevistados com idades entre 20 e 30 anos, indicando uma concentração significativa nessa faixa etária entre os usuários participantes que aceitaram colaborar com o estudo. Essa faixa etária demográfica específica pode influenciar as percepções e demandas em relação às praças públicas, refletindo talvez as preferências e as necessidades específicas desse grupo etário.

A primeira percepção, advinda do frequentador C1, destaca uma interessante dinâmica, uma vez que este não é residente em Santa Cruz do Sul, mas frequenta as praças centrais com regularidade devido à presença de seu filho na cidade. A visão limitada desse frequentador, centrada nas praças centrais, evidencia uma impressão positiva, caracterizando-as como locais organizados e visualmente agradáveis.

O entrevistado C1 ressalta que essa perspectiva está intrinsecamente vinculada à influência cultural da imigração germânica que fundamentou a cidade, revelando um traço marcante na construção da imagem das praças. No entanto, é crucial notar a consciência do entrevistado sobre a diferença de realidade nas praças da periferia urbana de Santa Cruz do Sul, indicando uma compreensão sensível das supostas disparidades nas ofertas de espaços públicos na cidade.

O frequentador entrevistado C2, morador do bairro Arroio Grande, por meio de suas respostas, evidencia uma percepção aguçada sobre a distribuição desigual e a disparidade na qualidade das praças em Santa Cruz do Sul. Ele destaca a intensidade do investimento da prefeitura, observando uma clara preferência pela área central e bairros próximos ao Centro. Essa observação estende-se à infraestrutura, como a iluminação, sendo notada uma clara diferença entre as praças centrais, mais bem iluminadas e, portanto, percebidas como mais seguras, e as localizadas nos bairros mais afastados, que sofrem com uma iluminação deficiente.

A falta de equipamentos adequados nas praças dos bairros é também mencionada, sugerindo uma lacuna na oferta de recursos recreativos e de lazer nestas localidades. Além disso, o frequentador C2 aponta para a má distribuição de eventos na cidade, concentrando-se predominantemente nas praças centrais. Essa observação ressalta não apenas a disparidade nas condições físicas das praças, mas também nas oportunidades de participação em atividades culturais e sociais.

O frequentador entrevistado C3, ao comparar a distribuição das praças em Santa Cruz do Sul com a região metropolitana de Porto Alegre, destaca uma visão positiva, enfatizando uma boa distribuição e a efetiva utilização das praças na cidade. Ele observa que as praças são bem aproveitadas, mantidas limpas e percebidas como seguras, ressaltando um ponto de destaque que a comunidade efetivamente utiliza esses espaços públicos.

No entanto, o entrevistado C3 aponta para um maior foco na região central da cidade, evidenciando um percurso que engloba desde a Praça Getúlio Vargas em frente à Catedral até a Praça da Bandeira, passando pelo Parque da Oktoberfest, ressaltando um cuidado e atenção especial nesta área. Nas áreas periféricas, a percepção é de praças menores e menos cuidadas, mas ainda utilizáveis e com alguma qualidade.

O frequentador entrevistado C4 compartilhou percepções significativas sobre a distribuição e o uso das praças em Santa Cruz do Sul. Ele destaca uma má distribuição, particularmente enfatizando o Centro da cidade como uma área com uma alta concentração de praças. No entanto, ele aponta que algumas dessas praças, mesmo sendo centrais, não localizadas nas principais rotas, acabam tendo menos uso. Um exemplo mencionado é a Praça da Guarda Municipal ao longo da Av. Independência, descrita como bem equipada, com pracinha, bancos e excelente arborização, e que poderia ter sido construída dentro dos bairros, sugerindo uma reflexão sobre a estratégia de distribuição desses espaços.

O entrevistado argumenta que a distribuição das praças deveria ser melhor pensada, destacando que, embora esses espaços tenham sido planejados há muito tempo, o crescimento demográfico e o conseqüente desuso de algumas praças podem resultar em problemas, como o uso inadequado desses locais, incluindo o consumo de substâncias ilícitas, especialmente durante a noite. Essa análise aponta para uma necessidade de reavaliação e adaptação das praças conforme as mudanças na dinâmica urbana ao longo do tempo.

Além disso, o entrevistado C4 observa que utiliza outras praças na cidade, incluindo a praça do Senai, e percebe que as praças nos bairros estão sendo utilizadas de forma mais assertiva. Ele ressalta que a comunidade tem essas praças como referência, tornando-as locais frequentemente utilizados para o lazer, destacando a importância de criar espaços que atendam às necessidades e se tornem parte integrante da vida cotidiana das comunidades locais.

O frequentador entrevistado C5 oferece uma análise ponderada sobre a distribuição das praças em Santa Cruz do Sul, caracterizando-a como mediana. Ele destaca a presença de espaços públicos, mas ressalta que tanto a iniciativa privada quanto a pública não os utilizam de forma efetiva. O entrevistado menciona as tentativas recentes da Prefeitura em usar a Praça da Cultura, localizada nas imediações da rua Galvão Costa, para eventos e atividades, indicando uma iniciativa que começou há aproximadamente dois ou três anos, mas que ainda não atingiu todo o potencial.

O entrevistado ainda aponta para a disparidade entre praças localizadas em áreas de classe média, que recebem atenção e eventos, e aquelas em áreas menos favorecidas, que muitas vezes acabam por ser negligenciadas, dependendo da iniciativa dos próprios moradores desses locais para organizarem eventos e manterem os espaços.

O entrevistado C5 enfatiza a existência de espaços disponíveis, mas destaca a falta de estímulo e facilidades por parte da prefeitura para o uso efetivo das praças como locais de encontro comunitário. Ele observa que, muitas vezes, esses espaços acabam sendo utilizados como locais para descanso breve, após o trabalho, antes de voltar para casa, perdendo o potencial de serem verdadeiros pontos de encontro e convívio social na comunidade. Essa análise reforça a importância não apenas da presença física de praças, mas também do apoio efetivo e engajamento por parte das autoridades para transformá-las em espaços comunitários vibrantes e inclusivos.

Conforme mencionado anteriormente, a segunda pergunta permanece inalterada ao longo da pesquisa, sendo aplicada tanto aos moradores dos bairros periféricos quanto aos frequentadores da Praça Central. Essa consistência na abordagem busca comparar as respostas de diferentes grupos, permitindo uma análise mais abrangente sobre os padrões de uso das praças e os locais mais comuns frequentados pela população.

O entrevistado C1 expressa que sua frequência nas praças centrais não é tão comum devido à sua residência em outra cidade e à concepção diferenciada desses espaços, porém, quando está em Santa Cruz do Sul, procura utilizar as praças centrais. Ele destaca a falta de organização percebida em algumas áreas, o que influencia sua disposição para frequentá-las regularmente. No entanto, ao mencionar a Praça da Bandeira, onde estava no momento da entrevista, ele ressalta que a sensação de conforto e a energia positiva do local o atraíram para sentar e apreciar o

ambiente. Essa experiência destaca a importância da atmosfera e da percepção subjetiva na decisão de utilizar as praças, sugerindo que elementos como organização e a sensação de conforto podem desempenhar um papel significativo na escolha de frequentar determinados espaços.

O entrevistado C2 relata utilizar a praça e os espaços públicos disponíveis na cidade regularmente, especialmente nos finais de semana, mencionando especificamente o Parque da Gruta como um local frequentado. Ele destaca a atração do Parque da Gruta pela sensação de frescor e pela proximidade com a natureza, ressaltando a conveniência de estar próximo ao Centro da cidade. Ao mencionar sua experiência no Parque da Gruta, ele enfatiza o aspecto agradável do ambiente, destacando-o como um espaço refrescante e agradável para visitar, especialmente em dias quentes. Essa perspectiva enfatiza a importância de espaços verdes e naturais próximos às áreas urbanas.

O entrevistado C3 compartilha sua experiência variada no uso das praças, destacando suas utilizações ao longo do tempo. No passado, frequentava as praças para a prática de esportes, como skate e calistenia, além de momentos mais descontraídos, utilizando apenas como momentos de relaxamento. Atualmente, sua interação com as praças está relacionada à proximidade de sua residência, utilizando aquelas localizadas nas imediações de sua casa para passeios com o cachorro e caminhadas.

O entrevistado menciona especificamente a Praça Ernesto Frederico Söhnle, no bairro Santo Inácio, destacando sua conveniência devido à proximidade. Além disso, o entrevistado relaciona o uso da Praça da Bandeira a eventos específicos ou quando está na região dos bares. O Parque da Oktoberfest também é mencionado, sendo utilizado tanto em ocasiões festivas quanto para a prática esportiva. Essa diversidade de usos ressalta a adaptabilidade das praças a diferentes atividades e finalidades, evidenciando sua importância multifuncional na vida dos entrevistados.

O entrevistado C4 compartilha uma variedade de usos das praças em sua rotina, destacando a praça do bairro Verena como um local frequentado para o lazer com seu filho, aproveitando os brinquedos e a quadra de vôlei de areia disponíveis. Além disso, ele ressalta a utilização de outras praças para encontros culturais, como as batalhas de rap no bairro Santa Vitória, na Praça Siegfried Hauser, e na Praça da Bandeira. A Praça da Bandeira é mencionada como um ponto de encontro central para facilitar encontros com amigos de diferentes locais da cidade. O entrevistado

também destaca que as praças da periferia são mais utilizadas em eventos específicos, geralmente promovidos pela própria comunidade, como as batalhas de rap, ressaltando a importância desses espaços na promoção de atividades culturais e de lazer na comunidade. Essa diversidade de uso revela a versatilidade das praças como locais de encontro, lazer e eventos culturais.

As respostas do entrevistado C5 revelam uma frequência constante na utilização das praças, especialmente a Praça da Bandeira, como um ponto de encontro com amigos durante os finais de semana. Ele também destaca a participação em eventos culturais, como as batalhas de rap, que frequentemente ocorrem em diferentes praças da cidade. Contudo, o entrevistado menciona uma mudança nas opções de locais para encontros, observando uma mudança de público utilizando o centro da cidade e outros lugares específicos, a exemplo o pub Heilige Pocket em frente à Praça da Bandeira. Essa alteração pode indicar uma adaptação nas preferências dos frequentadores, buscando novos espaços ou alternativas para os encontros sociais.

Além disso, o entrevistado menciona uma pequena praça próxima ao Restaurante Mafalda, evidenciando a diversidade de espaços utilizados para encontros. A referência ao antigo Restaurante Amélia como ponto de encontro ressalta a capacidade dos grupos sociais em criar e definir seus próprios espaços públicos, muitas vezes além dos locais pré-determinados. Essa iniciativa reflete a dinâmica de apropriação do espaço urbano pela comunidade, evidenciando a importância não apenas dos espaços públicos formais, como as praças e os parques, mas também lugares informais, moldados pelas interações sociais e pelo compartilhamento de experiências. A criação desses espaços alternativos destaca a riqueza e diversidade de interações sociais que ocorrem na cidade demonstrando a influência direta das comunidades na configuração do ambiente urbano.

A terceira indagação é direcionada à percepção dos entrevistados acerca das condições de acesso às praças públicas em Santa Cruz do Sul, abordando possíveis desafios, obstáculos, facilidades e aspectos relacionados à segurança, destaca-se como ponto relevante para compreender a experiência individual e coletiva dos frequentadores desses espaços urbanos.

A resposta do entrevistado C1 evidencia uma percepção diferenciada entre as praças localizadas no Centro de Santa Cruz do Sul e aquelas nas periferias. Ele destaca a falta de atenção e investimentos nas áreas periféricas, ressaltando a

importância de se criar ambientes agradáveis e organizados. A análise revela a relevância não apenas de segurança, mas também de aspectos como limpeza, organização e sensação de bem-estar para incentivar as pessoas a frequentarem esses espaços.

Ao mencionar a importância de se sentir bem nos lugares, o entrevistado C1 destaca a influência de fatores subjetivos na escolha de frequentar determinadas praças. A conexão emocional com o espaço, expressa através da energia positiva, árvores e organização, emerge como um elemento relevante para atrair os frequentadores. Isso ressalta a complexidade da relação entre as pessoas e os espaços públicos, destacando a necessidade de criar ambientes que promovam não apenas a segurança objetiva, mas também experiências positivas e agradáveis para a comunidade.

A resposta do entrevistado C2 destaca a diferença de acessibilidade entre as praças localizadas no Centro e nas periferias, apontando a presença de rampas apenas nas praças centrais. Essa observação ressalta a disparidade nas condições de infraestrutura urbana, evidenciando a necessidade de tornar as áreas periféricas mais acessíveis, não apenas no que diz respeito às praças, mas também em outros espaços públicos. A menção aos horários limitados dos ônibus revela a importância do transporte público na mobilidade urbana e destaca a relevância de garantir opções de deslocamento adequado para os moradores.

A preocupação com a segurança emerge como um fator determinante na escolha das praças a serem frequentadas, especialmente durante a noite. A descrição das praças próximas ao bairro do entrevistado, marcadas por problemas como a presença de dependentes de substâncias ilícitas, destaca a importância de medidas que garantam a segurança e a tranquilidade dos frequentadores, além de apontar um problema de saúde pública.

A análise da resposta do entrevistado C3 destaca sua percepção sobre a acessibilidade das praças, observando a presença de elementos como rampas e balizadores, mas apontando para uma distribuição de fluxo que ainda pode ser aprimorada. A sugestão de criar caminhos mais definidos entre as praças, formando uma rede conectada, indica a importância não apenas da acessibilidade física, mas também da organização do espaço público para facilitar o deslocamento dos frequentadores. Essa percepção ressalta a necessidade de planejamento urbano que

considere não apenas a presença de infraestrutura, mas também a configuração espacial para tornar as praças mais funcionais e acolhedoras.

A menção à falta de cuidado com a limpeza e o paisagismo em algumas praças mais descentralizadas aponta para a importância da manutenção regular por parte da prefeitura, evidenciando que a qualidade dos espaços públicos está ligada à atenção e investimentos contínuos. A discussão sobre a segurança, embora não seja o foco principal do entrevistado, destaca a relevância desse aspecto na percepção dos frequentadores sobre a utilização das praças. O entrevistado ressalta que existem horários para se utilizar algumas praças com segurança.

A análise da resposta do entrevistado C4 destaca a percepção positiva em relação ao acesso e uso das praças públicas na cidade. Ele reconhece o investimento considerável realizado nas praças centrais, mencionando melhorias como a troca de brinquedos e pinturas recentes. No entanto, ressalta a necessidade de revisão em alguns aspectos, especialmente no que se refere à acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida.

A sugestão de investir mais nas praças localizadas fora da área central evidencia uma preocupação com a equidade no acesso aos espaços públicos, indicando que a falta de incentivo e investimento nessas regiões pode limitar a utilização por parte da comunidade. O entrevistado expressa uma visão crítica sobre a distribuição dos recursos, destacando as disparidades entre as áreas centrais e periféricas da cidade.

Ao abordar desafios enfrentados por pessoas com dificuldades de locomoção, o entrevistado observa a falta de brinquedos adaptados e a presença frequente de escadas nas praças. Essa análise aponta para a importância de tornar os espaços públicos mais inclusivos, garantindo que todos os cidadãos possam desfrutar dos benefícios das praças.

Quanto à segurança, o entrevistado destaca a presença da Guarda Municipal e da Brigada Militar nas praças centrais, proporcionando uma sensação de segurança. No entanto, ele ressalta a diferença observada nos bairros, onde a falta de presença policial e a negligência na manutenção das praças contribuem para a ocorrência de atividade indesejadas, como o consumo de substâncias entorpecentes.

As respostas do entrevistado C5 destacam a percepção sobre a acessibilidade das praças em Santa Cruz do Sul. O entrevistado reconhece que as praças são acessíveis no sentido de serem fisicamente alcançáveis, mas destaca a falta de

adaptações para pessoas com mobilidade motora reduzida. Ele menciona a presença de rampas, porém, ressalta que essas medidas ainda são insuficientes para garantir uma acessibilidade adequada, indicando a necessidade de melhorias nesse aspecto.

O comentário sobre segurança revela uma dualidade na experiência do entrevistado. Ele destaca a presença de segurança privada, o que gera uma sensação distópica e incompreensível, evidenciando a falta de clareza sobre as ações desse grupo. Por outro lado, o aumento da presença da Guarda Municipal é percebido como positivo, proporcionando uma sensação de segurança à comunidade. Contudo, o entrevistado aponta para a relutância da prefeitura em reconhecer as praças centrais como pontos de encontro noturno, destacando a necessidade de uma abordagem mais flexível e integrada.

O entrevistado destaca ainda, a importância das praças como espaços de encontros noturnos, enfatizando o potencial para estimular a economia local. Ele sugere uma maior compreensão por parte da Prefeitura em relação aos usos noturnos, propondo uma abordagem que permita a interação natural entre os espaços públicos e os estabelecimentos privados, visto que por vezes, as calçadas, também reconhecidas como espaços públicos, são dominadas pelos estabelecimentos comerciais, como os *pub's* próximos à praça central.

A próxima indagação visa compreender as atividades mais frequentes realizadas nas praças, bem como sua influência na convivência e na vida social dos habitantes de Santa Cruz do Sul. A análise das atividades cotidianas proporcionará uma visão abrangente das funções e significados que as praças desempenham na vida social local.

Ao analisar as respostas dos entrevistados, destaca-se uma notável convergência nas atividades mais comuns realizadas nas praças de Santa Cruz do Sul. Dentre as práticas recorrentes destacam-se encontros sociais, como reunir-se com amigos, promover rodas de chimarrão envolvendo familiares e amigos, e utilizar o espaço como uma local propício para momentos descontraídos e informais, popularmente conhecidos como “jogar conversa fora”. A prática de esportes também figura como uma atividade bastante citada, abrangendo desde a prática de esportes recreativos como vôlei até passeios com animais de estimação.

Essa repetição de atividades sugere que as praças desempenham um papel multifuncional na vida dos entrevistados, servindo como espaços versáteis que abrigam diversas formas de interação social e lazer. Além disso, a presença de

encontros noturnos revela a utilização das praças como locais de convívio também após o anoitecer, indicando a dinâmica social ativa durante diferentes períodos do dia.

Um aspecto notável nas respostas é a percepção das praças como espaços inclusivos, oferecendo oportunidade de lazer para aqueles com menor condição financeira. As atividades culturais, como festivais e batalhas de rap, surgem como elementos importantes, proporcionando não apenas entretenimento, mas também a chance de conhecer pessoas e estabelecer novas amizades. Além disso, a presença de encontros românticos e momentos de namoro sublinha o caráter acolhedor e propício à construção de relações interpessoais que esses locais públicos oferecem.

A pergunta sobre a percepção das diferentes formas de utilização da praça por diferentes grupos de pessoas abre espaço para uma análise abrangente das dinâmicas sociais presentes nesses espaços públicos. Observar as distintas maneiras pelas quais diversos grupos se apropriam das praças revela nuances importantes da interação humana e do uso do ambiente urbano.

As respostas obtidas revelaram uma notável semelhança nas atividades realizadas pelos diferentes grupos de pessoas nas praças. A presença de grupos de jovens, famílias, amigos, além de pessoas que estão apenas de passagem, vendedores ambulantes, pedintes, é uma constante em todos os relatos. Contudo, a divergência principal reside na percepção dos impactos desses diferentes grupos.

O entrevistado C1 destaca a naturalidade com que as interações ocorrem na praça, reconhecendo a diversidade de situações, desde pedintes e vendedores ambulantes, essa visão sugere uma aceitação do papel multifuncional das praças, onde diferentes atividades coexistem, refletindo as dinâmicas sociais e econômicas da cidade.

A fala do entrevistado C2 revela uma dinâmica interessante na utilização da praça, destacando uma convivência harmônica entre diferentes grupos. A observação de que cada grupo permanece em sua esfera, sem causar incômodo, sugere uma aceitação mútua e um respeito pelos espaços ocupados por cada conjunto de pessoas na praça.

A menção de ocasionais alterações de comportamento de algumas pessoas, especialmente relacionadas ao consumo excessivo de álcool, indica que, apesar do ambiente geralmente pacífico, existem momentos de tensão. A intervenção da Guarda Municipal nessas situações é percebida como benéfica para restabelecer a ordem,

demonstrando um papel ativo das autoridades na preservação da tranquilidade da praça.

A perspectiva apresentada pelos entrevistados C3 e C4 ressalta a complexidade da interação entre grupos sociais na utilização das praças, especialmente quando se trata da presença de moradores de rua. Ao destacar a formação de núcleos desses indivíduos em determinados locais, os entrevistados evidenciam uma dinâmica social que pode ser mal vista pela população local. Esse fenômeno não apenas sinaliza desafios enfrentados por pessoas em situação de rua, mas também aponta para a reação variada da comunidade diante dessa presença.

No entanto, para o entrevistado C5, a presença constante de diferentes grupos e o uso intenso do espaço público, da praça pública, contribuem para uma maior atenção e zelo por parte da administração pública. A visualização direta do ambiente por parte das autoridades locais, influenciada pelo uso frequente, pode impulsionar investimentos e cuidados adicionais nas praças.

Ao indagar os frequentadores da praça central sobre como percebem o acesso e uso das praças públicas em Santa Cruz do Sul, abre-se uma reflexão sobre o impacto dessas percepções nas decisões das autoridades locais em relação ao desenvolvimento da região e à promoção do direito à cidade, objetivando compreender como as experiências individuais moldam a visão coletiva sobre as praças públicas, exercendo influência direta nas políticas urbanas.

O entrevistado C1 destaca a importância da atenção das autoridades governamentais para proporcionar o bem-estar da população de maneira abrangente. Ele enfatiza a necessidade de os governos se voltarem para aspectos que vão além das preocupações convencionais, direcionando esforços para garantir que as pessoas se sintam bem.

Ao associar o sentimento de bem-estar a diferentes dimensões, como a saúde psicológica e física, ele ressalta como o cuidado com o bem-estar impacta positivamente em vários aspectos da vida cotidiana. A relação entre o sentir-se bem e a gentileza também é destacada, demonstrando como uma abordagem mais humanizada pode influenciar positivamente a interação social, contribuindo para um ambiente mais amigável e cooperativo.

A abordagem do entrevistado C1 vai além das considerações tradicionais, incorporando uma visão holística do bem-estar, integrando fatores psicológicos e físicos. A sua percepção de que um ambiente no qual as pessoas se sintam

bem resulta em uma comunidade mais amistosa e cooperativa destaca a importância da abordagem humanizada nas políticas públicas. Esse entendimento sugere que o investimento em iniciativas que promovam o bem-estar pode ter efeitos significativos na dinâmica social, ressaltando a necessidade de políticas sensíveis às necessidades emocionais e psicológicas da população.

O entrevistado C2 evidencia uma perspectiva crítica em relação à alocação de recursos pela prefeitura, apontando para uma centralização notável no Centro da cidade. Ele destaca a importância das praças centrais, como a da entrevista - Praça de Bandeira -, e a Praça Getúlio Vargas, que recebem mais investimentos e atenção por serem os principais pontos de encontro da população. Contudo, o entrevistado ressalta a necessidade de estender esses cuidados para outras praças, especialmente nos bairros, indicando uma visão desigual de recursos e atenção por parte da administração pública.

A crítica do entrevistado C2 às políticas de investimento sugere uma percepção de desigualdade entre as áreas urbanas, onde o centro da cidade é privilegiado em detrimento dos bairros. A observação sobre a prefeitura associar mais recursos a áreas consideradas socialmente mais favoráveis ressalta a existência de hierarquias socioespaciais que podem perpetuar desigualdade na promoção do acesso aos espaços públicos. Essa perspectiva traz à tona questões de justiça social e sugere a necessidade de políticas distributivas que garantam que todos os cidadãos tenham acesso igualitário a espaços de convivência e lazer.

Já de acordo com o entrevistado C3, o destaque é direcionado para a relevância de parcerias acadêmicas, mencionando a Unisc como uma fonte valiosa de estudos que poderiam contribuir para a melhoria das praças públicas na cidade. Sua perspectiva ressalta a necessidade de envolver especialistas e profissionais na tomada de decisões relacionadas ao desenvolvimento urbano, em vez de priorizar decisões políticas orientadas por interesses eleitorais. A proposta de utilizar pesquisas e conhecimentos especializados sugere uma abordagem mais informada e direcionada para enfrentar os desafios urbanos e promover melhorias significativas nas praças.

Ao apontar para a importância de tomar decisões embasadas em estudos e conhecimentos especializados, o entrevistado C3 evidencia uma crítica à abordagem atual das autoridades locais, sugerindo que muitas decisões são influenciadas por considerações políticas em detrimento da eficácia na promoção do direito à cidade.

Essa visão reforça a necessidade de um enfoque mais técnico e colaborativo para a gestão urbana.

O entrevistado C4 segue uma linha de pensamento semelhante ao entrevistado C2, quando apresenta uma análise crítica sobre a distribuição desigual de investimentos e incentivos por parte do poder público em relação às praças, destacando a disparidade entre as localizadas no Centro da cidade e as situadas nos bairros mais afastados. Sua visão aponta para um possível desincentivo ao uso das praças nas comunidades periféricas, atribuindo a falta de atenção, investimento e revitalização por parte das autoridades locais. A falta de infraestrutura adequada, como banheiros acessíveis e brinquedos em bom estado, bem como a ausência de segurança visível, são identificados como fatores que podem contribuir para a subutilização desses espaços.

O entrevistado destaca a importância de tornar as praças acessíveis para todos, mencionando a necessidade de rampas de acesso e infraestrutura que atenda às demandas de diferentes grupos populacionais. Sua proposta envolve não apenas melhorias da infraestrutura física, mas também a sensibilidade para questões de acessibilidade, visando tornar as praças mais acolhedoras para todos os moradores, independente da região da cidade.

Os apontamentos do entrevistado C4 ressaltam a relevância da sensibilidade para as necessidades específicas das comunidades periféricas em relação ao uso das praças. A crítica à falta de segurança e à infraestrutura inadequada destaca a importância de criar ambientes públicos que promovam o bem-estar e a participação ativa da população. A proposta de investir na revitalização das praças nos bairros, tornando-as mais acolhedoras e acessíveis, reflete, novamente, uma abordagem holística para o desenvolvimento urbano, reconhecendo a interconexão entre a qualidade dos espaços públicos, a segurança percebida e a participação da comunidade.

Ao sugerir que a atenção do poder público deveria ser mais equitativamente distribuída, o entrevistado destaca a importância de tornar as praças locais mais atraentes e acessíveis. Sua proposta de investir em infraestrutura, segurança e revitalização das praças dos bairros não apenas sugere uma abordagem mais inclusiva, mas também reconhece seu potencial impacto positivo que essas melhorias podem ter na qualidade de vida e no sentimento de pertencimento das comunidades locais.

A análise da resposta do entrevistado C5 destaca uma perspectiva crítica em relação à atuação da prefeitura na promoção e revitalização dos espaços públicos em Santa Cruz do Sul. Ele aponta para casos específicos, como a Praça da Cultura e a Praça da Bandeira, onde a prefeitura iniciou obras recentes, mas destaca que o imediatismo dessas ações é limitado. A crítica se estende à Praça Getúlio Vargas, que, segundo o entrevistado, não recebe a devida atenção e atividades promocionais.

Além disso, o entrevistado ressalta a importância de estimular o uso das praças públicas pela comunidade, tanto no Centro da cidade quanto nos bairros periféricos. Ele argumenta que a falta de atividades e eventos promovidos pela prefeitura contribui para a subutilização desses locais, desperdiçando seu potencial como ponto de encontro e integração social. Essa visão sugere que a prefeitura não apenas tem o dever de oferecer espaços públicos de qualidade, mas também de promover uma cultura de participação cívica e comunitária que incentive o uso ativo desses espaços pela população.

Por fim, o entrevistado destaca a necessidade de uma mudança de mentalidade por parte da prefeitura, reconhecendo que o investimento nas praças públicas não apenas beneficia os moradores, mas também pode gerar apoio e reconhecimento para a gestão municipal. Ele argumenta que, em uma cidade como Santa Cruz do Sul, com uma infraestrutura reconhecidamente boa, é essencial aproveitar ao máximo esses recursos, levando atividades e eventos para todos os bairros e incentivando a participação da comunidade na vida pública da cidade.

As entrevistas realizadas na área central de Santa Cruz do Sul proporcionaram uma visão abrangente e detalhada sobre o uso, percepções e desafios relacionados às praças públicas na cidade. Os entrevistados expressaram uma variedade de perspectivas, destacando tanto os aspectos positivos quanto às lacunas a serem superadas no que diz respeito à gestão e revitalização desses espaços urbanos. A falta de iniciativa por parte da prefeitura para promover atividades e eventos nas praças foi uma preocupação recorrente, sugerindo a necessidade de ações mais proativas na criação de um ambiente inclusivo e dinâmico para a comunidade.

Além disso, as entrevistas evidenciaram a importância de uma distribuição equitativa de investimentos e atenção aos espaços públicos, tanto no Centro quanto nos bairros periféricos. A disparidade na qualidade e na utilização das praças entre diferentes áreas da cidade destaca a necessidade de uma visão totalizante e integrada do planejamento urbano, considerando a diversidade de necessidades e

expectativas da população. Em conjunto, as entrevistas ofereceram uma base sólida para reflexão sobre como a promoção do direito à cidade em Santa Cruz do Sul pode ser fortalecida através de uma gestão mais participativa, que reconheça o potencial das praças como elementos-chave na construção de uma comunidade mais frequente e conectada.

4.4 As praças pelas lentes dos agentes públicos

A análise das praças públicas em Santa Cruz do Sul ganha uma perspectiva única ao ser examinada pelas lentes dos agentes públicos, representados por um vereador, um funcionário do Geoprocessamento (funcionário 1) e uma colaboradora da Secretaria de Desenvolvimento Social (funcionária 2). Essa abordagem oferece uma visão interna das políticas, práticas e percepções desses profissionais em relação aos espaços urbanos compartilhados.

O roteiro da entrevista (Apêndice A) elaborado para essa investigação propõe desvendar as nuances do entendimento desses agentes públicos sobre as praças da cidade, abordando seis perguntas estratégicas que proporcionarão uma compreensão sobre o papel desses espaços na comunidade e as possíveis estratégias de aprimoramento.

O primeiro questionamento visa investigar a percepção dos agentes públicos em relação à existência, distribuição e uso das praças em Santa Cruz do Sul. Pretende-se compreender como esses profissionais observam a presença desses espaços públicos na cidade, sua distribuição geográfica e a efetividade em termos de utilização pela comunidade. Além disso, busca-se explorar se existem políticas públicas municipais ou projetos específicos voltados para a promoção, manutenção e desenvolvimentos das praças urbanas.

Este roteiro de entrevista também se estende à periferia urbana sul da cidade, buscando entender a percepção dos agentes sobre a oferta, manutenção e uso desses espaços em áreas que possam apresentar diferentes desafios e demandas em comparação com o centro urbano. A resposta a essas questões fornecerá uma visão sobre o papel das praças na estrutura urbana, bem como a eficácia das possíveis políticas públicas ou a necessidade de intervenções direcionadas. Para tanto, será analisada a resposta individualmente de cada entrevistado.

A resposta do vereador destaca a importância das praças como espaços essenciais para o desenvolvimento e convivência da comunidade. Ele ressalta a mudança na percepção da sociedade moderna, que parece buscar mais impessoalidade e evita o encontro com os vizinhos. O entrevistado observa a relativização desses espaços, exemplificando com áreas abandonadas, como no bairro Higienópolis, onde a comunidade associa a praça ao consumo de drogas.

A falta de políticas públicas específicas é apontada como um desafio, sendo necessário o envolvimento da comunidade e a promoção do sentimento de pertencimento. O vereador destaca a ausência de uma política pública clara e definida, indicando que os programas temporários no verão não são suficientes para estimular o uso constante das praças.

O entrevistado aponta a atuação da prefeitura na manutenção e limpeza das praças, mas evidencia a dificuldade em fornecer cuidado adequado devido à dependência do serviço público. A falta de uma política pública clara é associada à ausência de estímulos para a comunidade se apropriar desses espaços. O vereador também aborda a visão equivocada em algumas áreas periféricas, onde a instalação de equipamentos não considera o desenvolvimento lúdico das crianças. A falta de diálogo com a comunidade e a ausência de uma visão mais ampla sobre o que é necessário em cada bairro são apontadas como obstáculos para a revitalização efetiva das praças.

Então, muitas vezes, a visão da administração é que a praça se limita ao campinho de futebol. O que já é importante, mas o sentido de dar um aspecto pedagógico para as praças, o que seria importante para o próprio desenvolvimento da civilidade, da convivência dentro dos bairros, infelizmente não se tem essa visão. Então infelizmente a manutenção é extremamente precária, são poucos espaços, e acho que esse trabalho seria um desafio, uma provocação para a administração municipal de dar um outro caráter para as pessoas. São hoje eventualmente espaços assim pra gurizada chutar uma bola e acabou pra ele (Vereador, gravado em 22/01/2024).

Ao discutir a situação das praças nos bairros periféricos, o vereador destaca a falta de valorização desses espaços, evidenciando a precariedade na manutenção, a ausência de uma política pública que compreenda as necessidades específicas de cada comunidade e a limitação da visão administrativa, que muitas vezes se restringe ao campinho de futebol. O entrevistado enfatiza a necessidade de um diálogo mais efetivo com a comunidade e a importância de repensar o papel pedagógico das

praças, desafiando a administração municipal a proporcionar uma transformação significativa nesses espaços.

As respostas do funcionário 1 do setor de geoprocessamento revelam uma percepção limitada em relação às praças na cidade. Ele destaca a influência da mobilidade na sua observação, indicando que as condições de acesso, seja de carro, a pé ou de ônibus, afetam diretamente a sua percepção sobre as praças. A ênfase na questão da mobilidade aponta para a necessidade de considerar diferentes formas de deslocamento ao avaliar a distribuição e utilização das praças na cidade.

Em relação à existência de políticas públicas municipais para as praças, o funcionário aponta a Praça da Cidadania como exemplo, destacando movimentos para transformar esses espaços em locais de encontro e troca, mas ressalta uma percepção difusa e direcionada a interesses da gestão, nem sempre alinhados ao bem-estar da comunidade.

O funcionário 1 reconhece a limitação de sua perspectiva ao admitir que não frequenta a periferia da cidade. Ele enfatiza que essa falta de familiaridade não é motivada por menosprezo, mas sim devido às rotas habituais que percorre, destacando ainda seu papel na aprovação dos espaços públicos afirmando:

Eu sei que tem, enquanto sou um cara que aprova os loteamentos e os espaços públicos, eu sei que tem os espaços públicos destinados, mas eu não tenho como dizer se eles estão sendo bem tratados ou a forma como eles são abraçados pela população (Funcionário 1, gravado em 25/01/2024).

No entanto, ao mencionar que não tem como afirmar se os espaços públicos na periferia são bem tratados ou abraçados pela população, o funcionário revela uma desconexão potencial entre as decisões de aprovação e o acompanhamento do uso e manutenção desses espaços. Isso aponta para a necessidade de preencher lacunas no planejamento urbano, que vá além da aprovação inicial e inclua monitorização periódica para garantir que as praças públicas sejam efetivamente utilizadas e cuidadas. Essa lacuna destaca a importância da participação engajamento por parte da gestão, envolvendo tanto os agentes públicos quanto a população local na tomada de decisões e na manutenção desses espaços.

Na resposta fornecida pela funcionária 2, na Secretaria de Desenvolvimento Social, destacam-se diversas dimensões importantes relacionadas ao papel das praças em Santa Cruz do Sul, especialmente nas áreas mais vulneráveis. A

funcionária ressalta a percepção de que o município tem trabalhado intensamente na utilização das praças como oportunidade de inclusão social, oferecendo serviços diversos, como cursos, empregos e acesso à saúde. Ela destaca a criação da Praça da Cidadania como parte dos esforços governamentais para revitalizar esses espaços. Além disso, enfatiza a participação mais expressiva das pessoas nas praças da periferia, indicando um maior envolvimento da comunidade nesses locais.

A funcionária também aborda a relação entre a Secretaria de Desenvolvimento Social e a manutenção das praças, destacando que a conservação é realizada por outra secretaria, a de Serviços Públicos. Essa divisão de responsabilidades revela a necessidade de uma coordenação efetiva entre diferentes setores para garantir a funcionalidade e a utilidade das praças. O exemplo da praça do bairro Santa Vitória ilustra como a proximidade de praças e serviços oferecidos pela Secretaria amplia as possibilidades de uso, proporcionando atividades diversas para a comunidade.

Por fim, a funcionária destaca desafios específicos relacionados às praças centrais, como a presença de pessoas em situação de rua, associada ao consumo de álcool e substâncias psicoativas. Essa realidade levanta questões complexas sobre a coexistência de diferentes grupos na esfera pública. A mencionada possibilidade de proibir o consumo de álcool nas praças é apresentada como uma medida para enfrentar esses desafios, evidenciando a necessidade de estratégias multifacetadas e envolvimento geral para lidar com questões sociais complexas no contexto urbano.

A proposta de proibição do consumo de álcool em praças como uma medida para lidar com pessoas em situação de vulnerabilidade levanta questões éticas e práticas complexas. A proibição do consumo de álcool pode ser interpretada como uma medida segregatória, afastando grupos específicos de pessoas, muitas das quais enfrentam desafios sociais e econômicos significativos. Ao invés de abordar a raiz do problema, que pode envolver questões como desemprego, falta de moradia e dependência química, a proibição do consumo de álcool pode ser vista como uma abordagem paliativa que não aborda as causas subjacentes da situação de vulnerabilidade.

Além disso, essa medida pode criar um ciclo de marginalização, onde as pessoas em situação de vulnerabilidade são empurradas para áreas menos visíveis, sem abordar efetivamente as questões subjacentes. Em vez de buscar soluções integradas, como acesso a tratamento para dependência química, moradia e

oportunidade de emprego, a proibição pode perpetuar estigmas sociais e limitar o acesso dessas pessoas aos espaços públicos.

É crucial considerar abordagens que promovam a inclusão social, tratamento justo e respeito pelos direitos humanos. Abordar a situação de vulnerabilidade requer uma abordagem multifacetada que envolve diferentes setores da sociedade, incluindo o poder público, organizações sociais e a própria comunidade. A proibição isolada do consumo de álcool pode não ser a solução mais eficaz e compassiva para lidar com as complexidades associadas à situação de pessoas em vulnerabilidade.

A segunda questão refere-se à quantidade e adequação das praças nos bairros periféricos de Santa Cruz do Sul. A distribuição equitativa e a presença de espaços de convivência são elementos essenciais para o desenvolvimento social e bem-estar das comunidades. Nesse contexto, a avaliação sobre a adequação da quantidade de praças busca explorar se a infraestrutura existente atende efetivamente às demandas da população local, promovendo a inclusão social, o lazer e a interação comunitária.

O vereador destaca a ausência de regras estabelecidas na legislação em relação à quantidade e adequação de praças nos bairros periféricos. Ele ressalta que a responsabilidade recai, em grande parte, na vontade política da administração municipal e na mobilização da comunidade, especialmente por meio de associações de moradores. A falta de estrutura organizada nessas associações pode representar um desafio para a efetivação de espaços de convivência. O entrevistado também aponta a necessidade de considerar critérios como a densidade populacional e o interesse local na destinação de espaços públicos. A visão do vereador aponta para a importância de repensar a legislação e políticas urbanas, visando abordagens mais estruturadas e inclusivas para a promoção de praças nos bairros periféricos, alinhando-se com uma visão prospectiva para o desenvolvimento da cidade.

O funcionário 1 enfatiza a conformidade legal no que diz respeito à doação de percentuais para espaços públicos, seguindo a constituição. No entanto, ele ressalta a falta de controle sobre o destino desses recursos e a incapacidade da prefeitura em gerenciar a abundância de espaços públicos sem um planejamento adequado. A observação de que a prefeitura possui mais espaços do que pode gerenciar destaca um desafio significativo na gestão urbana, sugerindo uma desconexão entre a aplicação da lei e a capacidade prática de atender aos objetivos subjacentes.

A resposta do funcionário 1 revela uma lacuna entre a conformidade legal e a efetividade na gestão de espaços públicos em Santa Cruz do Sul. A constatação de que a prefeitura pode estar cumprindo a “letra fria” da lei, mas enfrenta desafios na realização dos objetivos fundamentais, destaca a necessidade urgente em um planejamento mais estratégico. A falta de controle sobre o destino dos recursos doados para espaços públicos levanta questões sobre a transparência e eficiência na administração desses recursos, indicando a importância de um acompanhamento mais rigoroso.

Além disso, a observação sobre a quantidade excessiva de espaços públicos em relação à capacidade de gerenciamento destaca um problema crítico de falta de planejamento urbano. Essa falta de direcionamento estratégico pode resultar em subutilização de espaços ou na ausência de iniciativas que realmente atendam às necessidades e expectativas da comunidade. Portanto, a resposta destaca a importância de uma abordagem mais integrada e eficaz na gestão e planejamento urbano para garantir que a existência de espaços públicos corresponda verdadeiramente aos objetivos de promover a integração e descentralização das comunidades locais.

A funcionária 2 destaca uma visão positiva em relação ao atendimento das praças nos bairros periféricos de Santa Cruz do Sul, mencionando a presença de infraestrutura esportiva variada, como quadras de basquete e futebol, além das opções de lazer como playgrounds e academias ao ar livre. Ela ressalta a diversificação desses espaços, oferecendo mais do que simplesmente bancos e campinhos, o que é percebido como um diferencial positivo para a comunidade.

A resposta da funcionária 2 reflete uma perspectiva otimista sobre a situação das praças nos bairros periféricos de Santa Cruz do Sul. Ao destacar a presença de equipamentos esportivos diversificados e opções de lazer, ela ressalta a importância de oferecer uma variedade de atividades para atender às necessidades diversas da comunidade.

A terceira indagação explorada nas entrevistas se debruça sobre a percepção dos entrevistados acerca dos aspectos relacionados ao acesso às praças públicas nos bairros periféricos de Santa Cruz do Sul. Nesse contexto, a análise abrange componentes essenciais, como infraestrutura, transporte público e segurança, visando compreender a interconexão desses elementos na promoção do acesso e uso efetivo desses espaços coletivos. A investigação direciona-a também à identificação

de desafios que possam surgir nessas esferas, proporcionando uma compreensão dos fatores que impactam a acessibilidade e fruição das praças, especialmente nas áreas periféricas.

A resposta do vereador destaca a importância da infraestrutura básica para o efetivo uso e aproveitamento das praças públicas. Ele enfatiza elementos cruciais, como a disponibilidade de água, banheiros e saneamento, que são essenciais para proporcionar condições adequadas aos usuários desses espaços coletivos. O entrevistado observa uma lacuna na abordagem inicial, mencionando que, embora as empresas de loteamento sejam obrigadas a destinar áreas para praças, a falta de organização e diálogo com a comunidade resulta em espaços subutilizados.

Ainda, o parlamentar ressalta a importância do engajamento da comunidade na manutenção e preservação das praças, apontando que a ausência desse envolvimento pode propiciar atos de vandalismo e uso inadequado do espaço. Ele destaca a necessidade de uma relação mais participativa e orientada pela administração municipal, enfatizando que a entrega da praça como um espaço de convivências, associada a uma mudança na percepção da comunidade, pode contribuir para uma utilização mais positiva e efetiva desses locais públicos. Essa análise sugere que a relação entre a infraestrutura, a gestão municipal e o envolvimento comunitário são fatores interligados que influenciam diretamente na eficácia e na preservação das praças públicas.

A resposta do funcionário 1 destaca uma perspectiva crítica em relação à percepção dos aspectos ligados ao acesso às praças públicas nos bairros periféricos de Santa Cruz do Sul. Ele ressalta a falta de diálogo e articulação na abordagem desses temas, apontando para uma necessidade de maior conexão e discussão entre os diversos atores envolvidos. O funcionário destaca que as percepções são condicionadas pelo exercício do poder em determinados territórios, enfatizando a influência da polarização e concentração de poder na configuração dessas visões.

Além do mais, o entrevistado identifica desafios, como a falta de comunicação, articulação e integração da população nos processos decisórios, bem como a necessidade de democratização da mídia. Essa análise sugere que, para compreender adequadamente a realidade das praças públicas nos bairros periféricos, é crucial considerar não apenas os aspectos físicos e estruturais, mas também a dinâmica de poder, comunicação e participação social.

A funcionária 2 apresenta uma avaliação positiva em relação à infraestrutura e transporte nas praças públicas, destacando a inclusão de elementos acessíveis para pessoas com deficiência, como rampas de skate adaptadas. No entanto, ela ressalta a preocupação com a segurança, especialmente nas praças centrais, apontando para casos de violência e a necessidade de presença policial para prevenir incidentes. A funcionária destaca a importância da segurança, especialmente durante os períodos noturnos, enfatizando a necessidade de uma presença constante ou rondas para evitar situações desagradáveis.

Durante sua reflexão, a entrevistada destaca a diferença entre praças centrais, com um maior fluxo noturno proveniente de diversas áreas, e as da periferia, onde a comunidade local geralmente se responsabiliza pela segurança. Ela coloca a melhoria da segurança como uma demanda mais urgente nas praças centrais, enquanto nas praças da periferia, a atenção à segurança é menos premente devido ao cuidado da própria comunidade.

A quarta pergunta direciona o foco para as medidas estratégicas institucionais adotadas com o propósito de incentivar o uso das praças públicas nos bairros periféricos de Santa Cruz do Sul. Busca-se compreender quais ações específicas foram implementadas pelas instituições responsáveis, considerando a relevância dessas iniciativas para promover a apropriação e aproveitamento desses espaços pela comunidade. Além disso, a investigação visa identificar se há evidências objetivas que atestem a eficácia das medidas adotadas.

Na resposta do vereador, observa-se uma preocupação evidente com a falta de uma abordagem estratégica da prefeitura em relação à ocupação e manutenção das praças públicas. Ele destaca a quantidade expressiva de praças na cidade, mencionando os desafios que as condições climáticas impõem, especialmente no que diz respeito ao crescimento da grama durante o verão. Contudo, a crítica central reside na ausência de uma visão clara por parte da administração pública, que, segundo o entrevistado, não demonstra preocupação efetiva com a melhoria na ocupação desses espaços.

A falta de direcionamento estratégico é apontada como um obstáculo para a eficácia das praças como locais de convivência. A ausência de perspectiva mais integrada que considere as particularidades de cada praça, bem como as necessidades específicas das comunidades periféricas, compromete a capacidade

desses espaços de desempenharem um papel significativo na promoção do convívio social e no atendimento às demandas locais.

A crítica ressalta a necessidade de um tratamento mais eficaz ao desenvolver as políticas públicas relacionadas às praças, indo além da mera questão quantitativa desses espaços. A contagem de praças, por si só, não reflete a eficácia ou a qualidade do seu uso pela comunidade.

O argumento enfatiza que não basta simplesmente criar praças, é essencial implementar estratégias que promovam uma ocupação significativa e adequada a cada realidade regional. Isso implica entender as necessidades específicas de cada comunidade, considerando fatores como a cultura local, as preferências da população e a infraestrutura disponível.

O funcionário 1 apresenta uma visão crítica em relação à falta de estratégias claras e eficientes na gestão de espaços públicos em Santa Cruz do Sul. Ele aponta a Praça da Cidadania como uma medida pontual. Além disso, ele apresenta um questionamento pertinente ao recordar de um movimento que visou a criação do “Parque do Imigrante Alemão” em Linha Santa Cruz.

Porque os caras queriam abrir aquele parque do imigrante alemão, lá na Linha Santa Cruz também, né? E aí rola grana, então de repente a grana seja a estratégia por trás dessas modas de ocupação dos espaços públicos, né? E é quem pediu uma praça da imigração alemã lá, talvez dos caras que vieram de lá, mas porque não é uma praça dos quilombolas negros que foram gentrificados aqui em Santa Cruz, sabe? Porque eles não têm esse poder, né? Estratégias, medidas, é a estratégia democratizar, é conversar mais, é abrir o jogo, né? Eu acho que é essa uma boa estratégia pra começar. Reconhecer o território, pra depois começar a conversar sobre ele, pra daí tentar planejar (Funcionário 1, gravado em 25/01/2024).

Ao mencionar a necessidade de democratização das estratégias, o funcionário sugere uma visão mais participativa, onde o reconhecimento do território e o diálogo direto com a comunidade se tornam fundamentais. A crítica se estende à falta de informação acessível ao público, indicando uma possível lacuna na comunicação entre a administração e os cidadãos.

Além disso, ao abordar o crescimento urbano e os grandes loteamentos, o funcionário destaca a discrepância entre a escala de desenvolvimento e as práticas antiquadas da gestão. A crítica direcionada aos projetos habitacionais padronizados, que não reconhecem a singularidade dos territórios e não consideram as demandas locais, ressalta a importância de criar espaços públicos contextualizados, reforçando

a necessidade de repensar e adaptar as estratégias institucionais que garantam uma gestão eficiente e inclusiva das praças públicas em Santa Cruz do Sul.

A funcionária 2 destaca a implementação de estratégias para promover o uso das praças públicas nos bairros periféricos de Santa Cruz do Sul através da Praça de Cidadania. Dentre as atividades oferecidas pela iniciativa, ela menciona eventos programados, como feirões de empregos e cursos oferecidos em parceria com o Sine (Sistema Nacional de Empregos), visando a inclusão social e a geração de oportunidades para a população local.

A análise da eficácia dessas estratégias é embasada nos resultados observados, especialmente em relação à adesão a cursos oferecidos nas praças. A funcionária ressalta que a realização de cursos diretamente na comunidade aumenta a participação, uma vez que elimina as barreiras relacionadas à distância e transporte. Esse enfoque prático e adaptado às realidades locais representa uma resposta direta às demandas da população, mostrando uma compreensão das necessidades específicas dos bairros periféricos.

As ações mencionadas revelam um esforço coordenado para tornar as praças espaços não apenas de lazer, mas também de inclusão social e capacitação. Ao utilizar as praças como ferramentas para a promoção de oportunidades, a funcionária demonstra uma perspectiva estratégica alinhada ao desenvolvimento regional e à melhoria da qualidade de vida nas áreas periféricas de Santa Cruz do Sul.

A quinta pergunta direcionada aos agentes públicos busca explorar a complexidade da interação entre a comunidade e as praças públicas nos bairros periféricos de Santa Cruz do Sul. O foco recai sobre a análise dessa interação, procurando compreender a dinâmica social local e se há métricas ou indicadores que evidenciam a relevância desses espaços na vida da comunidade.

Dessa forma, busca-se desdobrar a visão sobre o papel das praças como elementos fundamentais para o tecido social das áreas periféricas, indo além da mera presença física desses locais na comunidade. A busca por métricas e indicadores indica um interesse em mensurar de maneira tangível o impacto desses espaços na dinâmica social, fornecendo reflexões que possam contribuir para o planejamento e aprimoramento de políticas voltadas para a promoção do bem-estar e da coesão comunitária.

A resposta do vereador destaca uma ausência notável de políticas públicas direcionadas às praças, apontando para a carência de uma abordagem estruturada e contínua por parte da administração municipal. Ele ressalta que, em muitos casos, a visão predominante, tanto da gestão pública quanto da própria comunidade, é a de que esses espaços são obrigatórios devido às regulamentações de loteamentos, mas não são alvo de iniciativas específicas para promover seu uso efetivo. O entrevistado aponta a falta de uma política permanente que incentive a apropriação e bom uso das praças, indicando que, em muitos casos, a intervenção ocorre apenas em resposta a demandas pontuais, como a realização de eventos.

A sugestão do vereador para uma possível resolução inclui a participação mais ativa das escolas, propondo que essas instituições desempenham um papel fundamental na promoção do uso das praças. Destacando a importância de levar as crianças para fora da sala de aula, o entrevistado afirma que tal ação proporcionará experiências diretas nas praças públicas.

A ideia é que essa interação mais frequente entre escola e praça possa criar uma familiaridade maior da comunidade com esses espaços, promovendo uma mudança na percepção e no uso dos mesmos. A proposta reforça a necessidade de estratégias inovadoras e integradas que transcendam a abordagem tradicional de simplesmente cumprir regulamentações, visando, em vez disso, uma participação ativa e conscientização da comunidade sobre a importância das praças na vida cotidiana.

Na resposta fornecida pelo funcionário 1, a análise da interação entre a comunidade e as praças públicas nos bairros periféricos é enquadrada como uma questão de gestão. Destaca-se a importância da inteligência na interpretação dos dados territoriais, sublinhando que esta varia entre diferentes gestões.

O profissional reconhece o potencial dos projetos desenvolvidos, apontando para a subutilização dessas ferramentas e sugerindo sua ampliação não apenas para questões de gestão, mas também para iniciativas ambientais. A crítica direciona-se à falta de utilização eficaz dos dados disponíveis, ressaltando que, em meio à convergência virtual e à facilidade de acesso à informação, há um dever moral de pesquisar, levantar questões e cobrar gestores responsáveis.

Essa perspectiva ressalta não apenas a disponibilidade de informações relevantes, mas também a necessidade de uma ação proativa por parte da própria comunidade na busca por dados e na participação ativa nas decisões que afetam o

espaço público. A crítica à centralização da informação por certos grupos políticos sugere a importância da democratização do acesso e do uso desses dados, colocando a comunidade no centro do processo de interação com as praças públicas.

Sob a ótica da funcionária 2, a análise da interação entre a comunidade e as praças públicas nos bairros periféricos é contextualizada pela diversidade entre os bairros. A funcionária destaca a influência cultural local, mencionando que alguns bairros são mais participativos que outros, e isso pode depender das atividades oferecidas e das estratégias adotadas para atrair o público. É evidenciado a disparidade cultural, exemplificando com a Zona Sul, e dando enfoque ao bairro Bom Jesus, como área mais participativa, enquanto outros bairros têm uma adesão mais tímida.

A entrevistada aborda a importância do uso desses espaços como um meio de promover a convivência comunitária e uma aproximação com os serviços públicos. Ela enfatiza que as praças públicas representam um direito da população ao lazer e ao esporte, muitas vezes servindo como alternativa para aqueles que não têm condições de pagar por outros locais para a prática esportiva. Essa perspectiva realça não apenas a variedade cultural dentro do município, mas também a função social das praças como promotoras de interação comunitária e acesso a atividades de lazer e esportes para todos os estratos sociais.

A sexta e última pergunta direcionada aos agentes públicos foca na análise do papel das praças públicas na promoção do desenvolvimento regional e na garantia do direito à cidade nos bairros periféricos de Santa Cruz do Sul. Essa indagação busca permear a compreensão sobre como as praças contribuem para o avanço regional e asseguram o direito urbano nas áreas periféricas da cidade. Além disso, a questão sugere reflexões sobre possíveis áreas identificadas que necessitam de aprimoramento nesse contexto.

Na análise do vereador, destaca-se a ênfase na falta de um olhar mais amplo sobre o papel das praças como espaços públicos voltados para a comunidade. Ele aponta para a ausência de um pensamento estratégico que considere, ao citar as praças centrais, não apenas como áreas de interesse comercial, mas como locais destinados ao proveito e convívio da população.

O entrevistado salienta a importância de repensar a concepção das praças, sugerindo que esses espaços devam ser dotados de estruturas que permitam a utilização permanente pela população. Ele exemplifica a situação de um espaço

destinado à praça, onde um Centro Espírita construiu uma casa, inicialmente recebendo resistência da comunidade. Contudo, o vereador destaca que o local é subutilizado, indicando a necessidade de um trabalho mais efetivo para que a comunidade se aproprie e utilize adequadamente esses ambientes.

A responsabilidade da Prefeitura na manutenção dos equipamentos e na criação das condições necessárias para o uso das praças é reconhecida pelo entrevistado. Entretanto, ressalta a importância de ir além, enfatizando a necessidade de uma estrutura mínima que inclua oferta de água potável e banheiros, elementos fundamentais para tornar as praças mais atrativas e funcionais para a comunidade.

O funcionário 1 destaca a complexidade da questão sobre o papel das praças, indicando que o conceito varia ao longo da história em diferentes contextos urbanos. É ressaltado a importância de questionar o propósito das praças e como elas servem à sociedade. Alude ao exemplo histórico da França, onde a retificação das avenidas visava coibir ações populares, evidenciando que o papel das praças pode ser influenciado por estratégias políticas e sociais.

Ao abordar o modelo democrático e as mudanças de gestão, o funcionário destaca a constante alternância de políticas e práticas, reconhecendo que essa dinâmica pode dificultar a definição clara do papel das praças, apontando para a necessidade de uma constante luta pelo significado e utilidade desses espaços, mas que, ainda diante das complexidades envolvidas, é melhor tê-los.

A análise do funcionário sobre a capacidade da prefeitura em gerir as áreas públicas doadas e os loteamentos revela um desafio significativo. Ele menciona tentativas anteriores de vender espaços públicos para gerar recursos financeiros, sinalizando uma dificuldade em administrar e conhecer adequadamente esses locais.

A funcionária 1 destaca a importância das praças como garantidoras do direito da população ao esporte, lazer e acesso a diversas atividades e serviços. Ela enfatiza a função das praças como espaços centralizados que facilitam o acesso da comunidade a entidades privadas e organizações sem fins lucrativos, proporcionando divulgação de serviços e captação de pessoas que necessitam desses serviços.

Ao abordar sobre a ampliação e manutenção de praças, a entrevistada observa a evolução desses espaços ao longo do tempo. Ela destaca desafios específicos, como a ampliação de praças que inicialmente possuíam apenas uma quadra. Além disso, ela menciona casos em que praças foram esquecidas, ou tiveram sua utilização impactada por mudanças, como remoções de famílias devido a situações de risco. O

exemplo concreto do loteamento Santa Maria evidencia a necessidade de reavaliação e criação de novas praças em locais estratégicos para atender a população realocada.

A fala da funcionária também ressalta a complexidade envolvida na gestão das praças, especialmente diante de mudanças significativas na demografia social. A remoção de famílias, apenas de muitas vezes necessárias por questões de segurança, pode impactar o uso de praças existentes e exigir a criação de novos espaços para atender às necessidades da população.

Ao longo da entrevista, as respostas dos agentes públicos revelam diferentes perspectivas sobre o papel e a gestão das praças públicas em Santa Cruz do Sul, com foco nos bairros periféricos. O vereador destaca a falta de uma visão holística na abordagem das praças, sugerindo que a ocupação e manutenção desses espaços deveriam ser repensadas para atender às necessidades da comunidade de forma mais permanente. Essa perspectiva enfatiza a importância de considerar as praças como espaços comunitários essenciais, buscando formas de envolver efetivamente a população na ocupação desses locais.

Por outro lado, o funcionário 1 destaca a falta de uma estratégia clara e contínua na gestão das praças. Ele aponta para a ausência de preocupação em ocupar melhor esses espaços, indicando uma lacuna na abordagem da administração pública em termos de envolvimento comunitário e uso efetivo das praças. A crítica reforça a importância de políticas públicas mais assertivas, destacando a necessidade de ir além da simples contagem de praças e considerar a ocupação e manutenção desses espaços de forma mais integral e adaptada à realidade de cada região.

Já a funcionária 2, ao abordar as estratégias institucionais, destaca iniciativas para promover o uso das praças, como feirões de empregos e cursos oferecidos nas comunidades. Ela destaca a importância das praças como locais de encontro, lazer e acesso a serviços, reconhecendo a diversidade de culturas e a necessidade de estratégias adaptadas para diferentes bairros. Suas observações destacam a importância de considerar a realidade específica de cada comunidade ao desenvolver estratégias para promover o uso das praças.

Em resumo, as respostas dos agentes públicos refletem diferentes visões e desafios na gestão das praças públicas na cidade como um todo e nos bairros periféricos. Ao comparar as respostas obtidas, a análise destaca a necessidade de estratégias mais integradas, adaptadas à diversidade de cada localidade, visando

promover o uso efetivo das praças como espaços de convívio, lazer e promoção do desenvolvimento urbano e regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, diversos conceitos relacionados ao tema central de análise foram explorados: o direito à cidade e o acesso e o uso das praças públicas nas áreas periféricas. Dentro desse contexto, três conceitos chaves merecem destaque: o direito à cidade, a justiça espacial e a urbanização.

O direito à cidade é um conceito que enfatiza a democratização do espaço urbano, garantindo a todos os cidadãos acesso aos recursos e oportunidades disponíveis na cidade. Nessa perspectiva, as praças públicas desempenham papel relevante como espaços de encontro, lazer e expressão cultural, a fim de promover a inclusão e coesão social.

A justiça espacial levanta questões sobre disparidades de poder e acesso aos recursos urbanos, destacando as desigualdades socioespaciais presentes na cidade. Nas áreas periféricas, a escassez de investimentos em infraestrutura e equipamentos urbano pode perpetuar a exclusão social e a marginalização de determinados grupos, dificultando o exercício pleno do direito à cidade.

A urbanização, processo complexo e multifacetado, molda a dinâmica urbana e influencia diretamente a distribuição e qualidade dos espaços públicos. Nas áreas periféricas, caracterizadas muitas vezes por um crescimento desordenado e falta de planejamento adequado, a carência de espaços de convivência e de recreação concretos torna-se evidente, impactando negativamente a qualidade de vida dos residentes.

A reflexão sobre as implicações da geografia injusta ressoa profundamente nas questões contemporâneas relacionadas ao direito à cidade. Destaca-se a inevitável confrontação de todos com as consequências adversas desse cenário, sublinhando a necessidade de uma contínua batalha pelo espaço e pelo acesso à cidade. A compreensão de que essa luta não é apenas uma questão de distribuição física, mas também uma busca por reconhecimento, identidade e efetividade para todos os cidadãos, amplifica-se. Assim, essas considerações ecoam como um chamado à ação e à solidariedade em prol de uma cidade verdadeiramente inclusiva e justa.

O primeiro objetivo que visou verificar as relações entre urbanização e disposição das praças públicas em Santa Cruz do Sul, destacou aspectos relevantes na configuração urbana e na qualidade de vida. A análise revelou a evolução do

espaço urbano e a importância das praças como elementos-chave na estruturação urbana.

O segundo objetivo buscou constatar os espaços públicos utilizados pela população dos bairros selecionados. As informações obtidas revelam padrões de uso e apropriação do espaço urbano pelos residentes locais, refletindo suas preferências e necessidades. Dessa forma, a análise não apenas evidenciou lacunas na oferta de espaços públicos de qualidade, mas também oferece compreensão sobre as dinâmicas sociais e culturais que influenciam a vida cotidiana dos moradores.

O terceiro objetivo procurou verificar como os moradores dos bairros periféricos percebem o acesso e utilizam as praças. As respostas revelam percepções variadas e complexas sobre o acesso a esses espaços e suas utilizações. Essas percepções são influenciadas por uma série de fatores, incluindo questões de segurança, manutenção, proximidade e qualidade das instalações nas praças.

O quarto objetivo visou avaliar quais são as iniciativas dos entes públicos na oferta, manutenção e criação de áreas de lazer para as populações dos bairros periféricos. Os resultados demonstram uma variedade de abordagens adotadas pelos órgãos governamentais, com destaque para programas de manutenção e revitalização de espaços já existentes. No entanto, observou-se que muitas dessas iniciativas enfrentam desafios significativos, como recursos financeiros limitados, falta de planejamento adequado e dificuldade na gestão e manutenção desses espaços.

O quinto e último objetivo procurou verificar como os agentes públicos percebem a oferta, o acesso e o uso das praças nos bairros periféricos da cidade de Santa Cruz do Sul. Foi evidenciado uma variedade de percepções entre os agentes públicos, refletindo diferentes abordagens e prioridades na gestão desses espaços. Enquanto alguns agentes reconhecem a importância das praças como locais de encontro e recreação para a comunidade, outros destacam desafios relacionados à manutenção, segurança e uso eficiente dos recursos públicos.

As entrevistas realizadas com os moradores da periferia urbana sul, usuários da praça central e agentes públicos em Santa Cruz do Sul descortinam um panorama multifacetado das praças públicas como espaços de produção social, permeados por tensões e desafios no exercício do direito à cidade, à justiça espacial e ao desenvolvimento urbano e regional.

As praças emergem como espaços dinâmicos, moldados pelas ações e necessidades dos sujeitos que as utilizam. Mais do que meros cenários passivos, elas

se configuram como produtos da interação social, traduzindo a luta por direitos, a expressão de identidades e a construção de sociabilidades. O acesso e uso das praças, portanto, assumem um papel fundamental na garantia do direito à cidade, assegurando aos cidadãos o direito à participação, à apropriação do espaço urbano e à construção de uma vida digna.

A pesquisa revela as contradições do planejamento urbano na lógica capitalista, marcada pela concentração de renda e pela exclusão social. As praças periféricas, muitas vezes relegadas a segundo plano, evidenciam a disparidade no acesso a serviços básicos e à infraestrutura adequada, reforçando as desigualdades socioespaciais.

Nesse contexto, a participação social emerge como ferramenta para a construção de cidades mais justas e democráticas. A escuta ativa das demandas da comunidade, a inclusão de diferentes grupos sociais nos processos decisórios e a gestão transparente dos recursos públicos são elementos essenciais para superar os desafios do planejamento urbano e garantir o desenvolvimento urbano e regional.

A luta por justiça espacial se faz presente no debate sobre as praças públicas. A reivindicação por uma distribuição equiparada dos serviços e equipamentos urbanos, como iluminação, segurança, atividades culturais e de lazer, revela a busca por um espaço público mais inclusivo e acessível para quem os deseja utilizar.

As entrevistas e respectivos levantamentos demonstram que as praças centrais, geralmente mais bem equipadas e frequentadas por classes sociais mais abastadas contrastam com a realidade precária das praças periféricas. Essa disparidade espacial aprofunda as desigualdades sociais e impede o pleno exercício do direito à cidade por parte da população mais vulnerável.

A construção de cidades mais justas e democráticas passa pelo reconhecimento da importância da participação social na gestão das praças públicas. A abertura de canais de diálogo e a implementação de mecanismos de consulta pública são medidas essenciais para garantir que as decisões sobre esses espaços considerem as necessidades e aspirações da comunidade.

As entrevistas evidenciam o desejo dos cidadãos de serem ouvidos e de participarem ativamente das decisões que impactam suas vidas. O desenvolvimento urbano e regional só será possível se for construído de forma conjunta, com o engajamento e a participação de todos os segmentos da sociedade.

Dessa forma, a análise das entrevistas convida a refletir sobre o papel das praças públicas como espaços de produção social, direitos e desafios na construção da cidade. A luta por uma distribuição mais justa dos serviços, o reconhecimento da diversidade e a participação social ativa são elementos fundamentais para a construção de cidades mais democráticas, inclusivas e sustentáveis.

Ao entrelaçar as diferentes perspectivas, as entrevistas oferecem um panorama rico e complexo das praças públicas em Santa Cruz do Sul. As vozes dos moradores, usuários centrais e agentes públicos ecoam a necessidade de repensar o planejamento urbano, buscando superar as desigualdades e construir cidades mais justas, democráticas e prósperas para todos.

A análise das entrevistas realizadas em Santa Cruz do Sul suscita um dilema pertinente: enquanto os pesquisadores identificam disparidades entre as praças públicas da cidade, alguns moradores expressam satisfação com os equipamentos em seus bairros, ressaltando apenas pequenas inconformidades, principalmente relacionadas à manutenção do paisagismo. Nesse contexto, surge a indagação: cabe ao acadêmico categorizar algo como injusto ou desigual, mesmo quando a percepção dos usuários presentes apresenta divergência?

A resposta para essa questão é complexa. É imprescindível considerar a posição de privilégio que muitas vezes o pesquisador ocupa, o que pode distorcer sua visão da realidade. Ao observar o cenário urbano a partir de uma posição privilegiada, é fácil identificar problemas e rotulá-los como injustiças, recordando, como exemplo de toda a problemática envolvendo a instalação de piscinas no bairro Bom Jesus. Entretanto, a perspectiva humana é multifacetada e relativa. O que pode ser percebido como grande problema por alguns, para outros pode representar pequenos incômodos. As vivências e necessidades individuais moldam diretamente a percepção do espaço urbano.

Portanto, ao analisar a questão da desigualdade nas praças públicas, é de extrema relevância considerar a diversidade de perspectivas e experiências. A visão crítica da produção científica desempenha um papel fundamental na identificação de disparidades e na proposição de soluções, porém, sob uma ótica diferente surge um segundo questionamento: a identificação de tais problemas por pessoas em posição de privilégios deve sobrepor-se à voz dos usuários desses espaços?

Não existe resposta imediata. No entanto, é fundamental buscar um diálogo horizontal, que reconheça a multiplicidade de visões e promova a construção

colaborativa de soluções, levando em conta as necessidades e aspirações de todos os envolvidos. A investigação sobre as praças públicas de Santa Cruz do Sul convida a refletir sobre a intrínseca relação entre desigualdades, percepções e realidades.

Ao considerar os limites e possibilidades do planejamento urbano e da gestão em relação aos espaços públicos, torna-se evidente a complexidade enfrentada pelos gestores e técnicos urbanos. A existência de descontinuidades nas gestões municipais, aliada aos conflitos de interesse e à cultura organizacional do executivo, muitas vezes resulta em falta de coerência e continuidade nas políticas urbanas relacionadas aos espaços públicos. As diferentes perspectivas e prioridades dos técnicos envolvidos na elaboração e execução de projetos urbanos contribuem para nuances na interpretação dessas questões, o que pode impactar diretamente na qualidade e acessibilidade dos espaços públicos para a população.

Por outro lado, a necessidade de incorporar as vozes dos usuários, dos planejadores e das comunidades nos processos de planejamento urbano ressalta a importância da participação social como ferramenta para promover a justiça espacial. Ao envolver os diversos atores urbano na tomada de decisões, é possível identificar e abordar de forma eficaz as desigualdades socioespaciais existentes na cidade.

No entanto, os limites dessa abordagem também se fazem presentes, uma vez que a efetiva participação dos cidadãos requer um ambiente propício, com canais de diálogo abertos e uma cultura de transparência e responsabilidade por parte dos gestores públicos. Assim, ao enfrentar os desafios do planejamento e gestão urbana, é fundamental considerar as diferentes perspectivas e potencialidade da justiça espacial para promover efetivamente cidades justas e inclusivas.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis; BADIOU, Alain. **Materialismo Histórico e Materialismo Dialético**. 1. ed. São Paulo: Global Editora, 1979.

ALVES, Vitorino Souza. **Urbanização Contemporânea: uma contribuição para o estudo das cidades**. Minas Gerais: Universidade de Uberlândia, Instituto de Geografia, 2013.

AMANAJÁS, Roberta.; KLUG, Letícia Becalli. Direito à Cidade, Cidades para Todos e Estrutura Sociocultural Urbana. *In*: COSTA, M. A.; MAGALHÃES, M. T. Q.; FAVARÃO, C. B. (Org.). **A nova agenda urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação**. Brasília: Ipea, 2018. p. 29-44.

AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. *In*: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 1-34.

ANGELIS, Bruno Luiz Domingos de. **A praça no contexto das cidades o caso de Maringá/PR**. 2000. 367f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2007.

AREOSA, Sílvia Virginia Coutinho; CADONÁ, Marco Andre; TIRELLI, Cláudia. Políticas habitacionais, segregação residencial e desigualdade no acesso às políticas públicas: uma análise a partir do acesso a serviços públicos de saúde. **Redes**: Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, jan./abr. 2017.

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 28 out. 2022.

BRET, Bernard. Notion à la une: justice spatiale. **Géoconfluences**, [s.l.], set. 2015. Disponível em: <http://geoconfluences.ens-lyon.fr/informations-scientifiques/a-la-une/notion-a-la-une/notion-a-la-une-justice-spatiale>. Acesso em: 28 out. 2022.

BURGOS, Rosalina. Direito à cidade: utopia possível a partir do uso e apropriação dos espaços públicos urbanos. *In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA*, 4., 2016, Barcelona. **Anais [...]**. Barcelona, maio 2016.

CADONÁ, Marco André. A indústria fumageira e o mercado de trabalho de Santa Cruz do Sul-RS. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, Blumenau, v. 3, n. 1, 2015, p. 205-211.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, 6 (2), jul -dez, 2013, p. 179-191.

CANO, Wilson. Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, [s./l.], n. 27, 2010, p. 29-57.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço públicos e “nova urbanidade” no contexto do direito à cidade. **Confins**, v. 18, jul. 2013. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/8391>. Acesso em: 01 maio 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, 2020.

CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana. **Espaços livres do Recife**. Recife: Prefeitura da Cidade do Recife; Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

CATALÃO, Igor; MAGRINI, Maria Angélica. Insurgência, Espaço Público e Direito à Cidade. **Anpege: Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia**, [s./l.], v. 13, n. 22, p. 119-135, set./dez. 2017.

COELHO, Rodrigo. Desígnios e formas do espaço público na cidade contemporânea: notas para pensar o projecto do espaço público na construção da cidade portuguesa. **Revista Ibero-americana de Urbanismo**, [s./l.], n. 11, p. 79-89, 2014.

CORREIA, João Carlos. A ambivalência do espaço público face à fragmentação social e política: para uma compreensão fenomenológica da ideia de “nós” em comunicação. **Revista Mediapolis: Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público**, Coimbra, n. 14, p. 81-96, 2022.

CRUZ, Dayana A. M. de Oliveira. As faces do planejamento urbano. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 12, n. 12, p. 81-94, 2011.

CUNHA, Jorge Luiz. **Os colonos alemães de Santa Cruz e a fumicultura**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1988.

DEEKE, Axel Gustavo. **Centralidade e configuração urbana no processo de formação e desenvolvimento da área central de Santa Cruz do Sul/RS (1922-2010)**. 2012. 159f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento

Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2012.

DICIO. **Dicionário Online de Português**. 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/urbanizacao/>. Acesso em: 02 abr. 2022.

FRANÇA, Iara Soares de. Urbanização contemporânea e desigualdades sociais: análise de Monte Carlo/MG. **Revista Geo Sertões**, Paraíba, v. 5, n. 9, p. 73-100, jan./jun. 2020.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: M. W. Bauer, & G. Gaskell (Orgs.), **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**, Petrópolis: Vozes, 2002, p. 64-89.

GERALDO, João Carlos. **A evolução dos espaços livres públicos de Bariri, Brotas e Dois Córregos - SP**. 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

GLAZIER, J.D.; POWELL, R. R. **Qualitative research in information management**. Englewood: Libraries Unlimited, 2011.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, 1995, p. 57-63.

GOMES, Ana Maria Isar dos Santos. O direito à cidade sob uma perspectiva jurídico-sociológica. **Revista Direito Gv**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 492-512, maio/ago. 2018.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaço Público, Espaços Públicos. **Geographia**, Niterói, v. 20, n. 44, p. 115-119, 2018.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Espaço Público: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA; Roberto Lobato. (Orgs.). **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2012. p. 19-37.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Universitário, 1961.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume Editora, 2006.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**. São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

HARVEY, David. **Urbanismo y desigualdade social**. 1. ed. Espanha: Siglo Veintiuno Editores, 1977.

HILÁRIO, Alessandra Danielle Carneiro dos Santos; PORTO, Duina. Direito à Cidade e Direito à Felicidade: considerações empíricas. **Revista de Direito da Cidade**, [s./], v. 10, n. 1, p. 133-163, 2018.

HOLANDA, Virginia Célia Cavalcante de. **Urbanização Brasileira: um olhar pelos interstícios das configurações espaciais seletivas**. Múltiplos olhares sobre a cidade e o urbano: Sobral e região em foco. 1. ed. Sobral: Editora UECE, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Características populacionais e econômicas de Santa Cruz do Sul**. 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santa-cruz-do-sul/panorama>. Acesso em: 10 nov. 2022.

INNERARITY, Daniel. **O novo espaço público**. Lisboa: Editora Teorema, 2010.

INSTITUTO PÓLIS. O que é direito à cidade? **Instituto Pólis**, São Paulo, 2022. Disponível em: www.polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/. Acesso em: 17 set. 2022.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Relatório brasileiro para a Habitat III**. Brasília: ConCidades; Ipea, 2016. Disponível em: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/National-Report-LAC-Brazil-Portuguese.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

JAYME, Juliana Gonzaga; NEVES, Magda de Almeida. Cidade e Espaço Público: política de revitalização urbana em Belo Horizonte. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 60, p. 605-617, set./dez. 2010.

KUHNLE, Stein; HORT, Sven E. O.; ALESTALO, Matti. Lições do modelo nórdico do estado de bem-estar social e governança consensual. **RDRST**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 37-52, jan./jun. 2017.

LAMAS, José. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, s/d.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. 3. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Editora Nebli, 2016.

LEFEBVRE, Henri. **O Marxismo**. 1. ed. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2009.

LIMA, Thiago Hernandes de Souza. As Praças: história, uso e funções. **Estudos: Revista de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Unimar**, [s.l.], n. 12, p. 97-110, 2008.

LIMA, Ana Maria Liner Pereira *et al.* Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2., 1994, São Luís. **Anais [...]**. São Luís, 1994.

LLARDENT, L. R. A. **Zonas verdes y espacios libres en la ciudad**. Madrid: Closas Orcoyen, 1982.

LOBODA, Carlos Roberto. Espaço público e periferia na cidade contemporânea: entre as necessidades e as possibilidades. **Raega: o espaço geográfico em análise**, Curitiba, v. 37, p.37-63, ago. 2016.

LOBODA, Carlos Roberto; ANGELIS, Bruno Luiz Domingos de. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 125-139. 2005.

LOBODA, Carlos Roberto. Espaço público e periferia urbana na cidade contemporânea: entre as necessidades e as possibilidades. **Revista Ra'e Ga**, Curitiba, v. 37, p. 37-63, ago. 2016.

MADANIPOUR, Ali. **Whose Public Space?** International case studies in urban design and development. Abingdon: Editora Routledge, 2010.

MARICATO, Ermínia; COLOSSO, Paolo. As cidades são centrais para o bem-estar social: especificidades da produção do espaço urbano no Brasil. In: CASTRO, J. A. de; POCHMANN, M. (Orgs.). **Brasil: Estado social contra a barbárie**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2020. p. 277-300.

MARICATO, Erminia; COLOSSO, Paolo. O duplo desafio para reverter as regressões do direito à cidade. In: **Direitos Humanos no Brasil**. Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. São Paulo: Editora Outras Impressões, 2019. p. 57-73.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado. **Metrópoles brasileiras. São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, 2020.

MARX; Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

MATIAS, Ítalo; AQUINO, Carla Nogueira Patrão de; PEREIRA, Luiz; SILVA, Fabio Freitas da. Uma proposta metodológica para estudo de segregação residencial como fenômeno relacional. **Redes: Universidade de Santa Cruz do Sul**, Santa Cruz do Sul, v. 25, p. 2320-2342, 2020.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O lazer no planejamento urbano**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Instituto de Documentações, 1971.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 296-306, ago. 2007.

MENEZES, João Bittencourt de. **Município de Santa Cruz**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 111, p. 9-18, jul./dez. 2006.

NUNES, Brasilmar Ferreira. Planejamento urbano, arquitetura e urbanismo: a serviços de uma outra geografia?. **Revista Sociedade e Estado**, [s.l.], v. 31, p. 989-1001, 2017.

OBSERVADR. **Dados e Mapas de Santa Cruz do Sul**. 2020. Disponível em: <https://observadr.org.br/dados-e-mapas-de-santa-cruz-do-sul/>. Acesso em: 23 jan. 2020.

OLIVEIRA JUNIOR, Gilberto. A centralidade na problematização dos conteúdos da urbanização contemporânea nas cidades médias. **Geografia**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 63-83, 2010.

OLIVEIRA, Gabriel A. Santos de. Verticalização Urbana em Cidades Médias: o caso de Santa Cruz do Sul – RS. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Santa Cruz do Sul, v. 23, e202119pt, 2012.

OLIVEIRA, Lina Yule Queiroz de; BORGES, Pedro Pereira. O direito à cidade e o desenvolvimento local como base para a humanização do espaço urbano. **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 4, p. 739-755, out./dez. 2018.

OLIVEIRA, Samuel Antonio Merbach de. **Elementos do Materialismo Histórico e Dialético**. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. A comissão de desfavelamento e as representações da pobreza em Belo Horizonte na década de 1950. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Santa Cruz do Sul, v. 23, e202119pt, 2021.

PASAVENTO, Margareth da S. **Pensando a metrópole moderna: os planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro**. In: RIBEIRO, L. C. Q.; PECHMAN, R. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2015. p. 377-396.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative evaluation methods**. Beverly Hills: Sage. 1980.

PETRY, Heitor Álvaro; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Parto (2015-2030)**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2017.

PINHEIRO, Karisa. Bases teóricas gerais sobre urbanização no Brasil. **RDE: Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano 9, n. 15, p. 61-68, jan. 2007.

PORTAL GAZ. A vida no bairro: conquistas por meio da mobilização comunitária. **Portal Gaz**, Santa Cruz do Sul, 31 jul. 2022. Disponível em: <https://www.gaz.com.br/a-vida-no-bairro-conquistas-por-meio-da-mobilizacao-comunitaria/>. Acesso em: 07 fev. 2024.

PORTAL GAZ. A vida no bairro: da Vila Operária a Bairro Senai. **Portal Gaz**, Santa Cruz do Sul, 20 fev. 2022. Disponível em: <https://www.gaz.com.br/a-vida-no-bairro-de-vila-operaria-a-bairro-senai/>. Acesso em: 05 fev. 2024.

PORTAL GAZ. A vida no bairro: histórias que marcam a comunidade. **Portal Gaz**, Santa Cruz do Sul, 10 jul. 2023. Disponível em: <https://www.gaz.com.br/a-vida-no-bairro-historias-que-marcam-a-comunidade/>. Acesso em: 14 fev. 2024.

PORTAL GAZ. A vida no bairro: onde o povo ajuda o povo. **Portal Gaz**, Santa Cruz do Sul, 03 jul. 2022. Disponível em: <https://www.gaz.com.br/a-vida-no-bairro-onde-o-povo-ajuda-o-povo/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

PORTAL GAZ. Faxinal Menino Deus ganhará nova praça de esportes e lazer. **Portal Gaz**, Santa Cruz do Sul, 26 fev. 2016. Disponível em: <https://www.gaz.com.br/faxinal-menino-deus-ganhara-nova-praca-de-esporte-e-lazer/>. Acesso em: 07 fev. 2024.

PORTAL GAZ. Piscinas comunitárias do Bom Jesus seguem causando polêmica. **Portal Gaz**, Santa Cruz do Sul, 14 jan. 2021. Disponível em: <https://www.gaz.com.br/piscinas-comunitarias-do-bom-jesus-seguem-causando-polemica/>. Acesso em: 31 jan. 2024.

PORTAL GAZ. Prefeitura de Santa Cruz vai instalar piscinas comunitárias nos bairros. **Portal Gaz**, Santa Cruz do Sul, 23 jan. 2020. Disponível em: <https://www.gaz.com.br/prefeitura-de-santa-cruz-vai-instalar-piscinas-comunitarias-nos-bairros/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

PORTAL GAZ. Telmo Kist defende instalação de piscinas e diz que projeto “veio para fazer justiça social”. **Portal Gaz**, Santa Cruz do Sul, 03 fev. 2020. Disponível em: <https://www.gaz.com.br/telmo-kirst-defende-instalacao-de-piscinas-e-diz-que-projeto-veio-para-fazer-justica-social/>. Acesso em: 30 jan. 2024.

PRUS, C.; RACHOR, D. E.; KELLER, M. R.; BITTENCOURT, D. M. M. de. As primeiras indústrias, a arquitetura utilitária e o espaço fabril em Santa Cruz do Sul. **Revista Jovens Pesquisadores**, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 22, p. 99-114, 2016.

RAPOSO, Paulo. Festa e *Perfomance* em Espaço Público: tomar a rua!. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 89-114, ago./dez. 2014.

REIS, Jordana Margareth. **A indústria da construção civil e a expansão da periferia urbana de Santa Cruz do Sul/RS – Brasil**. 2018. 172 f. Dissertação

(Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2018.

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. O planejamento como instrumento garantidor do direito à cidade. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 71-90, 2012.

ROBBA, Fabio; MACEDO, Silvio. **Praças Brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

ROCHE, Jean. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

SANTA CRUZ DO SUL. **Geoprocessamento**. 2023. Disponível em: <https://santacruz.rs.gov.br/geo/pesquisas/geral/pop-bairros.html>. Acesso em: 05 jan. 2024.

SANTA CRUZ DO SUL. **Lei Complementar nº 06, de 26 de fevereiro de 1998**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Santa Cruz do Sul e dá outras providências. Santa Cruz do Sul: Prefeitura Municipal, 1998. Disponível em: <https://www.camarasantacruz.rs.gov.br/documento/lei-complementar-06-26-02-1998-12347>. Acesso em: 29 nov. 2022.

SANTA CRUZ DO SUL. **Lei Complementar nº 112, de 18 de fevereiro de 2002**. Autoriza o Poder Executivo a aprovar Projeto de Implantação de Loteamento Popular Unifamiliar, na zona urbana do município e dá outras providências. Santa Cruz do Sul: Prefeitura Municipal, 2002. Disponível em: <https://www.camarasantacruz.rs.gov.br/documento/lei-complementar-no-112-18-02-2002-58579>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SANTA CRUZ DO SUL. **Lei Complementar nº 131, de 10 de julho de 2002**. Autoriza o Poder Executivo a aprovar Projeto de Implantação de Loteamento Popular Unifamiliar, na zona urbana do município e dá outras providências. Santa Cruz do Sul: Prefeitura Municipal, 2002. Disponível em: <https://www.camarasantacruz.rs.gov.br/documento/lei-complementar-no-131-10-07-2002-58596>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SANTA CRUZ DO SUL. **Lei Complementar nº 335, de 03 de janeiro de 2007**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Social e Urbano do Município de Santa Cruz do Sul e dá outras providências. Santa Cruz do Sul: Prefeitura Municipal, 2007. Disponível em: <https://www.camarasantacruz.rs.gov.br/documento/lei-complementar-335-03-01-2007-14946>. Acesso em: 03 dez. 2022.

SANTA CRUZ DO SUL. **Lei Complementar nº 741, de 12 de abril de 2019**. Institui o Plano Diretor de Santa Cruz do Sul e dá outras providências. Santa Cruz do Sul: Prefeitura Municipal, 2019. Disponível em: <https://www.santacruz.rs.gov.br/pd/>. Acesso em: 06 abr. 2023.

SANTA CRUZ DO SUL. **Lei Ordinária nº 3559, de 28 de abril de 2000**. Autoriza o Poder Executivo a aprovar Projeto de Loteamento Popular, na zona urbana do município e dá outras providências. Santa Cruz do Sul: Prefeitura Municipal, 2000.

Disponível em: <https://www.camarasantacruz.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-3559-28-04-2000-11933>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SANTA CRUZ DO SUL. **Lei Ordinária nº 3667, de 12 de janeiro de 2001**. Autoriza o Poder Executivo a aprovar Projeto de Loteamento Popular, de propriedade de Construfácil Comércio e Serviços Ltda. Santa Cruz do Sul: Prefeitura Municipal, 2001. Disponível em: <https://www.camarasantacruz.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-3667-12-01-2001-12039>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SANTA CRUZ DO SUL. **Lei Ordinária nº 4704, de 19 de dezembro de 2005**. Autoriza o Poder Executivo a adquirir da empresa Construfácil Comércio e Serviços Ltda., terrenos situados no Loteamento Bela Vista, destinados a implantação de programas e projetos habitacionais para pessoas de baixa renda, e dá outras providências. Santa Cruz do Sul: Prefeitura Municipal, 2005. Disponível em: <https://www.camarasantacruz.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-4704-19-12-2005-14625>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SANTA CRUZ DO SUL. **Lei Ordinária nº 8714, de 14 de setembro de 2021**. Delimita e dá denominação aos Bairros da Zona Urbana da Cidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul: Prefeitura Municipal, 2021. Disponível em: <https://www.camarasantacruz.rs.gov.br/documento/lei-ordinaria-no-8714-14-09-2021-48114>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. Planejamento Urbano: para quê e para quem?. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 51-94, 2006.

SANTOS, Edson. A Reprodução do solo urbano: um estudo sobre a verticalização de Cascavel/PR. *In*: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: AGB, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1993.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial**. 2. ed. São Paulo: Editora Edusp, 2003.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Editora USP, 2012.

SANTOS, Milton. **Plano Diretor do Município de Santa Cruz do Sul de 2019**. Disponível em: www.santacruz.rs.gov.br/pd/. Acesso em: 29 nov. 2022.

SEGAUD, Marion. **Antropologia do Espaço**: habitar, fundar, distribuir, transformar. São Paulo. Edições Sesc São Paulo, 2016.

SERPA, Ângelo. Espaço público e acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 15, p. 21-37, 2004.

SERPA, Ângelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

SILVA, Eduardo de Araújo da. **(Re)produção do espaço urbano e segregação socioespacial em Poços de Caldas, Minas Gerais**. 2021. 212 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2021.

SILVA, Eduardo de Araujo da. A (re) produção fragmentada do espaço urbano de Poços de Caldas (MG): segregação sócio-espacial. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16., 2019, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: UFES, 2019.

SILVA, Guilhermina Castro; LOPES, Wilza Gomes Reis; LOPES, João Batista. Evolução, mudança de uso e apropriação de espaços públicos em áreas centrais urbanas. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 197-212, jul./set. 2011.

SILVA, Juliana Vanesi Lopes da; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Urbanização, Planejamento e Arborização: uma análise da cidade de Santa Cruz do Sul/RS. **Revista do Desenvolvimento Regional**, Taquara, v. 17, n. 1, 2020.

SILVA, Paulo Jorge Riss da. **Padrões emergentes**: consumo, produção, ocupação e uso do espaço urbano de Santa Cruz do Sul. 2015. 260 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2015.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da *et al.* Policentrismo, Áreas Urbanas Funcionais (FUAs) e Dinâmica Territorial: um estudo exploratório desde a região do Vale do Rio Pardo-RS-Brasil. **Redes**: Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, n. 1, p. 184-217, jan. 2017.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **A produção da periferia urbana em Santa Cruz do Sul-RS**: o lugar dos safristas na terra do fumo. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Cidade, Corporação e Periferia Urbana**: acumulação de capital e segregação espacial na (re)produção do espaço urbano. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Mercado imobiliário, redes de crescimento e práticas espaciais na (re)produção da cidade de Santa Cruz do Sul – RS. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2005.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. Território, Rede e Desenvolvimento Regional - Notas para discussão. *In*: SILVEIRA, R. L. L. da; FELIPPI, A. C. T. (Org.). **Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional**: perspectivas e desafios. Florianópolis: INSULAR, 2018. p. 231-252.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da; BERGAMASCHI, Eliza; OLIVEIRA, Gabriel Aníbal Santos de; BOZZETTI, Jonis. Os processos de urbanização e de expansão da estrutura urbana nos aglomerados urbanos de Lajeado – Estrela e de Santa Cruz do Sul – Venâncio Aires – Vera Cruz. *In*: CAMPOS, Heleniza Ávila; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Orgs.). **Valorização do solo e reestruturação urbana**:

os novos produtos imobiliários na Região dos Vales – RS. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2014. p. 33-80.

SOJA, Edward William. **En busca de la justicia espacial**. Valencia: Editora Tirant Humanidades, 2014.

SORBAZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 93-111, 2006.

SORBAZO, Oscar. As cidades médias e a urbanização contemporânea. **Cidades**, [s.l.], v. 5, n. 8, 2008.

SOUZA, Júlio César Oliveira de. Reestruturação urbana e interações espaciais em cidades médias: o exemplo de Arapiraca, Alagoas. **Revista Geografia em Questão**, [s.l.], n. 2, v. 1, p. 107-117, 2009.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil Ltda., 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas - Brasil. *In*: SPÓSITO, Eliseu Savério; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Orgs.). **Cidades médias: produção do espaço**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investogaciones Geográficas**, México, n. 54, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo, 2004**. 504 f. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

STAVIZKI JUNIOR, Carlos; DEPONTI, Cidonea Machado. Valorizando Territórios: desenvolvimento regional para além da dicotomia rural e urbana na experiência do município de Santa Cruz do Sul/RS. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 19, n. 57, p. 263-277, 2021.

TONET, Ivo. **Método Científico: uma abordagem ontológica**. 1. ed. São Paulo: Instituto Lucáks, 2013.

VAN DEN BRULE, David Melo. As diversas abordagens da justiça espacial na geografia. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 297-316, 2020.

VIERO, Verônica Crestani; BARBOSA FILHO, Luiz Carlos. **Praças Públicas: origem, conceitos e funções**. Santa Maria: ULBRA Santa Maria; Jornada de Pesquisa e Extensão, 2009.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil.** Processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: EdUSP, 2004.

VOGT, Olgário. **A produção de fumo em Santa Cruz do Sul-RS (1849 – 1993).** Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1994.

VOLKÓV, Genrikh Nikolaevich. **Fundamentos da Doutrina Marxista Leninista.** Moscou: Edições Progresso, 1984.

WINK, Ronaldo. Santa Cruz do Sul: urbanização e desenvolvimento. 1. ed. Santa Cruz do Sul: Editora EDUNISC, 2002.

APÊNDICE A - Roteiro das entrevistas aplicado nos bairros periféricos, praças centrais e agentes públicos



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



Pesquisadora: Tawnni Boiani Hirsch

Orientador: Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira

ENTREVISTA MORADORES DOS BAIROS

1. Há espaços públicos no bairro? E quais são? Quais foram criados pelos próprios moradores e quais foram criados pela Prefeitura? Qual a importância da existência dos espaços públicos (praças) existentes para você e para a comunidade?
2. Com que frequência você e outros moradores utilizam os espaços públicos no bairro? Quais são os lugares mais comuns que costumam frequentar no bairro e na cidade? (determinados ou criados pelos próprios moradores)

3. Como você percebe as condições de acesso às praças públicas? Existem obstáculos ou desafios que você enfrenta ao utilizar esses espaços? E em termos de facilidade e segurança?
4. Quais são as atividades mais comuns que você e outros moradores realizam nas praças públicas? Como essas atividades influenciam na convivência e na vida social da comunidade?
5. Você nota alguma diferença na forma como diferentes grupos de pessoas utilizam as praças públicas? (Se sim) Quais são essas diferenças e como elas impactam a experiência de todos?
6. Na sua opinião, como as percepções sobre o acesso e o uso das praças públicas podem influenciar as decisões das autoridades locais em relação ao desenvolvimento da região e à promoção do direito à cidade, do direito ao lazer e à recreação na cidade?



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



Pesquisadora: Tawnni Boiani Hirsch

Orientador: Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira

ENTREVISTA PRAÇAS CENTRAIS

1. Como você percebe/avalia a oferta de espaços públicos (praças na cidade)?
2. Com que frequência você e outros moradores utilizam os espaços públicos no bairro? Quais são os lugares mais comuns que costumam frequentar? (determinados ou criados pelos próprios moradores)
3. Como você percebe as condições de acesso às praças públicas? Existem obstáculos ou desafios que você enfrenta ao utilizar esses espaços? E em termos de facilidade e segurança?
4. Quais são as atividades mais comuns que você e outros moradores realizam nas praças públicas? Como essas atividades influenciam na convivência e na vida social da comunidade?

5. Você nota alguma diferença na forma como diferentes grupos de pessoas utilizam as praças públicas? (Se sim) Quais são essas diferenças e como elas impactam a experiência de todos?
6. Na sua opinião, como as percepções sobre o acesso e o uso das praças públicas podem influenciar as decisões das autoridades locais em relação ao desenvolvimento da região e à promoção do direito à cidade, do direito ao lazer e à recreação na cidade?



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado



Pesquisadora: Tawnni Boiani Hirsch

Orientador: Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira

ENTREVISTA AGENTES PÚBLICOS

1. Como você percebe, vê a existência, a distribuição e uso das praças públicas na cidade? Há alguma política pública municipal, ou algum projeto de promoção, manutenção de espaços públicos (praças) na cidade? E nos bairros da Periferia Sul, como você observa essa questão da oferta, manutenção e usos desses equipamentos públicos?
2. Qual é a avaliação técnica político administrativa social sobre a adequação da quantidade de praças nos bairros periféricos de Santa Cruz do Sul para atender à demanda da comunidade? (Bairros Bom Jesus, Senai, Faxinal Menino Deus, Pedreira)

3. Como são percebidos, do ponto de vista técnico político administrativo social, os aspectos relacionados ao acesso às praças nos bairros periféricos, incluindo infraestrutura, transporte público e segurança? Existem desafios identificados nesses componentes?
4. Quais são as medidas estratégicas institucionais adotadas para promover o uso das praças públicas nos bairros periféricos? Há evidências objetivas de eficácia dessas iniciativas?
5. Como é analisada, do ponto de vista técnico político administrativo social, a interação entre a comunidade e as praças públicas nos bairros periféricos? Existe alguma métrica ou indicador que destaca a importância desses espaços na dinâmica social local?
6. De acordo com a análise técnica político administrativo social, qual é o papel das praças públicas na promoção do desenvolvimento regional e na garantia do direito à cidade nos bairros periféricos de Santa Cruz do Sul? Existem áreas identificadas para aprimoramento dentro desse contexto?

APÊNDICE B - Termo de Consentimento aplicado para coleta das entrevistas



Programa de Pós-Graduação
**Desenvolvimento
Regional**
mestrado e doutorado

Prezado Senhor (a)

Eu, Tawnni Boiani Hirsch, aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, estou desenvolvendo o projeto de pesquisa “O DIREITO À CIDADE SOB A ÓTICA DO USO E ACESSO AS PRAÇAS PÚBLICAS DA PERIFERIA URBANA SUL DE SANTA CRUZ DO SUL-RS” sob a orientação do professor Rogério Leandro Lima da Silveira, (51) 98112-9301, rlls@unisc.br.

Este trabalho tem como objetivo analisar como se apresentam as condições de acesso e de uso das praças públicas na periferia urbana sul de Santa Cruz do Sul, enquanto uma das dimensões do direito à cidade.

Como uma das etapas desta pesquisa, há a realização de entrevistas para levantamento de informações. As entrevistas a serem realizadas, caso haja a concordância dos entrevistados, serão gravadas e os dados serão utilizados de forma **totalmente confidencial**, ou seja, em **nenhum momento os entrevistados serão identificados**.

Pelo presente Termo de Consentimento, o entrevistado declara que autoriza a sua participação neste projeto de pesquisa, pois foi informado, de forma clara e detalhada, livre de qualquer forma de constrangimento e coerção, dos objetivos, da justificativa da pesquisa.

Declara que foi, igualmente, informado:

- da garantia de receber resposta a qualquer pergunta ou esclarecimento a qualquer dúvida acerca dos procedimentos, riscos, benefícios e outros assuntos relacionados com a pesquisa;

- da liberdade de retirar seu consentimento, a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que isto traga prejuízo de ordem alguma;
- da garantia de que não será identificado quando da divulgação dos resultados e que as informações obtidas serão utilizadas apenas para fins científicos vinculados ao presente projeto de pesquisa;
- do compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a sua vontade em continuar participando;
- de que se existirem gastos adicionais, estes serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

Caso concorde em participar da pesquisa dentro das condições informadas, o entrevistado assina este termo, que também será mantida de forma **confidencial**, somente em poder do pesquisador responsável, e para o controle das entrevistas realizadas.

O presente termo foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o entrevistado ou voluntário da pesquisa, ou seu representante legal e outra com o pesquisador responsável.

Desde já agradecemos pela atenção e participação.

Data _____, ____ de _____ de 20__.

Nome do entrevistador: Tawnni Boiani Hirsch

E-mail: tawnnibh11@gmail.com Telefone: (51) 99989-1719

Assinatura: _____

Nome do Entrevistado:

Assinatura: _____

APÊNDICE C - Lista de Entrevistados

BJ 1 – Morador Bom Jesus 1
BJ 2 – Morador Bom Jesus 2
BJ 3 – Morador Bom Jesus 3
BJ 4 – Morador Bom Jesus 4
C1 – Usuário praça Centro 1
C2 – Usuário praça Centro 2
C3 – Usuário praça Centro 3
C4 – Usuário praça Centro 4
C5 – Usuário praça Centro 5
FMD1 – Morador Faxinal Menino Deus 1
FMD2 – Morador Faxinal Menino Deus 2
FMD3 – Morador Faxinal Menino Deus 3
FMD4 – Morador Faxinal Menino Deus 4
P1 – Morador Pedreira 1
P2 – Morador Pedreira 2
P3 – Morador Pedreira 3
P4 – Morador Pedreira 4
S1 – Morador Senai 1
S2 – Morador Senai 2
S3 – Morador Senai 3
S4 – Morador Senai 4